



**TÂNIA GONÇALVES BUENO DA SILVA**

**“UMA COLÔNIA COSMOPOLITA”: HISTÓRIA, MEMÓRIA  
E CULTURA NO PROCESSO MIGRATÓRIO DO NÚCLEO  
COLONIAL AGRÍCOLA INCONFIDENTES (1910-1930)**

**LAVRAS – MG**

**2017**

**TÂNIA GONÇALVES BUENO DA SILVA**

**“UMA COLÔNIA COSMOPOLITA”: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA NO  
PROCESSO MIGRATÓRIO DO NÚCLEO COLONIAL AGRÍCOLA  
INCONFIDENTES (1910-1930)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para obtenção do título de Mestre.

Orientador

Prof. Dr. Vanderlei Barbosa

**LAVRAS – MG**

**2017**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Silva, Tânia Gonçalves Bueno.

“Uma colônia cosmopolita”: história, memória e cultura no  
processo migratório do Núcleo Colonial Agrícola Inconfidentes  
(1910-1930) / Tânia Gonçalves Bueno Silva. - 2017.

110 p.

Orientador(a): Vanderlei Barbosa.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de  
Lavras, 2017.

Bibliografia.

1. História. 2. Memória. 3. Cultura. 4. Identidade. I. Barbosa,  
Vanderlei.

**TÂNIA GONÇALVES BUENO DA SILVA**

**“UMA COLÔNIA COSMOPOLITA”: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA NO  
PROCESSO MIGRATÓRIO DO NÚCLEO COLONIAL AGRÍCOLA  
INCONFIDENTES (1910-1930)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 15 de dezembro de 2017

Prof. Dr. Gilberto Aparecido Damiano	UFSJ
Prof <sup>a</sup> . Dra. Francine de Paula Martins Lima	UFLA

Orientador

Prof. Dr. Vanderlei Barbosa

**LAVRAS – MG**

**2017**

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais pela vida e pelos bons exemplos.*

*Aos meus filhos Carlos Eduardo e André Luís.*

*A todos que lutam e são movidos pela paixão da consciência histórica como constituidora da identidade e da cultura humana.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por permitir e me dar forças para cumprir mais uma etapa de minha vida.

Ao meu orientador, o Professor Dr. Vanderlei Barbosa, pela liberdade de escrita, confiança, paciência e carinho diante de minhas limitações e também pela contribuição ao artigo apresentado no Congresso Internacional na Universidade de Aveiro/Portugal.

À minha família, pela força e estímulo para prosseguir e finalizar este trabalho.

Ao Professor Dr. Gilberto Aparecido Damiano, agradeço pelos comentários durante o exame de qualificação, pela leitura atenciosa e sugestões de leituras importantes que faltavam no texto.

À Professora Dra. Francine de Paulo Martins Lima, também meus agradecimentos pelos comentários durante o exame de qualificação e pelas questões apresentadas que me levaram aos caminhos que percorri ao longo do texto.

À Professora Dra. Melissa Salaro Bresci, pelas suas contribuições pontuais pós-qualificação na reelaboração do problema de pesquisa e pela satisfação que proporcionou a mim ao aceitar compor a banca de defesa como suplente externa.

À Professora Dra. Ilsa do Carmo Vieira Goulart, que gentilmente aceitou o convite para compor a banca de qualificação e defesa como suplente interna.

Sou grata à Universidade Federal de Lavras - UFLA, ao Departamento de Educação - DED pelo Programa de Pós Graduação em Educação - Mestrado Profissional pela oportunidade de realização desta dissertação.

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, representado pelo Reitor Marcelo Bregagnoli pela liberação de afastamento do país para apresentar artigos científicos em Portugal.

Ao Diretor do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, Miguel Ângelo Dell Pino pela liberação e afastamento para que eu tivesse condições de realizar o mestrado.

A todos os professores do DED, com quem convivi ao longo da minha trajetória no Mestrado, pelas reflexões propostas em suas aulas.

Ao Professor Dr. Fábio Pinto Reis, que colaborou na correção ao artigo apresentado na Universidade do Minho, em Portugal, na cidade Braga, durante o percurso do mestrado. E também por ser um professor incentivador.

Ao grupo de estudos FESEX/UFLA, por suas contribuições, troca de experiências acadêmicas e o trabalho em equipe ao qual viabilizou nossa ida e participação nos Congressos e apresentações de artigos em Portugal.

À Biblioteca Pública Municipal Ursulina Pitaguary da cidade de Ouro Fino/MG, representada pela servidora Virgínia Maria Barsi dos Santos, a qual me atendeu prontamente para fins de pesquisa.

Ao jornal Gazeta de Ouro Fino, representado pela diretora executiva Ciça Ferraz, por me receber e permitir a pesquisa em seus periódicos.

À amiga Iris Lemes Garcia pela disponibilidade, interesse e incentivo auxiliando nas buscas de receitas tradicionais, fotos e indicação do livro de Guimarães (2010).

Aos amigos do Mestrado Profissional UFLA, em especial a “turma malandramente” (Neiva, Viviane, Silmara, Dani, Renan e principalmente Lucas e Eduardo) e Giovanna, compartilhamos momentos de muita alegria, angústias e algumas horas de lazer para aliviar a trajetória.

In memória a D. Maria de Lourdes Lima pelo carinho e atenção por me receber em sua casa algumas vezes para que eu não viajasse a noite sozinha por estas estradas.

À Eliana Goedert Doná pelo amparo e carinho ao meu filho André em minhas ausências para o mestrado.

À amiga Sílvia Helena Guedes e família por me acolher e amparar num dos momentos mais difíceis da minha vida ao final desse percurso de mestrado.

Aos amigos do IFSULDEMINAS Campus Inconfidentes que foram incentivadores neste trajeto, principalmente Taciano Fernandes, que muitas vezes colaborou nas formatações de textos para apresentação dos artigos e qualificação.

Também agradeço, pelo apoio na elaboração dos gráficos, ao meu amigo e colega do IFSULDEMINAS Campus Inconfidentes Alcinério dos Santos (China). Ex-aluno deste Campus, atualmente atua como colaborador do Departamento de Agrimensura.

À comunidade de Inconfidentes com seu perfil acolhedor e simpático onde vivi momentos muito felizes.

## RESUMO

Esta pesquisa situa-se no campo histórico das representações culturais e tem como objeto de estudos dois espaços migratórios: o Núcleo Colonial Inconfidentes e o Patronato Agrícola Visconde de Mauá, tendo como objetivo a busca da identidade local. Este estudo também auxilia na compreensão da cultura migrante como objetivo da Política Pública Republicana brasileira para alavancar a economia agrária, onde a região do Sul de Minas Gerais, na cidade de Ouro Fino, implantará o Núcleo Colonial dos Inconfidentes. Este espaço pensado e projetado torna-se um importante centro de abastecimento agrícola que receberá onze etnias europeias mais a brasileira, ocasião social que impulsiona a transferência do Patronato Agrícola Visconde de Mauá. Desta forma, constatamos que era importante o resgate desta micro-história para analisarmos se o processo migratório da Colônia Inconfidentes foi um diferencial na composição da diversidade cultural desta colônia a fim de valorizarmos a identidade local pelas diferentes gerações. Portanto, para interpretar a história, a memória e cultura deste Núcleo agrário, fizemos um recorte no período de 1910 a 1930. Os documentos bibliográficos e históricos foram importantes na investigação, dentre eles os documentos primários formam a base principal desta pesquisa. São eles, os periódicos da Gazeta de Ouro Fino; Acervos da família de D. Catarina Blessa Garcia com um vídeo gravado pela imigrante; Leis e Decretos relacionados ao período; fotografias; Obras: “Trem de Manobra” do Cônego Augusto José de Carvalho (1982); “A diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950” organizado pelo Cônego João Aristides de Oliveira; “Páginas de Uma Longa Vida” de Aureliano Leite (1966); “Correspondência de Bueno Brandão” de Guerino Casasanta (1958); livro da autora Guimarães (2010), intitulado: “Inconfidentes a terra que me viu nascer”. A metodologia de pesquisa foi pautada numa abordagem qualitativa, perspectiva teórico-bibliográfica e histórico-documental. Os principais autores referenciados são facilitadores no desenvolvimento de pesquisas científicas pautadas na História Nova para que possamos interpretar os dados de experiências do passado ampliando a nossa orientação histórica. São eles: Bosi (1983), Certeau (1998), Chartier (1990), Le Goff (1990), Perrot (1989), Rüsen (1997) e identidade com Ribeiro (1995). O conjunto de dados e narrativas históricas nos permitiu chegar a algumas conclusões, como a agricultura sendo o principal fator de formação do Núcleo Colonial Inconfidentes e o mesmo que une imigrantes e migrantes. Identificamos, por meio da memória, características específicas das práticas culturais local sendo representadas de forma plural tanto dos imigrantes no cotidiano do Núcleo Inconfidentes quanto dos discentes compondo o cotidiano escolar do Patronato Agrícola Visconde de Mauá. Constatamos também nos fragmentos dessas memórias históricas que tanto os imigrantes europeus, e os nacionais como os migrantes, alunos do Patronato, foram desbravadores na localidade com sua força de trabalho. Por fim, concluímos que a memória é um importante aparato para a história, visibilizando a pluralidade e complexidade cultural fortalecendo a identidade dos grupos.

**Palavras-Chave:** História. Memória. Cultura. Identidade.

## ABSTRACT

This research is based in the historical field of cultural representations, whose study object is two migratory spaces: the *Inconfidentes* Colonial Nucleus and the *Visconde de Mauá* Agricultural Patronage, as objective seeking the local identity. This study also helps in understanding the migrant culture as an objective of the Brazilian Republican Public Policy to leverage the agrarian economy, where the *Minas Gerais* south region, in *Ouro Fino* city will implant the *Inconfidentes* Colonial Nucleus. This space thinking and designed becomes an important center of agricultural supply that will receive eleven European ethnicities plus Brazilian, social occasion that promote the transfer of the *Visconde de Mauá* Agricultural Patronage. In this way, we verified that it was important to rescue this micro history to analyze if the migratory process of the *Inconfidentes* Colony was a differential in the composition of the cultural diversity of this colony in order to valorize the local identity by the different generations. Therefore, in order to interpret the history, memory and culture of this Agrarian Center, we made a cut from 1910 to 1930. The bibliographical and historical documentary were important in the investigation, among them, the primary documents form the main basis of this research. They are: the periodicals from *Ouro Fino* Gazeta; Collections from the D. Catarina Blessa Garcia family with a video recorded by the immigrant; Laws and Decrees related to the period; photographs; Works: "*Trem de Manobra*" by Canon Augusto José de Carvalho (1982); "*A diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950*" organized by Canon João Aristides de Oliveira; "*Páginas de Uma Longa Vida*" by Aureliano Leite (1966); "*Correspondência de Bueno Brandão*" by Guerino Casasanta (1958); book of the author Guimarães (2010) entitled "*Inconfidentes a terra que me viu nascer*". The research methodology was based on a qualitative approach, theoretical-bibliographical perspective and historical-documentary. The main authors referenced are facilitators in the development of scientific research based on New History, so that we can interpret data from past experiences broadening our historical orientation. They are: *Bosi* (1983), *Certeau* (1998), *Chartier* (1990), *Le Goff* (1990), *Perrot* (1989), *Rüsen* (1997) and identity by Ribeiro (1995). The data set and historical narratives allowed us to reach some conclusions, such as agriculture being the main factor of *Inconfidentes* Colonial Nucleus formation and the same that join immigrants and migrants. We identified through memory specific characteristics of the local cultural practices being represented in a plural way, both of immigrants in the *Inconfidentes* Nucleus daily life, as the students composing the *Visconde de Mauá* Agricultural Patronage scholarly daily life. We also find in the fragments of these historical memories that both the European immigrants and the national like migrants, students from Patronage were pioneers in the locality with their work force. Finally, we conclude that the memory is an important apparatus for history, making visible the plurality and cultural complexity strengthening the groups' identity.

**Keywords:** History. Memory. Culture. Identity.

## LISTA DE SIGLAS

EJA	Educação de jovens e adultos
LDB	Leis de Diretrizes e Base
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FESEX	Relações entre Filosofia e Educação para Sexualidade na Contemporaneidade: a problemática da formação docente
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
MACOP	Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PRM	Partido Republicano Mineiro
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
UFLA	Universidade Federal de Lavras

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO - I</b> .....	12
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1.1</b> Percurso pessoal e valorização das raízes .....	12
<b>1.2</b> Apresentação.....	15
<b>1.3</b> Ao encontro da história, da memória e da cultura .....	19
<b>1.4</b> Sobre a discussão conceitual e as categorias de análise .....	24
<b>1.5</b> Garimpendo História no Arraial de Ouro Fino.....	32
<b>1.5.1</b> Um breve relato passando pela economia e política .....	36
<b>1.5.2</b> A grande influência da política Sul mineira.....	37
<b>CAPÍTULO - II</b> .....	41
<b>2 IMIGRAÇÃO EUROPEIA</b> .....	41
<b>2.1</b> Políticas Públicas .....	41
<b>2.2</b> Núcleo Colonial dos Inconfidentes .....	44
<b>2.3</b> Identidade e memória na reconstituição histórica dos primeiros imigrantes .....	46
<b>2.4</b> Memória e cultura das escolas masculina, feminina e alemã .....	52
<b>CAPÍTULO - III</b> .....	55
<b>3 TRAÇOS CULTURAIS DO NÚCLEO COLONIAL INCONFIDENTES</b> .....	55
<b>3.1</b> A Magia e Encanto do Bosque da Conjuração .....	55
<b>3.2</b> Um Ilustre Poeta na Colônia Inconfidentes .....	56
<b>3.3</b> Pelos olhos e registros do Jornalista Emílio Alvim.....	58
<b>3.4</b> Pluralidades religiosas .....	61
<b>3.5</b> Festas populares e curiosidades pitorescas .....	63
<b>CAPÍTULO - IV</b> .....	66
<b>4 MIGRAÇÃO INTERNA: Patronato Agrícola Visconde de Mauá</b> .....	66
<b>4.1</b> Os debates ansiando por mão de obra técnica e iniciação agrícola.....	66
<b>4.2</b> Choque cultural na migração do Patronato para o Núcleo Colonial .....	71
<b>4.3</b> Contexto histórico social no sistema educacional do Patronato .....	75
<b>4.4</b> Escotismo como valores cívicos e morais compondo a cultura do Patronato .....	79
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90
<b>ANEXOS</b> .....	93

## CAPÍTULO I

### 1 INTRODUÇÃO

#### 1.1 Percurso pessoal e valorização das raízes

O propósito do desenvolvimento desta pesquisa com relação ao tema possui raízes em minha trajetória formativa como licenciada em História e, por meio das experiências como professora, fui despertando o interesse pela valorização da história cultural. Atuando também com o programa de formação de jovens e adultos - EJA e projeto Acertando o Passo, pude experimentar uma abertura nos planos de ensino de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). Com o desenvolvimento dos estudos dos PCNs nas escolas Estaduais onde atuei, pude aprender um pouco sobre os temas transversais e aplicar em minha disciplina uma nova abordagem de apresentar a história aos discentes: se tratava em inseri-los como sujeitos históricos ativos no processo de ensino-aprendizagem. Este método, com abertura aos temas transversais, tinha como meta melhorar a qualidade do ensino, principalmente pelo programa de ensino pautado na LDB, nas Escolas Estaduais Professor Salatiel de Almeida e Cesário Coimbra da cidade de Muzambinho/MG onde atuei; os estudos e aplicação em salas de aula tiveram como objetivo valorizar o discente como um sujeito participante da ação do aprender. Construindo o conhecimento em conjunto com o que esses sujeitos traziam de suas experiências de trajetória não só acadêmica, mas também de vida, enfatizando a importância da valorização de suas identidades e diversidades culturais, abriu-se a possibilidade de trabalhar em forma de projetos pedagógicos na disciplina de história dialogando com outras disciplinas. Sob a expectativa de Delors (1998), ao qual embora pese suas diretrizes traçadas sob pretensões de organismos internacionais com visibilidades ao Neoliberalismo, ou seja, uma educação voltada ao mercado de trabalho com um ensino que prepare os alunos pautados na teoria dos quatro eixos ou quatro pilares da educação, aprendendo a aprender, aprendendo a fazer, aprendendo a viver, aprendendo a ser, abriu-se novas possibilidades e brechas ao assumir que a educação deveria desenvolver a parte humana.

Sendo assim, foi possível desenvolver na disciplina de história, em salas de aulas e espaços escolares, projetos educacionais com os discentes que abordassem a diversidade cultural levando a proposta de ressignificarmos nossa identidade para juntos compreendermos

a ideia de nacionalidade e conseqüentemente despertar em nós o sentimento de pertencimento de uma comunidade/ nação, pautada na pluralidade étnica e cultural.

Seguindo essa busca por compreender diversidade e identidade cultural, em oportunidade oferecida pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, pelo programa “Oficina de Cultura”, participei pela primeira vez de um curso de capacitação em “Documentação e Conservação de Acervos Museológicos” na Casa de Cultura Dr. Lycurgo Leite na cidade de Muzambinho/MG. Este curso teve como propósito a qualificação profissional, patrocinado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT<sup>1</sup> e pela Fundação Banco do Brasil. O Curso foi ministrado pela Museóloga do Museu Mineiro Josenira Monteiro de Souza, no ano de 1998, e contou com a participação de educadores, pesquisadores e agentes culturais. Neste curso, tive a oportunidade de aprender a importância da recuperação e conservação de peças e documentos para compor um acervo que viesse a valorizar a história local e, conseqüentemente, a memória.

Neste percurso procurei pela formação complementar, Pós-graduação *Lato-Sensu* em História, Sociedade e Cultura pela Universidade do Vale do Sapucaí/UNIVAS de Pouso Alegre/MG. Durante esse processo desenvolvi um projeto de conclusão de curso com o tema “Cotidiano e Memória no Bairro Brejo Alegre”, da cidade de Muzambinho/MG; este abordou o cotidiano dos moradores utilizando a memória como um rico instrumento de construção social e reelaboração de suas histórias. Para fundamentar a pesquisa, realizei um levantamento bibliográfico inicial que abordasse temas referentes ao cotidiano, bairro, pré-conceito e memória. Dialogando com Michel de Certeau (1998), “A Invenção do Cotidiano”; Alessandro Portelli (1997), “O que faz a História Oral Diferente”; Michelle Perrot (1989), “Práticas da Memória Feminina”; Rodrigo Vidal (1997), “A Cidade e seu Território através do Ordenamento Urbano em Santiago do Chile”; Célia Toledo Lucena (1999), “Artes de Lembrar e de Inventar”; Clovis Moura (1983), “Brasil: as raízes do protesto Negro”; Eclea Bosi (1983), “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”, entre outros que foram importantes para sustentar a pesquisa sobre o Bairro Brejo Alegre.

Seguindo esta trajetória formativa e profissional, em 2005 fui convidada a compor a equipe do Setor de Cultura da Prefeitura Municipal de Muzambinho/MG onde seria uma das curadoras do Museu e a responsável pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Minha experiência como Assessora do Patrimônio Histórico de Muzambinho e também como uma

---

<sup>1</sup> FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico.

das responsáveis pelo Museu Municipal Francisco Leonardo Cerávolo, auxiliou-me nos trabalhos técnicos, relatórios de pesquisa que enviávamos ao - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA<sup>2</sup> todos os anos e também no desenvolvimento de projetos de valorização do Patrimônio Cultural nas Escolas do Município, na Casa de Cultura Dr. Lycurgo Leite e no próprio Museu, onde se encontra um rico acervo com objetos e documentos da história local e regional.

No ano de 2008 fui nomeada como Assistente de Alunos na Coordenação Geral de Assistência ao Educando no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes.

Assim sendo, a partir do momento ao qual fui vivenciando e experimentando a comunidade de Inconfidentes como servidora do IFSULDEMINAS, fatos relacionados à história local chamaram minha atenção. Entre eles, descobrir qual era a relação entre o nome da cidade Inconfidentes e o termo colônia usado pelos habitantes da região, e também porque o *campus* Inconfidentes era conhecido como Patronato Agrícola Visconde de Mauá. Nesta inquietação inicial procurei informações com os moradores da cidade sobre suas histórias e como havia formado este município e assim indicaram-me procurar o Centro de Cultura Colônia<sup>3</sup> e seus documentos. Foi esse primeiro contato que propiciou a mim conhecer melhor a constituição da cidade de Inconfidentes.

Aliada a esse primeiro contato com o Centro de Cultura, encontrei particularidades da história do Município que, em alguns pontos, entrelaça-se com a imigração agrária bem como com a história constitutiva do Patronato Agrícola Visconde de Mauá. Tais aspectos instigaram-me, diante de minha trajetória formativa, a buscar pela possibilidade de desenvolver uma pesquisa buscando a valorização da história, memória e cultura local.

Em busca de maior aporte teórico, cursei disciplinas como aluna especial no curso de Mestrado Profissional da UFPA, a partir delas pude embasar minha intenção de projeto e assim concorrer efetivamente a uma vaga como aluna regular, o que ocorreu em 2015.

Nesta oportunidade no Mestrado Profissional em Educação integrei ao grupo de estudos “Relações entre Filosofia e Educação para Sexualidade na Contemporaneidade: a

---

<sup>2</sup> IEPHA - **Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais** é uma fundação sem fins lucrativos vinculado a Secretaria do Estado de Minas Gerais, em 30 de Setembro de 1971. Tem como missão Garantir à sociedade o acesso e a fruição do patrimônio cultural por meio da preservação, valorizando e respeitando a diversidade cultural de Minas Gerais. Consolidar sua posição como órgão de referência na preservação do patrimônio cultural do Estado e ser reconhecido pela excelência dos serviços e ações prestados à sociedade em geral.

<sup>3</sup> Sob a Lei Municipal nº 832, assinada em 27/06/2000, criou-se o Museu Inconfidentes, que, por ter ampliado suas atividades, é hoje denominado Centro de Cultura Colônia – CENCC. Trata-se de uma ONG reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1.084/2008.

Problemática da Formação Docente” - FESEX que abriu portas para novos horizontes e possibilidades, como desenvolver trabalhos que posteriormente puderam ser apresentados em congressos internacionais. Como por exemplo, o artigo intitulado “A Influência da Cultura Afro na Cultura Brasileira”, apresentado no V Congresso Internacional em Estudos Culturais, Gênero, Direitos Humanos e Ativismo, na Universidade de Aveiro/Portugal contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa que ora apresento.

Todo o percurso e experiências vivenciadas durante o curso, aliadas a meu olhar de historiadora e o interesse pelo local de trabalho foram um grande suporte para sustentação dessa pesquisa que entrelaça-se com minha trajetória como estudiosa e preocupada com a valorização da cultura local. Compreendo como educadora que é necessário o incentivo à escola ao autoconhecimento cultural do espaço ao qual ela se insere, possibilitando a formação de jovens que busquem o sentido histórico por meio de suas identidades. De acordo com Rüsen (1997) nosso interesse é sugerir a consciência histórica como sentido à formação da identidade humana. Desta forma, frisamos a inexistência de estudos a partir da ótica das migrações internas e externas compondo um patrimônio histórico material e imaterial do Município de Inconfidentes . Neste viés, este estudo também faz-se importante não só para ressignificar esse universo cultural rico do Núcleo Colonial mas, conjuntamente reviver e valorizar nossas raízes. Sendo assim, compreendemos com Rüsen (1997, p. 11) que “Ciência se faz na e com a sociedade, nas carências de orientação e nos interesses das pessoas comuns”.

## **1.2 Apresentação**

Em busca da identidade local, constatamos que era necessário resgatar essa vivência do passado na cultura brasileira por meio da memória para compreendermos a cultura migrante da Colônia Inconfidentes.

No entanto, será preciso identificar o que se entende por história, memória e cultura e seu papel na atribuição de sentido e interpretação da história brasileira, uma vez que a questão étnica e de identidade perpassa pela transfiguração cultural. Neste aspecto, será fundamental o diálogo com os autores Jaques Le Goff (1990), Michel de Certeau (1998), a autora Eclea Bosi (1983) e Darcy Ribeiro (1995).

Apoiando-me em pesquisas desenvolvidas ao logo de minha trajetória formativa, das inquietações epistemológicas que me acompanham com relação à valorização das raízes culturais, da memória e do levantamento de dados bibliográficos e documentais históricos percebi a importância em trabalhar com a História Nova. Por meio da História dos Annales

em Le Goff (1990) entendemos que a história cultural expandiu-se a novos desafios de compreendê-la pelos pesquisadores onde o indivíduo passa ser agente e seu cotidiano pode ser recomposto em suas histórias de vida, voltando um olhar para as classes menos privilegiadas advindas das camadas populares.

Sendo assim, a presente pesquisa pauta-se, então, na questão orientadora: como o processo migratório é um elemento constituidor da diversidade cultural e identitária na Colônia Inconfidentes?

Para tal desafio torna-se relevante para a compreensão do universo dessa pesquisa que parto da identificação cultural e memória de dois processos migratórios<sup>4</sup> que constituíram a atual cidade de Inconfidentes, a saber: o processo de imigração<sup>5</sup> europeia e o de migração interna<sup>6</sup> de alunos das grandes cidades para o Patronato Agrícola ocorrida para a região nas primeiras décadas do século XX.

Ao tomar como referência a imigração na cidade de Ouro Fino e especificamente o Núcleo Colonial Federal Inconfidentes é fundamental perceber que se trata da cultura específica construída historicamente de um local, micro-história, mas que possui referência de âmbito Nacional no processo imigratório e migratório agrário na historiografia brasileira sobre colonização e identidade regional. Para tanto, neste estudo buscamos como objetivo específico interpretar a memória, história e cultura do Sudeste de Minas Gerais entre o período de 1910 a 1930, na cidade de Ouro Fino, especificamente o Núcleo Colonial Inconfidentes, a fim de contribuir com a valorização da identidade local pelas diferentes gerações.

Discorrendo sobre a temática da micro-história, Rüsen (1997, p. 92) nos posiciona considerando que:

[...] é contraposta à macro-história como sendo a forma mais moderna de representar a história. Apresenta-se um indivíduo isolado como menóquio, ao invés de uma sociedade ou classe; fala-se de um segmento biográfico ou apenas de alguns dias ao invés de um século, uma pequena aldeia no lugar de um país ou reino. Esses são os objetos da historiografia pós-moderna.

---

<sup>4</sup> - Migração é o deslocamento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente. Esses fluxos migratórios podem ser desencadeados por vários motivos: econômicos, culturais, religiosos, políticos e naturais (secas, terremotos, enchentes etc.). A migração econômica é a que exerce maior influência na população. É entendida como o deslocamento de contingentes humanos para áreas onde o sistema produtivo concentra uma maior ou uma melhor oportunidade de trabalho. Migrações internacionais – as que ocorrem de um país para outro.

<sup>5</sup> Imigração é caracterizada pela entrada de indivíduos ou grupos, em outro país. O imigrante é visto do ponto de vista do país que o acolheu. O termo se aplica só às pessoas que pretendem fixar residência permanente no país adotivo, participando da sua vida social.

<sup>6</sup> Migrações internas – são aquelas que ocorrem dentro do próprio país.

Disponível em: <<https://www.significados.com.br/migracao/>>.

A representação dessa micro-história por meio da memória aponta para a importância de propor a construção do entendimento de dois espaços migratórios que se relacionaram socialmente na colônia Inconfidentes. São eles: a Colônia Agrícola composta por onze etnias imigrantes estrangeiras mais a nacional e a migração de alunos que comporão o quadro discente de uma nova escola dentro do Núcleo, o Patronato Agrícola Visconde de Mauá. Num espaço geográfico pensado e projetado pelo governo Federal para compor um Núcleo Colonial Agrícola, há um encontro de culturas de diferentes etnias onde a historiografia e a memória local apresentam pessoas que vivenciaram e interpretaram seu mundo com sua efervescência cultural latente de maneira peculiar. E, ainda nesta perspectiva cultural, faz-se necessário compreender as ocasiões sociais que circundam a vinda desses alunos da Capital para o Núcleo Colonial, quais eram os objetivos e expectativas desta política pública da primeira República em relação à formação dessas crianças e jovens discentes e o impacto que tal instituição causou no cotidiano da Colônia será importante para apresentarmos como foram sendo instituídas as representações culturais locais e seus desdobramentos entre esses dois segmentos sociais históricos.

Em busca de pistas sobre o tema que envolve as questões de migração, realizamos um estudo teórico-bibliográfico e histórico-documental que narram aspectos da memória e cultura do Núcleo Colônia Inconfidentes, retrospectivos, coletados nas bibliografias e biografias locais disponíveis para pesquisa. É importante e necessário destacar que, para enriquecer esta pesquisa, valorizamos os dados coletados das fontes primárias que narram o tempo histórico da colônia entre 1910 a 1930 como: Centro de Cultura Colônia que nos apresentou o Livro da autora Guimarães (2010), intitulado: “Inconfidentes a terra que me viu nascer”; fotos referentes à época colonial; Jornal Gazeta de Ouro Fino, com reportagens referenciando a Colônia e o Patronato Agrícola Visconde de Mauá; Biblioteca Pública Municipal Ursulina Pitaguary (Ouro Fino) com as obras: “Trem de Manobra” do Cônego Augusto José de Carvalho (1982); “A diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950” organizado pelo Cônego João Aristides de Oliveira; “Páginas de Uma Longa Vida” de Aureliano Leite (1966); “Correspondência de Bueno Brandão” de Guerino Casasanta (1958); Acervos da família de Dona Catarina Blessa com um vídeo narrando suas memórias como imigrante.

Os documentos encontrados e relacionados acima apontam para a necessidade de uma análise qualitativa dos fatos narrados. Nesta perspectiva em valorizar a história, memória, cultura e educação do Núcleo Colonial Inconfidentes, optamos por uma pesquisa qualitativa e pela valorização das fontes primárias apresentadas acima para enriquecimento da construção metodológica e confiabilidade dos dados coletados. A leitura do contexto histórico foi

fundamental para remetermos às práticas e manifestações culturais cotidianas vividas pelos sujeitos envolvidos e relacionados à época, ao século XX (1910-1930), no contexto regional, mas que compõe uma parte da história do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

A dissertação foi organizada dividindo-se em quatro Capítulos. No primeiro, abordamos conceitos sobre história, cultura e memória. Quando pensamos na questão da problemática de como a diversidade cultural pode ser compreendida por meio da memória, torna-se fundamental a busca por parâmetros dos princípios teóricos que nortearão a pesquisa como referencial básico para discorrermos sobre esses conceitos. O desenvolvimento metodológico foi pautado em autores que comunicam e desenvolvem seus pensamentos e pesquisas científicas nos meandros da História Nova nos desafiando a compreender as diferentes perspectivas sobre a análise da história do passado.

Para tanto, trabalharemos com o conceito de Jacques Le Goff (1990) “História e Memória”, um clássico dos movimentos da História Nova que nos permite uma nova abordagem diante dos documentos históricos, ampliando a noção dos mesmos e estreitando o diálogo com outras ciências como a Sociologia, Antropologia, Etnologia, Psicologia e etc .

Direcionando a discussão para Michel de Certeau (1998) “A Invenção do Cotidiano”, apresenta-nos sua obra de maneira a sermos investigadores críticos neste processo de busca da história no cotidiano, de observarmos as forças externas e internas que possibilitaram a implantação e o fluir da Colônia Agrícola Inconfidentes e do Patronato Agrícola Visconde de Mauá, dos silêncios, lacunas, conflitos e fragmentos dessa diversidade cultural que circunda essa história.

Auxiliando para ampliar o conceito de memória, dialogamos também por meio da autora Eclea Bosi (1983) “Memória e Sociedade Lembranças de Velhos”, que aponta para a necessidade em compreender que as histórias de famílias, costumes, festejos comunitários, identidades do passado podem ser resgatadas e compreendidas no presente se valorizarmos a memória que “transcende a própria existência” dos grupos migrantes.

Outro autor importante para desenvolver este estudo será Darcy Ribeiro (1995) “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” auxilia na compreensão da formação do povo brasileiro e suas transfigurações no processo civilizatório em busca de nossas identidades. Compreender a política demográfica na formação do Núcleo Colonial de Ouro Fino será importante para reconhecer que se trata de gentes vindas de muitos lugares, de muitas matrizes.

Sendo assim, os imigrantes e migrantes do Núcleo Inconfidentes, suas construções culturais, memórias, serão interpretados com o suporte teórico desses autores e autora

relacionados acima como principais dentre outros e suas relações com os dados encontrados pelas fontes primárias para fundamentarmos essa pesquisa.

Em sequência, no segundo capítulo, iremos abordar a imigração dos estrangeiros composta por suas onze etnias na Colônia Inconfidentes/MG. Iremos apresentar a política pública que irá facilitar a vinda dos colonos em detrimento do trabalhador nacional. Observar o que fará do imigrante uma opção para enormes investimentos públicos principalmente nas regiões ao Sudeste do Brasil e seus desdobramentos políticos locais facilitadores deste processo. Com a chegada dos novos colonizadores, inicia-se, no cotidiano, uma efervescência cultural. No terceiro capítulo apresentaremos a Colônia sobre uma nova mestiçagem de povos transplantados da Europa. O resgate da formação e o fluir da colônia Inconfidentes com seus traços culturais, suas instituições escolares e como este Núcleo Agrícola foi se transformando culturalmente num período de 20 anos para contemplar a um projeto de políticas públicas brasileiras do período da República.

No quarto capítulo será importante rememorarmos a migração interna com a vinda e implantação do Patronato Agrícola Visconde de Mauá seguindo a visão da política pública adotada pelo Governo Federal priorizando a agricultura, ansiando por mão-de-obra nas lavouras e modernização das grandes cidades visando o progresso brasileiro. E também, a abordagem institucional do modelo de Patronato seguindo uma meta de ensino pautada na instrução básica, no trabalho e nos valores cívicos e morais como princípios de ordem, progresso e saneamento para menores que encontravam-se à margem da sociedade brasileira. Será importante compreender como aconteceu essa migração no processo interno da Colônia Inconfidentes e os impactos sociais causados na comunidade local.

### **1.3 Ao encontro da história, da memória e da cultura**

Após definir que a pesquisa seria pautada em dados bibliográficos e de documentos históricos sobre a formação do Núcleo Colonial de Ouro Fino/MG intitulado Inconfidentes, a partir da imigração estrangeira, e sobre o Patronato Agrícola Visconde de Mauá, a partir da migração interna, tornou-se determinante o entendimento sobre os conceitos de história, cultura e memória pautados em teóricos da História Nova para nos auxiliar e sustentar o problema a ser investigado por meio das representações culturais utilizando a memória como um rico instrumento de evocação dos acontecimentos passados. Para tanto, fez-se necessário um entendimento sobre as significativas mudanças historiográficas apresentando novos debates e formas de como reunir documentos, estudá-los e pesquisá-los possibilitando apresentarmos, de

acordo com Le Goff (1996), como monumentos da História exprimindo a memória de um passado e sua cultura. Entendemos que essas mudanças e novas formas de estudar e pesquisar a história foi uma proposta da Escola dos Annales<sup>7</sup> que teve uma importância significativa na contribuição metodológica e teórica para a historiografia do século XX e adentra o século XXI influenciando de maneira positiva os estudos culturais e sociais.

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais (BURKE, 1992, p. 173).

Desta forma, optamos sobre a temática da “História Nova” Le Goff (1990, p. 385) onde defende que a história atual é mais abrangente, estreita os laços com as outras ciências para compreender a realidade vivida, valorizando, analisando e problematizando as práticas sociais. Para tal afirmação, ele enfatiza ser importante “perceber a história em sua totalidade para explicar essas práticas não a partir de um motor único”. Compreendemos quando Le Goff (1990, p. 11) sinaliza que “o alargamento da história possibilitou um olhar ao outro, a sensibilidade às diferenças, permitindo a exclusão de história a mero relato”.

Compreendemos, nesse alargamento da história ao estendermos um olhar ao outro, a possibilidade de trazermos o indivíduo como sujeito participante da história, recompondo suas histórias de vida, principalmente nosso objeto de estudo que é a história da Colônia Inconfidentes.

Para Le Goff, a história é uma reinterpretação constante no presente para o desenvolvimento de pesquisas sobre as sociedades do passado.

Ela é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tornar presente. Esta longa duração do passado não deve, no entanto, impedir o historiador de se distanciar do passado, uma distância reverente, necessária para que o respeite e evite o anacronismo (LE GOFF, 2003, p. 26).

---

<sup>7</sup> VILAR, L. **A Escola dos Annales**: legados historiográficos de três gerações (1929- 1989). Disponível em: <<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2013/11/a-escola-dos-annales-legados.html>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

Dessa forma, podemos compreender que a história é uma importante ciência, que pode resgatar e reinterpretar o passado do ponto de vista social com acontecimentos colocados pela sociedade, com o que ela trouxe a público. Para Le Goff (1996), a marcação do tempo vivido da história é necessária para que pesquisadores ou pesquisadoras possam analisar esta longa duração que abrange passado e presente respeitando cada época e seus personagens com suas ideias, costumes, artes e etc.

Diante de tais pontuações podemos considerar que os documentos históricos sobre a Colônia Inconfidentes serão compreendidos de forma crítica, unindo uma gama de representações sociais que circundam seu cotidiano de forma plural, perpassando pela história política, histórica econômica e pela história cultural, a qual foi nosso principal foco de análise e compreensão.

No entanto, para compreendermos a historiografia apresentada para estudo da pesquisa sobre a história do Núcleo Colonial Inconfidentes, utilizaremos a memória referente aos migrantes como um dado importante para reflexão de suas identidades. A memória extraída da bibliografia documental local será o nosso alicerce para compreendermos os registros deixados pelos sujeitos históricos.

Para tanto, em busca de compreender esta narrativa histórica sobre Inconfidentes, iniciamos conceituando memória de forma simples e objetiva. Primeiramente buscamos o seu significado segundo o dicionário Aurélio que significa o ato de lembrar, faculdade pela qual o espírito conserva ideias, imagens, sensações.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, lembrar, de acordo com o Aurélio, é trazer a memória, recordar.

Muitas lembranças, ideias, imagens, sensações e recordações encontradas nas fontes primárias como, por exemplo, a obra de Guimarães (2010) e o depoimento da imigrante Sra. Catarina Blessa, nos trás rememorando a história de Inconfidentes em aspectos gerais apresentando não somente sua memória individual da infância ligada à sua origem e família, mas também nos apresenta a memória coletiva de muitas famílias de imigrantes, do cotidiano ligado à Colônia e também do Patronato Agrícola.

No momento em que buscamos pela identidade do Núcleo Colonial nas fontes primárias, objeto de nossos estudos, nesta perspectiva Le Goff (1990, p. 410) atesta que: “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.

A partir da definição de memória segundo Le Goff (1990), buscamos ressaltar a identidade de grupos imigrantes compondo o Núcleo Inconfidentes e sinalizar que com o individualismo a serviço do capital, cada vez mais sendo incentivado, é necessário compreendermos que a memória coletiva se faz importante para o fortalecimento das classes menos favorecidas e também dos movimentos culturais plurais.

Direcionando essa discussão sobre o conceito de memória coletiva é importante compreendermos quando Le Goff (1990, p. 410) diz que:

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

A citação do autor referenciado sinaliza para a necessidade de apropriarmos o passado de maneira a contribuir com a ressignificação cultural coletiva buscando uma análise crítica do passado ao presente que será importante para a apropriação da história como fortalecimento de cidadania e reconhecimento dos sujeitos históricos. Os traços culturais deixados por nossos antepassados, as lutas apreendidas por eles, suas percepções, interpretações, nos remetem ao presente como formas de resistência e nos propõe a formação de uma consciência histórica pautada no fortalecimento da identidade humana. Descrever esta identidade humana na cultura da Colônia Inconfidentes constituída por várias matrizes étnicas será importante para a valorização da cultura que pode transcender gerações. A possibilidade a que nos remete a memória em atualizarmos as informações passadas, de maneira crítica, utilizando a autonomia dos próprios sujeitos históricos pode servir como um eixo questionador da história ostentatória dos dominantes.

Apresentando a obra de Guimarães (2010) como um dos testemunhos desta pesquisa, sendo um material vivo, recheado de memória que exprime o poder de uma sociedade de origem e influência étnica diversificada contribuindo para que o mesmo não seja apenas relatos históricos passados e sim a possibilidade de valorizar a *memória* que atravessa a história e a alimenta valorizaremos as lembranças dos idosos.

Para sustentar essa prática de revivescência, e trabalhar com lembranças de idosos, Ecleá Bosi (1983), será importante para compreendermos as histórias de famílias e valorizarmos “a memória como função social”.

É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações se enfraqueceram, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobram sobre a quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número das imagens de outrora, e esta faculdade de relembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora. (BOSI, 1983, p. 81).

A reflexão e localização da história cultural do Núcleo Colonial Inconfidentes por meio das lembranças sejam dos idosos ou de documentos primários que apresentam esta história serão, segundo Bosi (1998), “diamantes brutos a serem lapidados pelo espírito”.

Quando evocamos a memória da colônia por meio das fontes primárias temos a possibilidade de compreender traços culturais da existência das famílias, das etnias migrantes dos primórdios desse Núcleo Colonial por meio de suas lembranças e experiências. A memória como forma de resistência, à importância ao reconhecimento das lembranças de outrora, como um resgate da mesma ao que prevaleceu nas entrelinhas dessa colonização de migrantes que nos permitirá possibilidades latentes de reviver o passado e interpretá-lo de forma contemplativa valorizando a cultura praticada por esses sujeitos.

Desta forma, buscamos de maneira simples e breve, com Certeau, compreender e tentar associar esta cultura que se costura no cotidiano. Esta evocação da história da colônia Inconfidentes, o lugar comum de seu desenvolvimento, terá um enfoque na cultura, sob a ótica de Michel de Certeau (1998, p. 16), onde iremos tratar da “cultura comum e cotidiana enquanto apropriação ou reapropriação”.

A noção de cultura e de apropriação cultural segundo Certeau (1998) perpassa pela tentativa de compreendermos que a sociedade é composta por uma gama de diversidade cultural, inúmeros aspectos e características que constituem uma civilização dando significados à existência das mesmas.

Para Certeau (1995, p. 9) a cultura “não consiste em receber, mas em realizar o ato pelo qual cada um marca aquilo que outros lhe dão para viver e pensar.” Ou seja, os indivíduos vão apropriando, reapropriando, significando ou ressignificando o que o seu meio social disponibiliza para tal. A cultura então passa a ser existente quando os sujeitos praticantes desta dão sentido para o que realizam. Neste sentido, Certeau (1995) quebra com a ideia de cultura monolítica, pautada por um grupo específico, de elite ou de “eleitos”, e sugere que se pense a cultura no “Plural” recheada de significados e heterogeneidades entre os praticantes.

#### 1.4 Sobre a discussão conceitual e as categorias de análise

Neste item explicitamos algumas categorias de análise e escolhas metodológicas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Esta é uma pesquisa que pauta numa abordagem qualitativa, em que foi realizada na perspectiva teórico-bibliográfica e histórico-documental.

Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 59) o método qualitativo consiste numa “descrição profunda” do campo a ser explorado e estudado que aplicada aos estudos culturais vão nos auxiliar nas diferentes interpretações cotidianas, ou seja, nos seus contextos sociais.

Sendo assim, passamos por vários desafios para definirmos a pesquisa sob o prisma de uma abordagem teórico-bibliográfica e histórico-documental. No trabalho de campo encontramos e diagnosticamos vários temas de pesquisa que, no primeiro momento, nos foi difícil afunilar. Foi necessária uma revisão cuidadosa e retomada do problema de pesquisa sob outro prisma para que pudéssemos delimitar nosso campo de estudos tornando-o mais específico a fim de compreendermos e interpretarmos a cultura de Uma “Colônia Cosmopolita”: História, Memória e Cultura. Assumimos esta pesquisa de forma qualitativa trabalhando com as fontes diretas de dados delimitando o estudo bibliográfico e histórico documental.

Desse modo, Ludke e Andre (1986, p. 44) assinala que: “Na pesquisa qualitativa o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo”.

Diante do exposto vale advertir que a coleta de dados será no intuito de valorizar os grupos minoritários migrantes em busca da etnicidade, compreender e resgatar essa cultura quando a costuramos no cotidiano da colônia, local onde os migrantes se tornarão imigrantes foi fundamental. Sendo assim, problematizamos esta pesquisa com a pergunta: Como o processo migratório é um elemento constituidor da diversidade cultural e identitária na Colônia Inconfidentes?

Em busca desta pergunta norteadora, primeiramente fizemos um levantamento bibliográfico que nos possibilitou conhecer os sujeitos envolvidos na pesquisa, examinando as pistas deixadas pelos mesmos e observando como pesquisadora que nada é trivial. Todo material encontrado possui um potencial para que possamos fazer a leitura e releitura dos sujeitos apresentados como objetos de estudo e sua relação cultural no cotidiano a fim de compreendê-los.

Desta forma, iniciamos a pesquisa de campo onde buscamos analisar e compreender a relação de toda a genealogia de Inconfidentes, fazendo uma leitura do mundo relacionada ao cotidiano do núcleo colonial passando pela escola de Patronato Agrícola e sua contribuição como uma instituição de ensino na formação desses sujeitos.

Este processo de busca e revisão literária será constante para o conhecimento como pesquisadora e entendimento próprio do mundo. Buscando por esse entendimento e revisões literárias, apoiamos em Le Goff (1990) quando abordamos o documento como um material investigativo ao qual devemos estar atentos à sua análise e apresentação.

[...] da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento. Hoje os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se arquivos orais; são coletados etnotextos (LE GOFF, 1990, p. 10).

Nesta perspectiva de busca de documentos como monumentos segundo Le Goff (1990), que chegamos às fontes primárias como a obra da memorialista Guimarães (2010)<sup>8</sup> que relata o cotidiano dos imigrantes com muita riqueza no material apresentado entre esses fotos da comunidade, registros de compra de terras pelo Governo Federal e a concessão aos colonos, a implantação do Patronato Agrícola e atividades dos alunos, as festas tradicionais e etc. Já os depoimentos da Sra. Catarina Blessa, como um exemplo de arquivo coletado por meio de CD gravado com declarações da mesma sobre seu trajeto e vinda para o Brasil como uma imigrante espanhola, com seus familiares, para instalar-se no Núcleo Colonial

---

<sup>8</sup> Filha de José de Moraes, contador e comerciante, e de Olympia do Vale Guidi de Moraes, nasceu em Inconfidentes no dia 31 de agosto de 1921 pelas mãos da parteira Laurinda. Frequentou a escola feminina na Rua Cláudio Manoel da Costa sendo Dona Maria Amaral Trindade sua primeira professora. Em 1930 veio a estabelecer-se na cidade de Ouro fino com seus pais. Casou-se com o Dr. José Guimarães com quem teve seus quatro filhos: Francisca Elisa, Maria Olímpia, Teófilo e Márcia Regina. Normalista de 2º Grau pela Escola Normal Oficial de Ouro Fino, em 1940, e contadora pela Escola de Comércio. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ouro Fino. Licenciatura Plena em Administração Escolar, Inspeção e Disciplinas Pedagógicas de 2º Grau. Membro efetivo da Academia Ourofinense de Letras, cadeira nº 2, e organizadora do primeiro número da revista da academia. Membro efetivo da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia – ASBRAP; Sócia correspondente da ASI-Associação Sul Mineira de Imprensa, Poços de Caldas (jornalista); membro de Círculo Ítalo-Brasileiro de Ouro Fino. Membro do Apostolado da oração e Diretora do Museu Sacro da Paróquia São Francisco de Paula, consagrada à N.Sra. de Fátima. Foi autora da bandeira de Ouro Fino, ganhou em 1º lugar entre 300 concorrentes em 1971. Organizadora dos concursos para o melhor desenho sobre o Menino da Porteira em 1976. Autora da bandeira da Escola Estadual “Delorme de Avelar Muniz”, de Ouro Fino em 1994. Elaboradora de folders sobre os 250 anos de Ouro Fino, Paróquia e do Museu Sacro em 2000. Compôs a melhor flâmula comemorativa para o centenário de nascimento de Júlio Bueno Brandão. Seu livro de memórias sobre Inconfidentes, ao que tudo indica, foi continuidade de pesquisas de seu marido, o historiador Dr. José Guimarães, ao qual a pesquisadora dedica.

Inconfidentes, relato de sua infância a partir da chegada e sua trajetória de vida atrelada às lembranças e vivência com a comunidade.

As lembranças individuais remetem ao coletivo e amplia-se à ciência histórica e a coloca em posição de possibilidade a um novo viés, elevando a história como função social, onde questiona as narrativas discursivas as quais vinham privilegiando aos poderes constituídos, para possibilitar uma nova roupagem, a evolução das sociedades pautadas no coletivo utilizando a memória como um rico instrumento, que segundo Le Goff (1990, p. 424) “atravessa a história e a alimenta”.

Nesta garimpagem por encontrar vestígios do passado que pudessem contribuir para relacionar à diversidade cultural de Inconfidentes, a autora Bosi (1983) “Memória e Sociedade Lembranças de Velhos”, aponta para a necessidade em compreender que, as histórias de famílias, costumes, festejos comunitários, identidades do passado não se perdem no presente se valorizarmos a memória que “transcende a própria existência”. O idoso possui esse poder de “revivescência” de trazer à tona o passado e possibilitar uma resistência à cultura de “elite” ou de “eleitos” a qual, segundo Certeau (1998), é restrita a um grupo socialmente privilegiado. É por meio do idoso que nos redescobrimos nos nossos antepassados alguma identidade nos hábitos, nos gestos, na maneira de sorrir, na culinária, na poesia, na música, na religião e em outras práticas culturais para que, no decorrer do tempo, possamos reelaborar, ressignificar nosso cotidiano cultural.

Ampliando um pouco mais a discussão da memória feminina, Michelle Perrot (1989), “Práticas da Memória Feminina”, nos embasa a compreender e ressaltar a história de Inconfidentes escrita por meio de um rememoro de Guimarães e da Sra. Catarina Blessa, que passa a ser um rico instrumento de pesquisa participante da memória feminina, a qual nos presenteia com a narrativa histórica factual do Núcleo Inconfidentes imbuída de detalhes de sua infância, de famílias de imigrantes estrangeiros, da escola Patronato Agrícola e muitos outros acontecimentos vividos no cotidiano que em muitos momentos nos farão refletir para além do cenário local.

A memória feminina é uma fonte de estudo importante em nosso trabalho uma vez que tem participação ativa neste processo de busca pelo passado, mas que muitas vezes a própria história a silenciou, dificultou suas buscas no mundo público principalmente o político e o econômico sempre reservado aos homens. Posso afirmar que Guimarães é uma figura feminina de transgressão intelectual pela sua trajetória profissional e atividades sociais as

quais participou, embora possa ter recebido influências de seu esposo Dr. José Guimarães<sup>9</sup>. Em sua trajetória formativa, a pesquisadora foi além do papel de esposa e traçou seu próprio caminho. Mesmo sendo o magistério o território reservado a muitas mulheres, destaco que seu deslocamento para além das salas de aulas, para a vida pública, por muitos anos e ainda hoje é alvo de discriminação e enfrentamento para muitas mulheres. Entretanto, temos a possibilidade de constatar que mulheres como Guimarães (2010) e a Sra. Catarina Blesa foram guardiãs e muitas vezes produtoras de arquivos familiares nos quais elas preservaram os anais do lar. Entre estes documentos podemos destacar correspondências de família, fotografias, cartões postais, poemas, documentos oficiais de seus maridos relacionados à política, economia ou a sua profissão. Conservam objetos do universo feminino relacionando a alguma passagem de sua vida pessoal ou coletiva de um determinado grupo, comunidade, que muitas vezes não são observados ou não são sentidos pelos pesquisadores. Direcionada a discussão, Micheli Perrot (1989, p. 6, 7) descreve que:

As mulheres pelos olhos pensam atingir a alma e é por isso que elas se recordam de suas cores, às quais os homens são normalmente indiferentes. A memória das Mulheres é verbo. Ela está ligada a oralidade das sociedades tradicionais que lhes confiava à missão de narradoras da comunidade aldeã.

Provavelmente a mulher seja mais sensível a detalhes que os homens não dariam muita importância no passado ou relatariam de forma menos poética, menos artística. Durante séculos, o homem foi educado para não demonstrar e possivelmente não desenvolver instintos muito sensíveis que poderiam ser interpretados como frágeis e correlacionado a feminilidade. Acreditamos que muitos objetos, registros de mulheres, que antigamente não tinham visibilidade, atualmente podem ser um fator que faça muita diferença ao relatar lembranças do passado. A tão estimulada e propagada sensibilidade feminina hoje pode ser usada como uma

---

<sup>9</sup> Natural de Cambuquira/MG, ao dia 5 de Maio de 1909. Veio a estabelecer na cidade de Ouro Fino quando ainda menino em companhia de seu tio Monsenhor Teófilo Guimarães. Foi diretor da Escola Normal de Ouro Fino, pertenceu aos Institutos Históricos e Geográficos de Minas Gerais, São Paulo, Sergipe, Juiz de Fora e Campanha. Também pertenceu aos quadros do Instituto Genealógico Brasileiro, de São Paulo e Colégio Genealógico Brasileiro do Rio de Janeiro. Colaborador de diversos jornais e revistas, citado no Brasil e exterior, sobre assuntos históricos, filatélico e genealógico. É de sua autoria a obra genealógica publicada em quatro volumes, *As três Ilhoas*. Compôs os brasões dos municípios de Ouro Fino, Borda da Mata, Ipuina, Campanha, Monte Sião e Inconfidentes. Autor Guimarães, José, “As Três Ilhoas”, 1909-1987; Classificação 222.7.5-7; Local/Editor Ouro Fino, MG : [s.n.], Data de Publicação 1990. Descrição Física 2 v. em 3; 26 cm. As **Três Ilhoas** foram três irmãs açorianas que imigraram para o Brasil, onde aportaram por volta de 1723, fixando residência em Minas Gerais, onde se tornaram troncos de antigas, tradicionais e importantes famílias.

grande força de expressão capaz de dar vida e cores a uma história de maneira muito peculiar ao gênero. O relato de lembranças da vida particular entrelaçada ao público a partir da leitura feminina das experiências histórico-sociais pode ser de grande importância para compreendermos melhor uma sociedade e suas relações de poder.

Outro caminho percorrido em busca da cultura no cotidiano e memória da Colônia foi a Biblioteca Pública Municipal Ursulina Pitaguary localizada na cidade de Ouro Fino onde vasculhei e encontrei as obras: “Trem de Manobra” do Cônego Augusto José de Carvalho (1982), onde descreve sua passagem como vigário na Paróquia de Inconfidentes e capelas rurais desta localidade; “A diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950” organizado pelo Cônego João Aristides de Oliveira que registra a história de Ouro Fino, seu surgimento com a passagem e disputa pelos Bandeirantes e o desenvolvimento das Capelas, ou seja, a fé Católica num processo de missão onde surgirá a Paróquia de São Geraldo Magela levantada no Núcleo Colonial; “Páginas de Uma Longa Vida” de Aureliano Leite (1966) que escreve sobre a formação de Ouro Fino e região, disputa ente Mineiros e Paulistas, tanto política como eclesiástica e ainda a consolidação do Estado de Minas Gerais; “Correspondência de Bueno Brandão” de Guerino Casasanta (1958) que oferece uma leitura sobre o Estadista Júlio Bueno Brandão e entre suas ações sociais e políticas nosso foco na formação de instituições escolares com a implantação de regimentos escolares estabelecidos em seus governos, sendo este historicamente reconhecido como o fundador do Núcleo Colonial Agrícola Federal Inconfidentes e também grande influente na implantação da Escola de Patronato Agrícola Visconde de Mauá.

Utilizamos também as fontes da Gazeta de Ouro Fino, jornal que circulava na região, sendo seu primeiro número datado de 31 de janeiro de 1892<sup>10</sup>, tendo um de seus organizadores o político Júlio Bueno Brandão, onde posteriormente em outras edições relata algumas atividades realizadas na Colônia Inconfidentes como visitas de pessoas e políticos ilustres, festividades e apresentações dos Escoteiros do Patronato entre outras reportagens que irão nos fornecer importantes vestígios sobre a cultura e a sociedade. Os periódicos encontrados datam do ano de 1919 a 1930.

Todas essas fontes primárias citadas acima nos possibilitou pensar na trajetória de desenvolver esta pesquisa voltando um olhar sob a perspectiva da história cultural. Iremos fazer a relação da vida social na Colônia relacionada à cultura cotidiana, numa tentativa de não reduzirmos a cultura como reflexo da sociedade. Sendo assim, nos preocupamos em

---

<sup>10</sup> LEITE, Aureliano. **Páginas de uma longa Vida**. São Paulo: Ind. Graf. Bentivega Ed. Ltda, 1996. p. 15.

apresentar os sujeitos no espaço de suas práticas e representações sociais, característica de uma abordagem da Nova História Cultural. Falamos de representações e das práticas dentro do contexto do cotidiano, ou seja, operando no dia a dia do fazer, da experiência vivida e feita pelos imigrantes e migrantes que ocuparão o espaço social dentro do espaço geográfico marcado pelo Estado.

Optamos que as relações peculiares deste grupo de migrantes serão analisados em forma de imagens, vídeo transcrito, documentos pessoais, documentos oficiais, documentos histórico-bibliográficos e biografias, que segundo Bogdan e Bilklen (1994, p. 48) devemos tentar “analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos”.

Seguindo este contexto de valorização pelos documentos primários, ligados como leituras de construção de sentidos e a interação de seus significados atribuídos à cultura da Colônia, serão levados à reflexão, levando em consideração o que os mesmos atribuíram para os leitores da época e o que representam destes mesmos leitores em suas mentalidades nas décadas de 1910 a 1930.

Nesse viés, Roger Chartier (1990, p. 24) salienta:

[...] Todo o trabalho que se propõe identificar o modo como as configurações inscritas nos textos, que dão lugar a séries, construíram representações aceitas ou impostas do mundo social, não pode deixar de subscrever o projeto e colocar a questão, essencial, das modalidades da sua recepção.

O debate de Chartier nos remete a problematizar esses documentos primários delimitando-os para que possamos refletir as relações de forças que se encontram neles, pois serão essas relações que formarão as definições desse conjunto. Contribuirão na identificação da realidade dos imigrantes e migrantes numa complexidade social. Entendemos que o comportamento humano perpassa por influências no cenário em que ocorrem, naquilo que os sujeitos experimentam, na maneira que vão estruturando o espaço social em que vivem e nos diferentes contextos culturais.

Neste sentido, o desenvolvimento deste estudo inspira-se, também, na base teórica Certeautiana por ser um autor que possibilita compreender a importância da escrita histórico-cultural na inter e multidisciplinaridade com outras áreas do saber. Certeau é fundamental para a análise do outro numa perspectiva epistemológica de compreender o incompreensível, numa abordagem discursiva na sociedade e na historiografia, uma vez que ele rompe com o equilíbrio das certezas e passa a operar no campo das diferenças. Ou seja, Certeau opera na tentativa de transgressão do discurso repressivo de uma historiografia pautada nos “eleitos”.

Como essa pesquisa trata-se de uma abordagem de micro-história a análise das práticas cotidianas torna-se fundamental para seu desenvolvimento, pois nosso objeto de estudos, no espaço, que será o Núcleo Colonial Inconfidentes apresentará as várias etnias e como elas operaram no universo cotidiano por meio de suas práticas culturais e sociais em meio as suas resistências e conflitos. Este exercício de pensar e estudar o cotidiano neste recorte se faz presente para compreendermos as representações culturais e ideológicas produzidas pelas relações entre migrantes. Certeau colabora para este estudo dentro de um olhar e linguagem densa; ele seduz como historiador a uma escrita pensando e valorizando o que os migrantes produziram como cultura.

No primeiro momento em que buscamos pelos documentos não só preocupamos em trabalhá-los, mas principalmente em compreendê-los. Essa compreensão se deu de forma a nos exercitar para nos afastar das certezas históricas, deslocando e avançando para nos aproximar dos movimentos mais amplos da sociedade, seus conflitos, seus lugares de mutações.

Em busca do passado, lugar de operação científica, para reconstituí-lo operando por meio das fontes primárias, nada melhor que garimpar pela historiografia local, leituras que nos transpusesse no tempo para podermos interpretar todo o movimento cultural de uma época da colônia Inconfidentes. Certeau (1982, p. 78) dentro da perspectiva da história dos Annales, nos diz que “A história começa senão com a nobre palavra da interpretação”. Reafirmamos aqui diante das palavras do autor Certeau, numa perspectiva da Nova História Cultural, que a história sempre será inacabada, os documentos sempre terão diversidade de olhares e pluralidade de interpretações. O nosso olhar será a escrita histórica representando o Núcleo Colonial Inconfidentes, lugar social, sob a influência cultural.

Direcionando a discussão para Michel de Certeau (1998) “A Invenção do Cotidiano”, apresenta-nos sua obra de maneira a sermos investigadores críticos neste processo de busca da história no cotidiano, de observarmos as forças externas e internas que possibilitaram a implantação e o fluir da Colônia e do Patronato Agrícola, dos “silêncios” e “lacunas” que essa história apresenta. O cotidiano é observado por meio de símbolos, signos, comportamentos, economia, arquitetura, política, arte, e outros onde os sujeitos “elaboram e reelaboram suas representações”. Essa gama de pluralidades culturais e possibilidades de releitura e valorização das resistências nas práticas culturais da Colônia de imigrantes que iremos focalizar. Lembrando que esta cultura terá complexidade de representações porque se trata da cultura de várias etnias convivendo num mesmo espaço, os imigrantes, e também a cultura de

uma instituição escolar, o migrante, o Patronato Agrícola Visconde de Mauá compoem esta narrativa histórica.

Sendo assim, para compreendermos o acesso ao passado a partir dos sujeitos históricos, fomos à busca das narrativas na historiografia que de acordo com Rüsen (1997, p. 7) defende que são “estruturas linguísticas às quais auxiliam na construção da realidade histórica”. No entanto, o uso da linguagem na narrativa histórica vai além das formalidades gramaticais de um texto literário. O rememoro das experiências do passado dos sujeitos imigrantes e migrantes em suas representações plurais serão necessárias para a interpretação do passado da Colônia Inconfidentes e principalmente para a sustentação das identidades atuais que compõem a comunidade.

Portanto, entendemos nas palavras de Rüsen (1997) que o passado passa a ter sentido a partir de sua análise, compreensão e interpretação no presente. Esta busca constitui-se em propor a autoconsciência histórica e orientação em valorizar a identidade cultural pelas diferentes gerações.

Para compreendermos o conceito de identidade buscamos pela obra de Darcy Ribeiro (2000) em “O Povo Brasileiro: a formação e o Sentido do Brasil”, que corrobora para o fortalecimento de nossa noção de identidade.

O surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem... (RIBEIRO, 2000, p. 133).

Neste processo em que aponta Ribeiro, essas etnias se anulam tornando-se uma só gente para passar a imagem de nação brasileira pautada na mestiçagem, ou seja, as mesclas étnicas vão ser definidoras de nossas identidades. Faremos uma trajetória reversa deste autor valorizando as células étnicas dos grupos individuais da Colônia no apogeu de sua efervescência cultural.

Em fase do exposto, é necessário considerar que este estudo prioriza a identidade individual de cada grupo, ou seja, das onze etnias imigrantes e a nacional já classificada como mestiça migrante para que possamos compreender e compor a cultura enquanto representada na diversidade e complexidade das relações sociais, políticas e históricas do Núcleo Inconfidentes e da instituição escolar Patronato Agrícola Visconde de Mauá.

## 1.5 Garimpendo História no Arraial de Ouro Fino

Para compreendermos a formação identitária da região, especificamente Ribeirão de Ouro Fino, em uma breve passagem, voltaremos um olhar na história do processo de povoamento e disputas ainda no Brasil Império, especificamente o território que nos interessa que é a cabeceira do Rio Mogi-Guaçu.

Esse processo histórico-cultural, ao qual o Brasil chegará ao período da República, acionado por meio da memória, apresenta que várias comunidades indígenas já habitavam essas terras e muitas tribos foram forçadas a adentrar na mata por motivos da colonização, exploração da sua mão-de-obra, riquezas naturais e terras férteis. O que os empurrou para o interior do Brasil foram as Bandeiras, cujo objetivo principal foi a busca de metais preciosos. Nesta região de Minas Gerais, especificamente Inconfidentes, foram encontrados vários objetos e artefatos que indicam a ocupação dos gentios Caiapós, que dominavam a vasta região da cabeceira do rio Mogi-Guaçu. Diante deste contexto histórico reafirmamos a importância do reconhecimento de traços culturais deixados pelos Caiapós, primeiros habitantes da região.

Dando continuidade à ocupação da cabeceira do Rio Mogi, destacamos as comitivas dos Bandeirantes que por esta região passaram em busca de ouro, liderados pelo Governador de Minas Gerais Luiz Diogo Lobo da Silva, trazendo consigo como secretário Cláudio Manuel da Costa no ano de 1764.

Podemos realizar uma comparação de fatos históricos a respeito do povoamento de Ouro Fino e região pela obra do colega e membro do grupo de pesquisadores dos “Sertões do Jacuhy” Tarcísio José Martins intitulado: “Quilombo do Campo Grande. A História de Minas que se devolve ao povo” (MARTINS FILHO, 2008, p. 423) relata expedições bandeirantes e lutas quilombolas: “Nesse mesmo ano (1739), foi concedida licença aos moradores do Morro de Ouro Fino, para investirem contra quilombolas”.

Compreendemos assim, por meio da memória, que nesta época, ainda Brasil império, especificamente em Minas Gerais era grande a procura por Ouro e pedras preciosas, além disso, a disputa entre os Paulistas e Mineiros nas expedições das Bandeiras desencadeou uma grande guerra por domínios territoriais e suas riquezas dizimando tanto os índios quanto os negros forros e os aquilombados. Segundo Martins Filho (2008), os quilombos, muitas vezes

eram apenas vilas, povoações habitadas por negros que viviam do ouro de foiceagem<sup>11</sup> e da agricultura. Mas, devido ao sistema tributário de capitação da política monárquica vigente incompatível ao sistema escravista culminou no despotismo das lideranças que queriam abocanhar todas as riquezas e terras férteis, mesmo que isto custasse a vida de negros e brancos pobres. Tãmanha era a violênciã apreendida contra os negros que na pesquisa de Martins Filho (2008, p. 756) descreve que “Bartolomeu Bueno deve ter trucidado e completado a sua coleção de orelhas mumificadas [...] em 1764 o escrivão do Governador Luiz Diogo, Cláudio Manuel da Costa, a ele se referiu como a Noite da Desesperação.”.

O mesmo fato de violênciã em que Bartolomeu Bueno do Prado empreende aos negros é relatado no livro de Aureliano Leite, “Páginas de Uma Longa Vida” (LEITE, 1966, p. 15-16), que conta ser “três mil e novecentos pares de orelhas”. O mesmo empreendeu violentas expedições com a justificativa de que os aquilombados por onde passavam deixavam o rastro de terror e mortes e que por esse motivo teriam que serem “contidos”.

Ampliando essa discussãõ, Martins Filho (2008, p. 434, 880) relata a disputa, passagem e resistênciã pelo território de Ouro Fino em 1743 a 1750 sob a expedição de Francisco Martins Lustosa. Já em 1763, segundo Martins Filho (2008, p. 833), Luiz Diogo Lobo da Silva passa por mais uma expedição bandeirante no território de Ouro Fino, desta vez acompanhado pelo seu secretário Cláudio Manuel da Costa. Todos esses dados nos ajudam a compreender e confirmar o surgimento do arraial, mais tarde elevado à Paróquia de São Francisco de Paula, por Francisco Martins Lustosa (bandeirante paulista) referenciado também na pesquisa de Guimarães (2010, p. 23).

Sem dúvida, foram os sertanistas que lançaram os alicerces dos arraiaes que viriam a se tornar cidades, entre Ouro Fino, isto lá pelos anos de 1746 a 1749, quando os bandeirantes chefiados por Francisco Martins Lustosa prosseguiram no devassamento das regiões vizinhas das já exploradas por eles, atingindo as cabeceiras do rio Mogi-Guaçu, onde também encontraram ouro no ribeirão de Santa Isabel, ribeirão Ouro Fino e ribeirão de São Pedro. Lustosa criou ali um arraial, mais tarde elevado à Paróquia de São Francisco de Paula.

Francisco Martins Lustosa também será citado na revista<sup>12</sup> comemorativa da Diocese de Pouso Alegre que narra a passagem do bandeirante e tomada da regiãõ:

<sup>11</sup> Foiceaçãõ: é o termo usado na procura de ouro nos cursos d'água ou nas areias que faiscam à luz do sol, nos bicames (calhas) de madeira, que trazem na água as areias auríferas para os decantadores.

<sup>12</sup> Esta revista comemorativa da Diocese de Pouso Alegre organizada pelo Cônego João Batista de Oliveira contou com a participaçãõ e colaboraçãõ do Historiador Dr. José Guimarães. Outro Historiador referenciado nesta revista foi o Dr. Pompeu Rossi.

À frente dos homens que obedeciam a sua orientação, descobriu as Minas de Ouro Fino e fundou o arraial de São Francisco de Paula. [...] Em 8 de março de 1749, passada pelo governador do Bispado, Cônego Lourenço Leite Penteado, em sede vacante, criou a Paróquia de São Francisco de Paula de Ouro Fino...o primeiro vigário de Ouro Fino foi o Padre João Rabelo (OLIVEIRA, 1950, p. 170).

Toda essa narrativa histórica advertiu que essas terras e arraiais eram ligadas à Capitania de São Paulo sendo retomadas pela Capitania Mineira com a expedição de Luiz Diogo Lobo da Silva.

As autoridades Mineiras, depois de expulsarem Lustosa e os seus companheiros do arraial de Sant'Ana do Sapucaí, tendo à frente o Revmo. vigário da Vara Dr. João Bernardo da Costa Estrada, chegaram a Ouro Fino, no dia 29 do mês de Junho de 1750, tomando posse do arraial e da paróquia (OLIVEIRA, 1950, p. 171).

Com a retomada pelos bandeirantes mineiros vão cessar as disputas armadas entre estes e os bandeirantes paulistas pelas minas e terras da região. Este fato trará mais estabilidade política ao arraial de Ouro Fino, segundo Cônego Oliveira (1950, p. 171):

Sob a jurisdição da Capitania de Minas Gerais no ano de 1764, por ocasião do célebre giro do General Luiz Diogo da Silva, foi criado em Ouro Fino um Registro, repartição que cuidava da fiscalização dos extrativos do ouro e que muito contribuiu para a estabilidade do arraial.

Apresentando uma posição oposta a de Cônego Oliveira, Leite (1966, p. 15) assegura que:

Ouro Fino, não mais disputado pelos paulistas, senão em complicadas e teóricas reclamações administrativas, ficaria em definitivo, no político ou civil, sob o poder de Minas, embora, no espiritual ou eclesiástico, se mantivesse no bispado paulopolitano, até o dealbar do século XX, quando, criada a Diocese de Campanha, se passaria para ali a paróquia franciscana.

Diante do exposto pelos autores, é necessário considerar que a região de Ouro Fino por anos foi tomada de difícil acesso sendo seus caminhos sinuosos voltados para as regiões da Capitania de São Paulo. Haviam muitas reclamações administrativas por este motivo entre outros. Cabe ainda mencionar que outro fator importante nestas expedições travadas é a contemplação de grandes lotes de terras adquiridas pelos bandeirantes e seus descendentes fomentando a propriedade privada das terras em poucas mãos, que somando as grandes fazendas já existentes originam uma classe política forte da oligarquia mineira - os coronéis. As terras que não foram loteadas, terras devolutas, foram sendo ocupadas por posseiros que

eram antigos trabalhadores nas minas de ouro ou ribeirões. Desta forma, surge a cidade de Ouro Fino, que Leite (1966, p. 17) descreve sua emancipação política:

Ouro Fino passou de simples arraial à freguesia, no ano de 1831. Foi elevado à vila, em 1868, mas não mereceu a instalação; ao contrário, foi-lhe cassado o foral. Mas, em 1880, a Assembleia Provincial promoveu-o à cidade e instalaram-se a câmara e o termo judicial anexo a Pouso Alegre, muito mais novo que a sua subordinada, só conquistando de fato a graduação de sede de comarca, após a República, em 1890.

Como a extração do ouro não surtiu efeito esperado pela corte, esgotou-se e os sertanistas e mineradores que aqui permaneceram, passaram a dedicar-se a agricultura às margens do Rio Mogi-Guaçu, pois, a terra banhada pelo rio era “fértil e dadivosa”, onde poderiam desenvolver as culturas necessárias à manutenção do homem. Guimarães (2010, p. 23) enfatiza que: “esses primitivos habitantes eram modestos lavradores para cultivo, ainda muito incipiente, do milho, feijão, arroz, trigo e pequenas criações”.

A presença dos imigrantes italianos aparece para compor a etnia da cidade de Ouro Fino em meados do ano de 1897 segundo os relatos de Leite (1966, p. 17): “[...] seria o município ligado a São Paulo pela estrada de Ferro. Com melhor aproveitamento de seus férteis campos de cultura, na cooperação de braços italianos com os velhos moradores, descendentes remotos da cepa bandeirante...”.

Comprendemos diante de toda a narrativa histórica da região resgatada pelos registros escritos por historiadores e cônegos que foi desta forma que os sítios, fazendas e bairros de Ouro Fino foram surgindo, entre eles o bairro dos Almeidas que futuramente o Governo Federal vai escolher para a instalação do Núcleo Colonial de Ouro Fino.

Assim, por meio de batalhas, resistências e conflitos entre “Mineiros e Paulistas” as fronteiras entre Minas Gerais e São Paulo vão sendo reformuladas, definidas, e as vilas, arraiais e cidades vão sendo compostas por uma miscigenação étnica de índios, negros e portugueses que será referenciada futuramente pelo Governo Federal como “nativo ou nacional”. Posteriormente esse “nacional” vai misturar-se ao imigrante estrangeiro nos anseios de uma política nacional voltada para o progresso atendendo a uma nova demanda social e econômica.

### 1.5.1 Um breve relato passando pela economia e política

Definidas as fronteiras que comporão o Estado de Minas, iremos ter as representações políticas operando nas disputas pelo poder, principalmente amparados na grande propriedade privada no início da República. Sabemos que a Capitania de Minas Gerais era a mais populosa devido à corrida pela extração do ouro e pedras preciosas; este fato contribuiu para um comércio interno de abastecimento agrícola muito intenso e de grande relevância para a economia mineira, que contava com grande variedade de grãos e expansão da pecuária. Para sustentar esta economia, principalmente a Sul Mineira, foi necessária uma vasta utilização de mão-de-obra escrava nas fazendas. Além disso, soma-se a importância da influência política de Minas Gerais no cenário nacional por seu contingente populacional que mesmo com terras devolutas a serem ocupadas tinha uma população muito significativa. Esta população advém principalmente dos cativos como mão-de-obra nas grandes propriedades rurais e na extração dos minérios.

Andrade (2008) e Castilho (2009) vêm corroborar com o adjetivo atribuído à diversidade da agricultura Mineira sendo comparada a um grande “Mosaico” de variados produtos a serem comercializados “inter e intraprovincial” pelos proprietários das fazendas escravistas. Tais produtos como a cana-de-açúcar, a aguardente, a rapadura, o fumo, arroz, milho, feijão, queijo, toucinho, porcos, carneiros, cavalos, muares, carne bovina foram responsáveis por qualificar os grandes proprietários como: “agricultores, pecuaristas, agropecuaristas e ainda comerciantes desses produtos”. Toda esta estrutura possibilitou aos grandes proprietários da elite Mineira ao Sul e Zona da Mata investirem na monocultura do café. Esta cultura, por sua vez, vai contribuir para com o progresso e industrialização no Brasil. A monocultura do café passa a ser valorizada e rentável, entretanto, as leis abolicionistas vão causar um grande impacto nas fazendas que utilizavam desta mão-de-obra em larga escala não apenas nas lavouras de abastecimento interno mas também na cultura cafeeira. Com esse fato, a produção para o abastecimento interno fica reduzida em detrimento à expansão cafeeira.

Nesta perspectiva da Abolição da escravidão negra no Brasil, as elites representadas iniciaram um amplo debate político ávidos pela falta de mão de obra nas lavouras e a dificuldade e escassez de créditos financeiros para a agricultura. Discorrendo sobre a temática da agricultura, Nery (2010, p. 32) transcreve um trecho do relatório do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas (MACOP) relatando o problema da mão de obra e preocupação em visibilizar créditos para a agricultura:

A lição recolhida do Congresso Agrícola veio pôr em relevo o verdadeiro estado da questão para a zona ali representada. Os mais conspícuos pareceres me confirmaram na convicção de que, não sendo as únicas, braços e capitais, são as principais necessidades da grande lavoura. Facilitada a aquisição destes dois imprescindíveis instrumentos da produção, podemos confiadamente aguardar a ação do tempo.

No tocante à questão de braços para a lavoura brasileira, Nery (2010) afirma que no decorrer dos discursos e debates apresentados pelos congressistas, coloca-se em pauta a questão dos imigrantes europeus para atender à “falta” ou necessidade desta mão de obra com novas visões tecnológicas para lidar com a terra e possibilitar avanços nos meios de produção agrícola.

Nesta visão política, econômica e social, o europeu iria atender às demandas de um novo discurso em pauta eugenista para promover o branqueamento<sup>13</sup> do povo brasileiro e sua inserção num projeto de civilização e higienização com o objetivo de atender ao progresso e constituir a ideia de “nação” brasileira pautada na importação da cultura europeia.

### 1.5.2 A grande influência da política Sul mineira

Como podemos perceber no contexto anterior, o Brasil no século XIX já encenava para várias mudanças na organização para o regime Republicano. O país corria em busca da modernização para atender ao ideal do liberalismo e capitalismo. Fez-se necessário uma gama de mudanças a serem implantadas nas estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas dos Estados brasileiros. Estas transformações, devemos destacar, que foram muitas vezes complexas devido a grande extensão territorial do Brasil e suas particularidades culturais que culminam em diversidades tanto de estrutura e consolidação política quanto na economia e representações sociais de sujeitos plurais, mas que acabam sendo representados por uma camada da elite oligárquica.

Nesta abordagem, sem dúvida a Federação dos Estados Brasileiros vai facilitar o trânsito político por região, suas influências e maior poder de negociação dos membros representados por partidos únicos. A República Velha, principalmente denominada por sociólogos,

<sup>13</sup> A teoria do branqueamento foi pensada com base na teoria eugenista científica (pureza das raças) com intuito de dar uma nova roupagem à identidade nacional brasileira em meados do século XIX e XX. Ver em: SANTANA, Nara M. C.; DOS SANTOS, Ricardo Augusto: “Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX”. **Revista de Estudos Sociais**, n. 58, p. 28, 2016. [periódico revisado por pares].

Ver também: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

historiadores e escritores como Castilho (2012) e Horta (1986) discorrem sobre o fortalecimento dos Estados e o coronelismo compondo o poder local e regional. Será neste contexto histórico de “curral eleitoral” que o Estado de Minas Gerais juntamente com o Estado de São Paulo e Rio de Janeiro vão ter grande influência na política Federal. Para elucidar o exposto, pode-se fazer referência ao posicionamento de Castilho (2012, p. 50) que considera que Silviano Brandão<sup>14</sup> foi a grande “liderança Sul-Mineira frente ao governo do Estado”.

“Senhor absoluto do Sul de Minas Gerais”, do seu reduto em Pouso Alegre, comandava os donatários de uma constelação de pequenos feudos: Ouro Fino, com Júlio Bueno Brandão; Cristina, com Delfim Moreira e Itajubá com Wenceslau Brás [...].

Ampliando essa discussão Castilho (2012, p. 30) defende que:

Em 1892, Siviano Brandão havia se alçado à posição de líder político do Sul de Minas, desenvolvendo um intenso trabalho junto às câmaras municipais através do primo e cunhado Júlio Bueno Brandão, ex-presidente da intendência de Ouro Fino e então presidente da Câmara e Agente Executivo municipal. Júlio Bueno Brandão desempenhou o papel de braço direito de Silviano no Sul de Minas quando este se alçou ao poder estadual, garantindo coesão e lealdade na sua base de origem política.

Diante de tais pontuações, é necessário considerar que esta aliança coesa e leal entre os Silvianistas será de grande relevância para manter a consolidação do Estado Mineiro e a formação do PRM- Partido Republicano Mineiro ao qual Júlio Bueno Brandão<sup>15</sup> apoiará e irá alcançar altos postos no governo do Estado.

---

<sup>14</sup> Francisco Silviano de Almeida Brandão nasceu em: 8 de setembro de 1848 e faleceu em 25 de setembro de 1902. Filho de José Claro de Almeida e Ana Isabel Bueno Brandão. Natural de Santana do Sapucaí/MG, atual Silvianópolis. Graduado em Medicina – 1876 - Deputado provincial pelo Partido Liberal, Secretário Estadual do Interior e Justiça no governo de Afonso Pena, Presidente do Estado de Minas Gerais e Vice-presidente da República. Em Pouso Alegre, construiu sua base de atuação política. Fundou o Clube Republicano e se elegeu deputado provincial pelo Partido Liberal, para a legislatura de 1880 - 1881. No desempenho de sua ação parlamentar, defendeu a integridade territorial do Estado, obteve a criação dos municípios de Ouro Fino, São José de Além Paraíba e São João Nepomuceno e abraçou a causa da delimitação conveniente das divisas de Minas Gerais com São Paulo. Em seu governo, dedicou-se à agricultura, que era a grande geradora da riqueza de Minas. Disponível em: <[http://www.descubraminas.com.br/MinasGerais/Pagina.aspx?cod\\_pgi=2520](http://www.descubraminas.com.br/MinasGerais/Pagina.aspx?cod_pgi=2520)>.

<sup>15</sup> Senador Júlio Bueno Brandão: Nasceu em Ouro Fino em 11 de Julho de 1858, filho do coronel Francisco de Paiva Bueno e D. Francisca de Paula Sanches. Autodidata, frequentou apenas a escola de primeiras letras. Em 1881 foi nomeado Juiz municipal, de Ouro Fino. Neste mesmo ano obteve provisão de advogado dando início a sua trajetória política, cercado de grande prestígio na zona Sul de Minas Gerais. Em 1882, foi nomeado sub-delegado de polícia. Eleito vereador em 1883 na Câmara Municipal de Ouro Fino onde permanece até a proclamação da República. Em 1891, toma posse ao cargo de presidente do Conselho de Intendência de Ouro Fino, nomeado pelo presidente Bias Fortes. Neste mesmo ano, criou a Associação Jornalística e Literária dando continuidade com publicação do primeiro número da Gazeta de Ouro Fino, jornal em circulação que contribuirá muito para reforçar seu prestígio

Ouro Fino chegou mesmo, pelos seus chefes políticos, instigados por Silviano Brandão, a protestar contra a criação do “Estado de Minas do Sul” ou a anexação a São Paulo, como queriam os rebeldes de Campanha, secretariados por João Luís Alves (LEITE, 1966, p. 17).

Em face do exposto é necessário considerar que a criação da Gazeta de Ouro Fino segundo Casasanta (1958, p. 17) “circulou o primeiro número em 31 de janeiro de 1892”, jornal que contava com a colaboração de Júlio Bueno Brandão foi um importante aparato político ao qual circulará na região fortalecendo a coligação de Silviano Brandão com intuito de combater a propaganda divisionista, ou seja, contrária à separação do Sul de Minas Gerais e fortalecer o PRM. Tendo em vista o fato de que o meio mais eficaz de comunicação naquela época da República fazia-se frente aos periódicos, é válido destacar que a Gazeta de Ouro Fino foi de extrema importância para propaganda de consolidação e ascensão de Silviano e Júlio Bueno Brandão na política de Minas Gerais que garantiram a coesão do partido e uma grande representatividade na bancada do Congresso Nacional. O autor Casasanta defende a política de Silviano Brandão quando relata que:

Lutava Silviano, com toda a determinação de vencer, estendendo sua influência até onde fosse possível penetrar: Pouso Alegre, Ouro Fino, e aquela parte do Sul de Minas; Muzambinho, Cabo Verde, Caldas, Passos, Uberaba, Itajubá, Monte Santo (CASASANTA, 1958, p. 10).

É importante perceber que esses estudos se complementam e reforçam a preocupação com a “unidade nacional” dos Estados federados nas primeiras décadas da República, que na maioria das vezes foi ideologicamente liderado pelo Partido Republicano Mineiro. Embora bastante concisa e sucinta, essa análise demonstra pontos essenciais para compreendermos a consolidação do Estado de Minas Gerais e rompe com o paradigma de que os mineiros e paulistas se uniram politicamente de forma pacífica para terem grande influência na Política de governadores da Federação. Cabe ainda mencionar que as disputas políticas internas no Sul de Minas Gerais e no Estado como um todo, nunca se fizeram tão pacíficas assim. Ela é marcada por conflitos, descontentamentos de grupos contrários ao PRM e disputas pelo poder.

Além do mais, não desconsiderando a importância da consolidação do Estado Mineiro, fundamental para a formação e consolidação de identidade e representatividade frente à política de Estado Nacional direcionamos a nossa discussão para um mineiro representado de forma

---

político. Elegeu e Ocupou a cadeira no Congresso Mineiro onde foi relator da Comissão de Orçamento e presidente da Comissão de Assuntos Municipais. Ocupou também a cadeira no Senado Federal em 1898. Em 1908 assume a presidência de Minas Gerais. Em 1916 volta ao Senado Federal. Em 1919 Deputado Federal. Em 1924 volta ocupar o Senado Federal. Morreu em 21 de Março de 1931.

plural tanto politicamente, embora o PRM fosse a liderança forte, quanto economicamente e principalmente na diversidade cultural, muito “esquecida” nos documentos históricos, que será fundamental em nossa discussão na pesquisa refletindo a formação cultural e a memória de sujeitos plurais. Pois a história narrativa de grandes feitos e grandes Estadistas sempre teve seu lugar privilegiado em detrimento da memória da sociedade civil.

Esta breve passagem pelo povoamento e consolidação geográfica e política do Estado de Minas Gerais, especificamente a política Sul Mineira foi importante para compreendermos os novos rumos que o Brasil no início da República estava almejando alcançar na corrida em busca de um país moderno, almejando alcançar o progresso econômico. Para isso, o lema Ordem e Progresso se fez constante em todas as esferas que pudessem influenciar para uma nova identidade do povo brasileiro.

Sendo assim, no século XX, precisamente na data de 16 de maio de 1907, foi instaurado pelo Decreto nº 6.479 o Regulamento de Povoamento do Solo Brasileiro com o intuito de receber imigrantes para substituir a mão de obra escrava nas lavouras e que pudesse contribuir com a visão de ordem e progresso para com o país buscando promover nas entrelinhas o branqueamento e a higienização (BRASIL, 1907). Outro fator importante na abertura à imigração no período da República foi povoar o solo brasileiro que ainda era composto por uma densidade demográfica ínfima em certas regiões que pudesse contribuir com a agricultura trazendo novas técnicas de produção e manejo oriundas de seus países. Não podemos deixar de elucidar a instauração dos Patronatos Agrícolas para atender uma demanda social advinda da abolição da escravatura que resultou na condição de muita gente sem "rumo" com a nova condição de "liberdade".

Acrescenta-se a isso outro fator de ordem política, ou seja, com o país em desenvolvimento, muitos “libertos” começaram a povoar as grades metrópoles e isso não ficava bem aos olhos dos outros estrangeiros. A decisão foi fazer um processo de "higienização", principalmente dos grandes centros, visando um projeto de uma nova sociedade em vias de desenvolvimento e o ideal de "branqueamento" das massas populares.

## CAPÍTULO - II

### 2 IMIGRAÇÃO EUROPEIA

#### 2.1 Políticas Públicas

Como vimos no capítulo anterior, o Governo debatia e ansiava pela vinda de mão de obra imigrante para trabalhar nas lavouras brasileiras com o intuito de alavancar principalmente a economia agrária na introdução de novas técnicas e ferramentas agrícolas. Segundo a ideologia política da época, faltavam braços para trabalhar nas lavouras, principalmente as de café, que teria sido agravada com o fim do tráfico negreiro e posteriormente a abolição do mesmo.

Neste contexto econômico, a disponibilidade da mão de obra europeia é advinda do processo capitalista industrial europeu que não conseguiu absorvê-la tornando-a excedente e mais barata. Esse fenômeno é relatado por Ribeiro (2000, p. 399):

Cada país europeu atingido pelo processo exportava milhões de pessoas. Primeiro emigram das ilhas Britânicas; depois da França, mais tarde da Alemanha, e da Itália; por fim da Polônia, da Rússia e de países balcânicos. Dá-se, assim, uma oferta de trabalhadores europeus mais barata que os escravos africanos e também mais eficazes por sua adaptação aos novos regimes produtivos.

Cabe enfatizar, com base no autor citado acima que, de acordo com esse discurso Republicano, a mão de obra europeia é introduzida no Brasil representando a “salvação” da monocultura cafeeira. Em segundo plano ficaria a preocupação dos governantes brasileiros com a questão agrícola para abastecimento interno. Embora a cultura do café fosse reconhecida como uma monocultura de grande valor no mercado, muitas vezes ocupa uma ideia que outros produtos não eram incentivados ao plantio e comercialização. Como os grandes latifúndios ocupavam de maneira expressiva suas terras com a cultura do café e absorvia uma grande mão de obra para esta lavoura, os outros produtos teriam que ser cultivados para abastecer a mesa do brasileiro. Estes fatos somando-se ao descontentamento, discriminação e preconceito ao povo mestiço que lhe atribui à condição do atraso nacional. O governo brasileiro fazia uma forte propaganda para atrair novos imigrantes a vir estabelecer em terras brasileiras com suas famílias. Os Estadistas Republicanos estavam preocupados em povoar, modernizar as técnicas do cultivo agrícola, abastecer e melhorar a população enquanto raça mestiça, introduzindo o europeu como forma ideal de branquear a população.

Em consequência, aos motivos econômicos se somam incentivos ideológicos para a realização de enormes investimentos públicos a fim de atrair ao país colonizadores brancos, na qualidade de reprodutores destinados a “melhorar a raça” (RIBEIRO, 2000, p. 404).

Oferecia grandes vantagens, entre elas, a facilidade em adquirir terras para serem cultivadas por valores módicos. Segundo Guimarães (2010, p. 23), eram oferecidas aos imigrantes com mais de 12 e menos de 60 anos as seguintes vantagens:

- a) passagens pagas nos paquetes transatlânticos de qualquer parte de embarque na Europa ou América para o Brasil;
- b) desembarque gratuito para os imigrantes com suas famílias e bagagens e sua instalação na hospedaria de imigrantes;
- c) transporte gratuito da hospedaria no porto de desembarque até a colônia escolhida pelo imigrante, que ali era acomodado ainda à custa do Governo, durante os primeiros dias;
- d) venda, a longo crédito, de um lote de terra convenientemente demarcado, com uma parte já lavrada para os primeiros cultivos, bem como uma casa construída de acordo com os planos do próprio colono;
- e) fornecimento gratuito de utensílios, sementes, animais e veículos de transporte necessários aos primeiros trabalhos agrícolas;
- f) Ainda, assistência médica, instrução elementar gratuita aos filhos. Os lotes urbanos mediam cerca de 3.000m<sup>2</sup> e os rurais 25 a 50 hectares... as vantagens oferecidas eram maiores para os chefes de famílias do que para os colonos isolados.

Diante do postulado é fundamental problematizar porque o Governo não facilitou a compra de terras para o próprio povo brasileiro que aqui já havia estabelecido e compunha uma considerável massa populacional? O imigrante representava uma força de trabalho mais qualificada que a nacional, oriunda das primeiras mestiçagens, isso fez com que os nacionais fossem impedidos de entrar no processo de competição e modernização do mercado de trabalho. Este fato, assinala Ribeiro (2000, p. 400), resultou no retardamento a “proletarização e politização” dessa massa nacional, pois, só entrariam tardiamente quando esgotadas a absorção dos braços europeus.

Nestes moldes de busca pelo progresso e novas tecnologias as terras tiveram sua compra facilitada pelo Governo Federal, por meio do Serviço de Povoamento do Solo Brasileiro, que viabilizou-as por intermédio do Estado de Minas Gerais. Ribeiro nos auxilia a compreender esse trâmite para comprar as terras:

À própria autonomia dos estados, de que a primeira República se fez tão zelosa, explica-se por esse esforço continuado do cafeicultor de tudo submeter aos seus interesses. Entre eles, a transferência ao Estado dos controles e da faculdade de dispor das terras devolutas, que assumiram enorme importância nas áreas de cafeicultura (RIBEIRO, 2000, p. 401).

Compreendemos diante de tais considerações que os Estados tinham autonomia para compra e venda de terras com intuito de serem projetadas colônias agrícolas para receberem os imigrantes. Foi desta forma que o Governo Federal adquiriu por meio de compra as terras mediadas pelo Estado que, por sua vez, adquiriu-as de proprietários particulares.

O Núcleo Colonial Inconfidentes foi viabilizado com esforços políticos de Júlio Bueno Brandão, diante de sua representação e prestígio como Vice-Presidente e posteriormente Presidente eleito de Minas Gerais. Como expomos no capítulo I a grande influência deste político, visibiliza-o como o fundador desta Colônia.

As medidas preliminares ficaram a cargo de inspetor do Povoamento do Solo, o Dr. Pedro Demóstenes Rache que conduziu para o Governo Federal, a criação do núcleo. Com as terras já desocupadas e compradas pelo Estado de Minas Gerais dos fazendeiros de Ouro Fino, inicia-se a preparação para receber imigrantes que vão cultivar nestas terras para abastecimento interno da região.

Dr. Pedro Rache conduziu a criação do Núcleo Colonial Inconfidentes respeitando a vontade de seus superiores sim, mas combatendo o que estivesse errado ou fora do Regulamento de Serviço do Povoamento [...]: O regulamento não cogitava compras de terras com plantações de café. No entanto, muitos fazendeiros de Ouro Fino venderam partes de suas fazendas com plantações de café a um preço muito alto. [...] Os colonos não chegaram de imediato, mas foram chegando a partir de 1913. O tempo foi passando e o café desenvolveu-se nas terras em que ele já existia anteriormente. Os antigos donos dessas terras pediram, então, que lhes fossem cedidos os lotes correspondentes às suas antigas propriedades porque, do contrário, aquela riqueza, o café lá existente, seria perdida por falta de trato, uma vez que os colonos estrangeiros não poderiam chegar a tempo. Esse foi o maior desentendimento entre o Dr. Rache e seus superiores, porque ele não admitia que os terrenos vendidos ao Estado por preços tão altos e divididos em lotes, fossem de novo vendidos aos mesmos donos, com preços bem mais baixos e com vantagens da colheita de um café que teria um bom lucro para as despesas do núcleo, cuidados convenientemente por seus funcionários (GUIMARÃES, 2010, p. 28)<sup>16</sup>.

Guimarães (2010) alerta que, mesmo contido nas cláusulas do Regulamento de Serviço de Povoamento que não poderia comprar terras produtivas, com plantações de café,

---

<sup>16</sup> Acreditamos que devido conter em nota de rodapé o nome Pedro Rache: “Outros Homens de Minas”, seu livro pode ter contribuído em pesquisas para a escrita da autora sobre a fundação do Núcleo Inconfidentes.

os fazendeiros de Ouro Fino foram duplamente beneficiados uma vez que venderam suas terras por preços elevados, às adquiriram novamente por preços módicos e ainda beneficiadas pela colheita. Esta questão vem corroborar com o entendimento que a classe cafeicultora encontra um meio de levar vantagens à custa do Estado, pesando já no futuro do povo brasileiro o fardo das dívidas públicas.

Os conflitos e jogos de interesses de classe emergem nas entrelinhas da memória dos grupos marcando uma época republicana dominada pela política e economia da oligarquia cafeeira a qual Ribeiro (2000, p. 403) afirma ser esta classe<sup>17</sup> “responsável por algumas das deformações mais profundas da sociedade brasileira”.

## 2.2 Núcleo Colonial dos Inconfidentes

Sanadas as questões da liberação do Núcleo Colonial e sua localização, parte burocrática da aquisição das Terras pelo governo Federal, o Ministério da Agricultura envia ao Diretor Geral do Serviço de Povoamento do Solo a seguinte recomendação:

Recomendo-vos que, em homenagem à memória de Tiradentes, de Maia e Maciel, Ignácio de Alvarenga Peixoto, Cláudio Manoel da Costa, Tomaz Antônio Gonzaga, José de Resende Costa (pai e filho), Padre Carlos Corrêa de Toledo, Francisco de Paula Freire de Andrade e outros que tomaram parte na grande obra de lançar, em nome do país, o gérmen das instituições republicanas, dei ao núcleo colonial que se vai criar no Município de Ouro Fino a denominação Núcleo Colonial dos Inconfidentes, para que concorre ainda a circunstância de haver Alvarenga Peixoto possuído uma propriedade agrícola na comarca da Campanha do Rio Verde e que pertenceu, na época da Inconfidência, século dezoito, o atual Município de Ouro Fino. Portanto, coube a Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, Ministro da Agricultura do Governo de Nilo Peçanha, a escolha e determinação do nome do lugar (GUIMARÃES, 2010, p. 12).<sup>18</sup>

A Colônia vai tornar-se um monumento vivo erguido em homenagem a Tiradentes. Ruas, Praças, Avenidas e o Bosque vão receber nomes saudando a imagem de um dos grandes heróis Mineiros e os que juntamente com ele tiveram seus nomes enobrecidos. Na planta da Sede que data de 1911 contém os seguintes homenageados: Rua Alvarenga Peixoto, Rua Cláudio Manuel da Costa, Rua Padre Oliveira Rolim, Rua Bárbara Heliadora, Rua Tomaz

<sup>17</sup> Sobre esse assunto para melhor esclarecimento ler Darcy Ribeiro (2000) O Povo Brasileiro: A formação e o Sentido do Brasil. Especificamente discorre a oligarquia cafeeira nas páginas 401 a 407.

<sup>18</sup> Referente a escolha do nome a ser dado a Colônia a autora referencia em nota de rodapé Nelson de Sena. Anuário de Minas Gerais.

Antônio Gonzaga, Rua Marília de Dirceu, Rua Alvarenga Maciel, Rua Sargento- Mor Toledo Piza, Praça Tiradentes e Praça da Liberdade.

A primeira planta do projeto do núcleo colonial já trazia uma possibilidade de expansão futura aos imigrantes. Traçada com ruas largas, praças grandes e um maravilhoso e exuberante bosque com árvores nobres e muitas plantas raras como orquídeas.

Na primeira planta da Sede do Núcleo Colonial Inconfidentes, de 1911, os engenheiros responsáveis, encantados com a beleza das florestas existentes na parte baixa das terras, por onde mansamente corria o rio Mogi-Guaçu, determinaram uma área de 80.000m<sup>2</sup> para a manutenção de um bosque, não apenas para preservar aquelas maravilhosas árvores nativas (cedro, canela, peroba e muitas outras plantas, como orquídeas e cipós), mas também para manter a mata ciliar que protegia o maravilhoso e tão calmo rio Mogi-Guaçu. Assim como as ruas da Sede receberam nomes dos mártires da Inconfidência Mineira, também aquela floresta recebeu o nome de Bosque da Conjuração (GUILMARÃES, 2000, p. 28-29).

Em todo o empenho de ações justas e importantes realizadas pelos engenheiros como a preocupação da preservação das matas ciliares, árvores e plantas que hoje já nos apresentam raras, escassas, abrimos nosso campo de observação para a imagem simbólica construída para abrigar aos imigrantes. O mito e heroico Tiradentes foi, sem dúvida, um dos maiores heróis nacionais pela coragem e companheirismo de assumir sua culpa perante aos tribunais no levante da Inconfidência Mineira. Não é nosso objetivo discutir a trama propagada pelos Inconfidentes, mas sim, fazer um parêntese do uso apropriado pelo governo Federal do mito simbólico nacional de Tiradentes e seus companheiros. A República Federativa Brasileira sabiamente já prepara, arquiteta o Núcleo Colonial dos Inconfidentes introduzindo de antemão a representação histórica relacionada ao lugar social sob a influência da cultura brasileira. Mas que só serão assimiladas no decorrer dos anos de experiências vividas pelos colonos imigrantes com a colaboração das instituições brasileiras: as escolas, a igrejas e periódicos.

Discorrendo sobre a temática da “estratégia”, utilizada pelo Governo Federal na primeira planta da Sede, Certeau (1998, p. 46) pontua que:

Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Em conformidade com as pontuações de Certeau (1998), compreendemos que o método empregado pelo Governo Federal de estratégia foi muito utilizado para moldar, influenciar e encaixar os sujeitos num plano de representação para atingir a unidade e nacionalidade brasileira. Nem sempre as estratégias aparecem de forma explícita na narrativa histórica do Brasil de tendência tradicional, elas vêm marcadas nas entrelinhas pelas “identidades majoritárias aparelhadas pelo Estado” (CHARTIER, 1988, p. 12). A Colônia Inconfidentes está apta a iniciar sua trajetória com a chegada dos imigrantes, mas nasce num território já marcado pela simbolização na historicidade brasileira com intuito de legitimar um projeto reformador político-social da República.

### **2.3 Identidade e memória na reconstituição histórica dos primeiros imigrantes**

Com o Núcleo já preparado para receber os imigrantes, aos poucos eles foram apresentando-se com interesse em adquirir terras e formar suas lavouras.

Os primeiros grupos a chegarem à Colônia foram os brasileiros e italianos já imigrantes em Ouro Fino.

Os primeiros imigrantes que se apresentaram em 1910 para trabalhar e comprar terras já estavam no Brasil e muitos em Ouro Fino. No entanto, foi de 1911 em diante que efetivamente se notou o grande número de imigrantes das mais diversas nacionalidades (GUIMARÃES, 2000, p. 109).

Observamos nos dizeres de Guimarães (2010) que houve uma migração no primeiro momento, os pioneiros foram os brasileiros e imigrantes italianos já instalados no município de Ouro Fino. Diante desta afirmativa da autora e buscando por respostas, analisamos que era comum que os imigrantes que já estavam estabelecidos no Brasil em outras colônias migrassem internamente em busca de melhores condições e oportunidades de adquirir propriedades nas Sedes das Colônias agrícolas financiadas pelo Governo para prestarem serviços como carpinteiro, pedreiro, serralheiro, casas comerciais, farmácias e etc. Entretanto, percebe-se que a maior concentração e procura era pelos lotes rurais para adquirirem suas propriedades e desenvolverem as lavouras devido ao próprio estímulo e vantagens que o Governo Federal oferecia. Era uma alternativa vantajosa, diferente das colônias mantidas por particulares, fazendeiros que muitas vezes tornavam impossível ou pouco provável a mobilidade social desses pioneiros imigrantes, colonos contratados.

Neste viés Ribeiro (2000, p. 401) ampara nossa fala quando descreve que:

O fazendeiro se faz comerciante para prover aos colonos de tudo que necessitavam, mas também para recuperar o máximo dos salários pagos. Assim, os contratos mais vantajosos e já monetários passam a deteriorar-se para o trabalhador rural, sujeitos a duas reduções. Primeiro, a inflação que diminui substancialmente o valor dos contratos de plantio de café, geralmente de quatro anos. Segundo, a exploração nos fornecimentos feitos pelo barracão. Nessas Circunstâncias, o colono só conseguiria poupar à custa de uma compressão violenta de seus gastos, permanecendo a maioria deles jungida ao sistema por dívidas insaldáveis e vendo esvair-se sempre a suspirada oportunidade de se fazerem granjeiros.

Desta forma, compreendemos apoiados em Ribeiro (2000), que dentro deste contexto histórico-social do fim do século XIX e início do século XX que os primeiros imigrantes com suas famílias vão deslocar-se migrando para as regiões que melhor lhes conviessem financeiramente em busca de novas oportunidades. Portando, fica esclarecido o porquê das migrações internas das etnias europeias.

Ainda destacamos que, devido às formas de exploração por parte dos fazendeiros que acostumados ao sistema escravista no Brasil queria levar vantagens perante a contratação e fornecimento de bens e consumo ao colono imigrante, aconteceram muitos desentendimentos nas relações entre as referidas partes. As dívidas infundáveis e a falta de perspectiva de melhora futura na vida do imigrante, que veio com intuito de refazer sua vida diante da oferta de trabalho e salário, vai instigar o mesmo a remeter as insatisfações aos consulados de seus países de origem. Em relação a este descontentamento Ribeiro (2000, p. 399) assegura que “As primeiras tentativas que procuravam sojigar o imigrante a um sistema renovado da velha parceria provocavam reclamações consulares e escândalos na imprensa europeia, a que os brasileiros são especialmente sensíveis”.

Diante de tais considerações compreendemos as visitas e preocupações dos consulados por parte dos países europeus que tinham seus conterrâneos migrados para o Brasil. No Núcleo Colonial Inconfidentes eram constantes essas visitas aos colonos e estes mantinham as relações estreitas com seus países de origem por meio de representantes de seus governos. Encontramos nos relatos e memórias de Guimarães (2010, p. 111) a visita do jornalista Ernst Ludwig Plass:

Em junho de 1912, recomendado pelo governo da Alemanha, estive especialmente visitando o Núcleo Colonial Inconfidentes o Jornalista Ernst Ludwig Plass. O objetivo principal da viagem empreendida pelo ilustrado escritor pelo Brasil foi o de conhecer pessoalmente as condições dos núcleos coloniais. De sua visita ao Núcleo Inconfidentes, deixou no livro de visitas o seguinte: “Inconfidentes satisfiz-me no mais alto grau. A escolha feliz do terreno, a criação de condições favoráveis à venda dos produtos, toda a situação e administração da Colônia parecem garantir o melhor resultado. Qualquer dos colonos pode, devido às providências e cuidados do Diretor

Dr. Antônio Arantes Bueno, encontrar no seu lote um futuro bom. O senhor Diretor, correto, dedicado, empenha-se de uma maneira digna de reconhecimento em tornar o Brasil uma nova pátria aos colonos, criando ambientes alegres, como banda de música, bosque natural, vasto lugar para exercícios ginásticos, clube recreativo, belo jardim na sede, etc. De coração desejo Feliz êxito.

Em face do exposto, é necessário considerar toda preocupação do jornalista alemão para com seus irmãos pátrios e suas novas condições de colonos no Brasil. Em seu registro sobre a visita, considerou as terras férteis e bem localizadas, para futuramente escoar os produtos que seriam cultivados. Observou com cuidado que os lotes ofereciam prosperidade econômica e vida digna. Deixa em evidência sua segurança referente à administração da Colônia representada pelo primeiro diretor Dr. Antônio Arantes. Descreve alguns traços culturais. Vale advertir que nas entrelinhas de suas considerações o jornalista Ernst evidencia uma preocupação com o desenvolvimento dos colonos alemães como um todo, estimulando a cultura, o desenvolvimento físico e também o psicológico, preocupando com o meio ambiente saudável destacando a natureza exuberante do Bosque da Conjuração e a beleza do jardim da Sede, Praça da Liberdade. Diante de seu contentamento fica evidenciado o estímulo ao sentimento de uma nova pátria no Brasil.

A mesma preocupação do consulado da Itália com seus descendentes italianos no Núcleo Colonial foi registrada pela autora Guimarães (2010, p. 113), onde relata que o “Conde Luigi Provanna Del Sabfione esteve em visita ao Núcleo no dia 18 de junho de 1913, conversando demoradamente com seus patrícios”.

Diante das considerações arroladas à temática dos consulados, destaca-se, ainda, nos primeiros anos de funcionamento da colônia Inconfidentes, um ano e poucos meses após a visita do jornalista alemão Ernst Ludwig Plass, que esteve em visita o Barão Von Lindenquist segundo Guimarães (2010, p. 114):

Barão Von Lindenquist, ex-Ministro das Colônias da Alemanha, senhor Otto Webber, encarregado dos negócios exteriores da Alemanha, senhor Priegger, 1º tenente do exército alemão e adido militar<sup>19</sup> da legação. 15 de Novembro de 1913, visitaram os lotes a cargo dos colonos alemães, demorando-se longamente em cada um registrando suas impressões e reclamações.

A assistência oferecida ao colonato imigrante por seus países de origem por meio de seus Cônsules e assessores diplomáticos demonstra que o Núcleo Colonial Inconfidentes encontrava-se com um expressivo número de imigrantes. Os conflitos não relatados aparecem

---

<sup>19</sup> Adido militar tem o significado no texto de assessor militar em missão diplomática.

em meio às desconfianças com relação às vantagens oferecidas pelo governo brasileiro. Percebemos também que estas citações de Guimarães (2010) e Ribeiro (2000) se complementam, propiciando uma visão mais abrangente da cultura brasileira representada pelos latifundiários construídas ao longo de tempo no “jeitinho brasileiro de levar vantagens” e ainda promover a alta “sensibilidade” dessa classe elitizada quando questionada em suas ações incorretas.

Vale advertir que desses conflitos entre fazendeiros e colonos ou Consulados e representantes do governo brasileiro surgiram melhores condições de trabalho e um sistema assalariado da mão de obra imigrante rural, segundo alerta Ribeiro (2000, p. 400), “o imigrante era movido por um horizonte mais amplo de aspirações” ao qual se adaptou ao mercado de trabalho brasileiro, mas tinha em mente poupar para superar esta condição de colono.

Nesta perspectiva de melhorar suas condições de vida, superar a fome e falta de oportunidades nas indústrias europeias já saturadas de mão de obra, mais imigrantes chegaram em 1913 em busca de terras e melhores condições econômicas na Colônia Inconfidentes.

Os novos imigrantes recebidos pelo Povoamento do Solo para serem encaminhados para a Colônia são revividos por meio da memória da Sra. Catarina Blessa, a última imigrante que em vida gostava de contar suas histórias como sobrevivente de uma travessia realizada por milhares de europeus para chegarem a seus destinos rumo a América. Esta depoente viveu o bastante para experienciar o cotidiano de Inconfidentes e deixar um rico relato acionado por meio da memória, não só na sua individualidade ou resumindo a sua família, mas que será estendida como propriedade da diversidade cultural da comunidade colonial.

A interação não esgota o alcance da comunicação. Caso Contrário, nós nos comunicaríamos apenas com os contemporâneos o que seria uma grande perda. E há formas de comunicação insubstituíveis como a conversa espirituosa entre amigos [...]. Grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador de experiência vivida nos seres que compartilharam a mesma época [...]. Podemos colher enorme quantidade de informações factuais, mas o que importa é delas fazer emergir uma visão de mundo (BOSI, 2003, p. 19).

Para fomentarmos melhor esta discussão e trabalharmos com a memória, Bosi (2003) nos auxilia a compreendermos essa “História de vida” da Sra. Catarina Blessa<sup>20</sup>. Revisitamos

---

<sup>20</sup>Vídeo em forma de entrevista organizada por Sra. Íris Lemes Garcia, data de 22 de Julho de 1999, na residência de Sra. Catarina Blessa Garcia. O Título foi: “A Vinda dos Imigrantes Europeus para o Núcleo Colonial Inconfidentes ou Colônia Agrícola de Ouro Fino. Produção de Rodrigo Alves Silva (RAS Produções). Entrevistador: Breno Paradello Garcia. Sra. Catarina Blessa Garcia era filha de

o passado por meio da memória individual, esta comunicação entre o passado e o presente acontece nos fragmentos das lembranças e interações dos depoimentos da Sra. Catarina que busca por sua identidade no cotidiano do âmbito familiar construindo sua narrativa no presente. Comungando com a autora Bosi sobre a importância da história em defesa da vida real das pessoas, Rüsen (1997, p. 93) considera que:

[...] eles se concentram no modo pelo qual as pessoas vivenciaram e interpretaram seu mundo peculiar. Pesquisam a consciência que as pessoas tinham de suas condições de vida e procuram com isso restituir-lhes uma autonomia cultural no trato com seu próprio mundo, diferente do nosso. No tocante ao método, a estratégia paradigmática dessa nova aproximação da autoconsciência e autocompreensão das pessoas é a história oral.

De acordo com os autores supracitados buscamos dar ênfase à memória e história da Sra. Catarina Blessa para compreender as suas percepções da realidade voltando um olhar ao passado experimentado e vivido pela mesma.

Na Espanha o papai tinha um posto, igualzinho esse posto dos meninos da Melica sabe? Era uma estrada grande..., larga assim...!Então, papai ficava no meio, para baixo era Lorca<sup>21</sup>, e para cima era uma cidade perto de Puerto de Lumbrera<sup>22</sup>. Ali no meio o papai tinha um armazém lá. Porque naquele tempo não tinha carro, não tinha ônibus, não tinha caminhão. Era tudo em carro com animais né. Aí tinha aquelas cocheiras, chegavam lá onde meu pai morava, tinha aquela venda, aí posavam lá, guardava os animais, minha mãe fazia janta para eles. E daí foi assim: Eu tinha uma irmã mais velha que casou e veio para o Brasil. E aí começou a escrever que no Brasil era bom. Mas ela foi numa fazenda no Estado de São Paulo. Aí juntou a família Blessa que era do meu pai, a família da avó dela que era Garcia, do Villar, do Tunes e do Riquena. Aí juntou aquelas cinco família. E todos fizeram para vir né. Então o papai só tinha três filhas mulher. Então para o papai não podia vir no Brasil imigrado porque precisava ter filho homem, se não, não podia. A família do Tunes tinha cinco filho homens. E meu pai tinha um filho morto, que era da idade do dele. Então fizeram aquela transferência. Então com os papel arrumado, era o Francisco (Tio do Ramon) veio como filho do meu pai. Para nós poder vim para o Brasil, se não, não podia (GARCIA, 1999).

A narrativa da Sra. Catarina Blessa, por meio de recortes do passado, resgata exercitando sua memória, a vida e trajetória de sua família na Espanha. Neste rememoro, por

---

Sebastião Blessa e Beatriz Blessa Sanches. Nasceu em Puerto Lumbreras, na Espanha. Tinha 9 anos quando chegou ao Brasil e foi encaminhada com sua família para Núcleo Colonial Inconfidentes. Viveu até 103 anos, na cidade de Inconfidentes/MG.

<sup>21</sup> Lorca é um município da Espanha na província e comunidade autónoma de Múrcia, de área 1676 km<sup>2</sup> com população de 92694 habitantes. Fica situada a Sudoeste da capital de província. [Wikipédia](#)

<sup>22</sup> Puerto Lumbreras é um município da Espanha na província e comunidade autónoma de Múrcia. Tem 135,5 km<sup>2</sup> de área e em 2016 tinha 14 874 habitantes. [Wikipédia](#)

meio de laços parentescos, aciona também a identidade de outras cinco famílias e os arranjos que tiveram de fazer para virem como imigrantes para o Brasil. Sra. Catarina mistura o passado buscando exemplifica-lo com o momento presente quando relata os negócios de seu pai, seu ponto de comércio comparando-o com posto atual dos filhos de uma conhecida. A depoente usa das imagens atuais para expor o passado, para refazer a sua identidade e de sua família. Os outros membros do grupo são acionados por sua memória no momento em que ela traz para a fala sua irmã, as cartas relacionadas à experiência da mesma já no Brasil, em fazenda do Estado de São Paulo. Os relatos das cartas representam um dos motivos que instigou as famílias a virem em busca de melhores condições porque no Brasil “era bom” de viver. A partir do outro, de outras famílias a depoente vai construindo sua identidade e ressignificando suas histórias. Os arranjos entre as famílias também surgem em sua memória como alteridade de grupo quando relata que “fizeram aquela transferência” entre a família Tunes e seu pai, “doando” um filho homem para que sua família pudesse vir e imigrar no Brasil, caso contrário não seria aceito pela imigração brasileira. Por mais que o Governo brasileiro impunha seu projeto reformador por meio da Política de Povoamento, com regras preestabelecidas por seus agentes, optando por famílias constituídas e principalmente elegendo os homens juridicamente como proprietários da terra e seus herdeiros em detrimento de filhas mulheres porque ocupavam um lugar subordinado aos homens, as regras são burladas.

Enquanto não arrumavam lotes para todos, os homens ficavam de um lado e as mulheres do outro. Ai falavam: lote 92 desocupado! Aí iam lá trabalhar. Aí os Alemão vinha, Alemão, Italiano, Espanhol, Português. Mas, ninguém parava. Então entrava num lote ia embora, entrava outro. Aí ficou 10 ano desse jeito, até que tudo ficou certinho, até que tudo ficou no lote. Aí o governo pois o preço e que pagava e recebia a escritura. O lote que eu fiquei não ficamos, o papai como era comerciante lá ele entrou no lote. O primeiro ano o Diretor dava arado, dava semente. Tinha farmácia para os imigrante, tinha médico. Tudo, tudo ele dava certo? Semente e tudo. Aí quem ia ficar ficava, quem não queria ia embora, aí vinha outro e ficava lá até que ficou tudo certinho. Aí como o papai não era lavrador, então fiquemo dois ano lá. Aí no lote nosso lá fez o paiol, plantou milho, mas o governo dava tudo sabe? Aí meu pai, aí veio outro espanhol que já morava lá no Estado de São Paulo e comprou o que o papai tinha feito né, com paiol e tudo (GARCIA, 1999).

Por esta questão de hereditariedade entendemos que as famílias imigrantes serão não só um elemento a alavancar a economia brasileira nas propriedades e colônias agrícolas rurais, elas também serão, na perspectiva do Estado, como um braço do mesmo a disseminar suas ações e valores. Entretanto, a história brinca, segundo Certeau (1998, p. 19) reconstrói a “liberdade gazeteira das práticas” como observamos nas lembranças da Sra. Catarina Blessa. Podemos observar neste

ponto as “micro-resistências” a que Certeau (1998, p. 19) descreve como “mobilidade tática”. São as “micro-diferenças” que aparecem onde muitos “só veem obediência e uniformização”.

Inconfidentes, a antiga Colônia Agrícola dos Inconfidentes foi formada por levas de russos, lituanos, rumenos, alemães, e italianos, vindo cada povo em épocas diferentes. As Glebas cultiváveis, mediante contrato com o Governo Federal, só seriam liberadas após dez anos, mas os primitivos colonos passavam seus direitos aos segundos, terceiros que chegavam e de posse do que apuravam com a venda, retiravam-se todos para São Paulo (CARVALHO, 1982, p. 158).

Vale advertir que diante desses “arranjos” o imigrante busca libertar-se da condição de colono devido à sua capacidade de poupar e neste caso, de acordo com Carvalho (1982), o repasse com as vendas das terras proporcionaram condições de migrarem para São Paulo em busca de novas oportunidades. Desta forma, liberta a condição de colonos fizeram-se pequenos empresários e seus filhos, brasileiros natos, tornam-se operários das indústrias nacionais em projeção.

#### **2.4 Memória e cultura das escolas masculina, feminina e alemã**

Abordando o cotidiano, a autora Guimarães (2010) salienta que devido à necessidade de escolas, são fundadas na colônia, em 1912, duas escolas municipais de educação infantil, uma masculina e outra feminina, dirigida por Theophilo Fleming de Almeida e sua filha Capitulina de Almeida. Outra escola também surgiu, em 1914, era a escola Alemã, mantida pela Associação de Colonos Alemães. Sendo o professor da escola o Sr. Carlos Beker. Nessas duas escolas de ensino primário, indicam nos registros, um rico programa cultural, principalmente em datas comemorativas como Natal. Registram-se na escola alemã produções culturais voltadas à evocação de sua identidade com a pátria, por meio da língua falada e representada simbolicamente.

A Associação de Colonos Alemães, que mantinha uma escola particular na Sede do Núcleo Colonial Inconfidentes, promoveu uma grande festa de Natal. O presidente da Associação, senhor Friedrich Schulz, sob sua responsabilidade, fez executar um rico programa de produções musicais, ginásticas, chorêas, sólis e duetos e, por fim, uma rica exposição de uma árvore de Natal. A entrada foi 500 réis. Foi também um verdadeiro espetáculo a apresentação dos motivos regionais da Alemanha (GUIMARÃES, 2010, p. 401).

Percebemos nas palavras de Guimarães (2010) que esta comemoração promovida pelos colonos alemães, datada de 25 de dezembro de 1915, foi aberta ao público, pois se registra até

o valor do espetáculo. A questão de manter a identidade com seu país de origem é algo muito forte nas Colônias Alemãs e não foi diferente no Núcleo Colonial Inconfidentes. O fato de existir uma Associação de Colonos Alemães mantendo e promovendo uma escola particular no Núcleo é um meio de manter as tradições culturais por meio da língua germânica. Embora denominada como uma escola particular, ela não tinha fins lucrativos, muitas vezes os professores eram os próprios colonos alemães ou vinham contratados para esta finalidade. Neste caso, até os livros, materiais didáticos, vinham subvencionados pelo Governo Alemão com a intenção de não perder o vínculo com o colono imigrante para manter a sua identidade étnica. A apresentação dos “motivos regionais” da Alemanha marca de forma absoluta os seus valores nacionais, que mesmo representando diferenças entre a cultura apresentada dessas regiões, aqui no Brasil se unem como colonos estrangeiros, e formam um contraste muito grande, um contraponto à cultura dos brasileiros. A língua portuguesa e seus símbolos são representados por estes em segundo plano.

No dia 7 de Setembro de 1916, na escola alemã existente no Núcleo Colonial, realizou-se uma festa com o fim de solenizar o segundo aniversário daquele estabelecimento de ensino. Os alunos em número de 45 saíram em passeata pelas ruas de Sede, desfraldando as bandeiras do Brasil e da Alemanha. De volta à escola, entoaram diversos cânticos e recitaram poesias em português e alemão. O professor da escola, senhor Carlos Becker, fez uma alocução comemorativa do fato, tecendo, depois, considerações diversas sobre o ensino primário. O Senhor Francisco Afonso Guimarães Filho, professor federal da escola para o sexo masculino do Núcleo, pronunciou discurso congratulatório, associando-se à festa tão significativa sob todos os pontos de vista. Foram distribuídos diversos e ótimos prêmios aos alunos, reinando entre todos a mais comunicativa alegria (GUIMARÃES, 2010, p. 401).

Diante do exposto podemos observar uma socialização entre as escolas alemã e a escola federal masculina. Embora a sua marca principal seja a germânica, os alemães e outros imigrantes se assumem como brasileiros buscando conquistar a cidadania. Muitos imigrantes vieram para formar uma nova Pátria, em busca de oportunidades, do direito à terra, sendo assim, também vislumbrariam direitos políticos. Percebemos esta questão da reivindicação da cidadania quando os grupos coloniais concomitantemente assumem a língua portuguesa e seus símbolos. Esta dupla representação étnica pode ter ocorrido reservada apenas em datas comemorativas e apresentações abertas aos outros grupos coloniais, mas no âmago de suas resistências, principalmente no caso do Colono Alemão, foi incentivada a sua cultura Alemã como elemento fundamental de suas identidades. Mais uma vez, com o apoio de Certeau (1998), observamos nos grupos de colonos as “mobilidades táticas” na construção ou apropriação cultural inseridas na realidade vivida da Colônia Inconfidentes.

Língua era assim: espanhol se entendia com espanhol. Brasileiro, que era a língua portuguesa né, a gente intindia malemá. A gente era criança entremo na escola, tinha professor e professora. Capitulina era professora das meninas e o pai dela era dos meninos. Então nós que era criança, para aprender a falar, nós entramo na escola, logo aprendemos para poder falar. E os velho como meu pai, minha mãe, meu tio, falava assim..., mas não como nós que aprendemo né. Aí eu já sabia ler e escrever espanhol, com nove anos. Aí entremo aqui na escola e aprendemos. A Mathildinha já estava na escola normal, com quatorze/quinze anos (GARCIA, 1999).

O fato da linguagem definindo a historicidade de cada grupo de colonos e o seu contraponto representado pela abertura de escolas na língua portuguesa, nos permite perceber as representações culturais latentes na primeira década no cotidiano do Núcleo Colonial Inconfidentes.

## CAPÍTULO - III

### 3 TRAÇOS CULTURAIS DO NÚCLEO COLONIAL INCONFIDENTES

Este capítulo tem por finalidade apresentar o cotidiano representado pelos imigrantes neste dado momento histórico-cultural da Colônia, colabora para pensarmos, segundo Chartier (1998, p. 25), o rompimento com o “conceito de sujeito universal”. É na individualidade dos grupos imigrantes e migrantes que encontramos sua originalidade e complexidade de uma cultura plural. Desta forma, as representações culturais são marcadas pelos laços estreitos desses colonos com a pátria mãe, representam não só uma segurança política com relação à verificação e condições das colônias por meio de visitas das respectivas embaixadas, mas também, a diversidade cultural latente no encontro e socialização das diversas etnias<sup>23</sup>. Tamanha era a diversidade linguística na pluralidade das nacionalidades dos imigrantes que a Colônia Inconfidentes dispunha dos serviços de intérprete sendo seu primeiro intérprete, de acordo com Guimarães (2010, p. 114) o Sr. “Oscar Henning Junior”, data de Novembro de 1913, ano marcado pelas constantes visitas registradas de representantes do consulado da Alemanha e Itália.

#### 3.1 A Magia e Encanto do Bosque da Conjuração

Dando início à diversidade cultural, neste capítulo o Bosque ressurge como um recanto de lazer, festas e movimentos culturais tornando-se não só uma área, segundo Guimarães (2010, p. 29) de “80.000 m<sup>2</sup>”, arborizada e rica de biodiversidades da fauna e flora brasileira mas, também, um local muito visitado e utilizado como centro de lazer da região. Sendo assim, no ano de 1913 é organizado um “Picnic” no Bosque da Conjuração pelos funcionários do Núcleo.

O Bosque produzia um encantamento onde virou ponto turístico e fotográfico da época.

O lugar tornou-se ideal para as horas de lazer para piqueniques, festas, etc. [...] cada vez mais se tornava o centro de toda a vida social e recreativa da Colônia e até mesmo de Ouro Fino. Cuidou do aproveitamento das grossas raízes em forma de bancos, construiu um coreto coberto de sapé, usado para as retretas das bandas de música. Havia balanços de grossos cipós para as crianças e o local passou a ser ideal para os fotógrafos e para pequenas pescarias (GUIMARÃES, 2000, p. 28-29).

---

<sup>23</sup> Em Anexo XII, p. 98-99 sequeem as nacionalidades familiares que povoaram o Núcleo Inconfidentes e os gráficos representando as mesmas. p. 100-101.

A autora citada acima assegura um ambiente cheio de encantos, fortificado não apenas pela natureza exuberante, mas também pela cultura. O Bosque da Conjuração era espaço fecundo para promover a socialização por meio da paisagem e da arte. Percebemos algo importante neste contexto aparentemente simples de um piquenique: a Colônia Inconfidentes com os imigrantes estrangeiros e os migrantes nacionais é criadora de cultura, o ambiente do Núcleo encontra-se rico e potencialmente representado na diversidade plural não só de cultura e arte como também das relações sociais. Atualmente vivemos um tempo de poucas experiências e contemplações nas relações de socialização com o outro e com o meio ambiente. Tornou-se cada vez mais raro os piqueniques, as conversas sobre nosso passado, o interesse pela busca de nossas origens, o respeito pela natureza. O exercício da memória, principalmente valorizando a conversa com os idosos é fundamental para conhecermos as riquezas culturais e sociais de nosso passado e, com isso, refletirmos o cotidiano presente pela autoconstrução de nossas identidades.

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento (BOSI, 1998, p. 82).

Nesse viés, Bosi (1998) considera ser importante o vínculo com o passado, é este elo que extrai a força da identidade para que possamos compreender, ler a realidade social em que as narrativas históricas foram construídas, possibilitando por meio da memória a socialização dos grupos comunitários no presente. Este recanto de lazer tornou-se um ponto de encontro dos grupos migrantes, um centro recreativo e social.

### **3.2 Um Ilustre Poeta na Colônia Inconfidentes**

Diante das pluralidades culturais já latentes com a vinda dos grupos migrantes, destacamos também o ilustre poeta Afonso Henrique de Lima Barreto<sup>24</sup> que hospeda-se na Colônia de Inconfidentes no ano de 1916 para tratamento médico.

---

<sup>24</sup> Lima Barreto (1881-1922) foi um escritor e jornalista brasileiro. Filho de pais pobres e mestiços sofreu esse preconceito em toda sua vida. Filho de Joaquim Henriques de Lima Barreto e Amália Augusta, ambos mestiços e pobres. Seu pai era tipógrafo e sua mãe professora primária. Logo cedo ficou órfão de mãe. Lima Barreto estudou no Liceu Popular Niteroiense e concluiu o curso secundário no Colégio Pedro II, local onde estudava a elite letrada da época. Afonso Henriques Lima Barreto com seu espírito inquieto e rebelde e com seu inconformismo com a mediocridade reinante, se entrega ao álcool. Suas constantes depressões o levam duas vezes para o hospício. Em 1909, Lima Barreto publicou o romance "Recordações do Escrivão Isaiás Caminha". O texto acompanha a trajetória de um

Por insistência de um convite do seu amigo jornalista Emílio Alvim, funcionário do Núcleo Colonial Inconfidentes. Lima Barreto aceita o convite ficando hospedado em uma das repartições da Colônia para um sério tratamento e repouso absoluto. Só ficou ali um mês e meio, período em que teve grande correspondência com suas irmãs e amigos do Rio de Janeiro. Em uma das cartas disse: “Cá estou em Ouro Fino, Colônia Inconfidentes. O clima é bom, os ares magníficos”. Já em outra carta, ele fala que pretende voltar para o Rio: “Não posso ficar mais em Inconfidentes, porque é muito insípido. Já “fucei” inteiramente a biblioteca do Alvim e do agente do correio (GUIMARÃES, 2010, p. 117).

Diante do exposto acima, compreendemos pelo poeta Lima Barreto que, apesar da Colônia Inconfidentes povoar grande variedade de etnias, com suas representações linguísticas e culturais plurais, de clima excelente, a Sede da Colônia era um ambiente pouco atrativo para um escritor, um romancista e colaborador da imprensa do Rio de Janeiro. A maior parte da população concentrava-se na zona rural, a condição social era, em sua grande maioria, de trabalhadores rurais simples que vieram povoar o Núcleo em busca de novas oportunidades econômicas. A Colônia Agrícola Inconfidentes estava em formação, diferentemente da cidade do Rio de Janeiro que já se encontrava como um grande centro político, econômico e social. Vale advertir que apesar do Rio de Janeiro encontrar-se inserido na representação de uma modernização, embelezamento e higienização, os problemas e conflitos de ordem social irão cruzar na história e formação do Núcleo Inconfidentes com vinda do Patronato Agrícola Visconde de Mauá que será abordado no Capítulo IV desta pesquisa.

Dando sequências às impressões apresentadas pelo poeta Lima Barreto, encontradas em seu “Diário Íntimo”, onde descreve palavras utilizadas pelo “povo” na Colônia Inconfidentes, “Encontrei em Ouro Fino na boca do povo o neologismo “fumal”, para designar plantação de fumo. E o vício de dizer “ponhar” em vez de “pôr” em todos os tempos e modos” (BARRETO, 1916, p. 88).

A narrativa histórica nos apresenta uma observação e descrição de Lima Barreto sobre o Núcleo Colonial Inconfidentes que pode ter diversos olhares e interpretações sobre o “povo” de que o romancista e poeta fala. Quando ele utiliza a palavra “povo” torna-se muito objetiva e de forma unificada. Leva-nos a pensar que povo seria este a que Lima Barreto refere-se? Os migrantes compostos por brasileiros já miscigenados ou as diversas nacionalidades imigrantes? É preciso lembrar que o migrante nacional e suas sucessivas transfigurações

---

jovem mulato que vindo do interior sofre sérios preconceitos raciais. Em 1915, escreve "Triste Fim de Policarpo Quaresma". Em 1919, escreve "Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá". Esses três romances apresentam nítidos traços autobiográficos. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/Biografias>>.

étnicas (índio, português, negro) sofreram variações culturais e linguísticas neste processo de transformações. Sendo assim, o imigrante europeu, principalmente os trabalhadores que tornaram-se excedentes de sua economia nacional, chegam ao Núcleo Colonial numa condição social de famílias pobres. As variações linguísticas vão estar presentes no dia a dia desses grupos plurais. Portanto, o neologismo “fumal” e o verbo pôr conjugado como “ponhar” pode ser compreendido nas dificuldades de entendimentos e usos linguísticos das variações étnicas. Não é nosso objetivo analisar as variações linguísticas dos grupos do Núcleo Colonial Inconfidentes, seria outro estudo, outra pesquisa. Trata-se de uma pequena observação e olhar diferenciado sem pressa de relativizar e objetivar a Colônia unificando-a e enquadrando seu “povo” com um estereótipo de atrasado ou inculto.

### 3.3 Pelos olhos e registros do Jornalista Emílio Alvim<sup>25</sup>

As mesclas culturais étnicas do Núcleo Colonial dos Inconfidentes são observadas e registradas pelo jornalista Emílio Alvim. Em 16 de agosto de 1917, o jornalista e funcionário do Núcleo concede entrevista ao Jornal do Comércio, no Rio de Janeiro.

Conta sobre o progresso e os costumes do Núcleo Colonial Inconfidentes. Fala sobre as culturas do fumo, café, arroz, milho, batata, cana e do cultivo, em menor escala, da cebola, do alho, amendoim e verduras. Comenta da substituição dos grandes proprietários inativos por pequenos proprietários ativos. Descreve ainda a vida e os costumes em seus aspectos bizarros e cosmopolitas. Explica que o encanto do lugar está na mescla de diversas nacionalidades. Todos se entendem muito bem, apesar da diversidade de línguas, tanto que o intérprete da Colônia fora dispensado já há três anos. Existe o entendimento mútuo, servido pela boa vontade comunal e simpática na falta de um idioma comum. As relações individuais cada vez mais se estreitam. Pelo hábito da convivência, acabaram por transfundir os costumes, amalgamar as índoles e comungar as almas (GUIMARÃES, 2010, p. 122).

Em conformidade com os registros de Guimarães (2010) o jornalista do Núcleo apresenta uma comunidade rural, voltada principalmente para a agricultura. As terras compradas pelo Governo para a implantação do Núcleo mudam uma economia voltada à monocultura pelos grandes proprietários para uma economia variada de produtos agrícolas

---

<sup>25</sup> Emílio Torres Alvim foi redator da Gazeta da Tarde (1911-3), secretário de redação do Correio da Noite (1913-5), onde deixa o cargo de secretário e vai trabalhar no Núcleo Colonial Inconfidentes, vinculado ao Ministério da Agricultura, nos arredores de Ouro Fino, Sul de Minas Gerais. Volta a trabalhar na revista Vida Carioca (1920-55) onde permaneceu até o fim de sua vida. Amigo de Lima Barreto, por este motivo ofereceu sua residência em Inconfidentes para hospedar o poeta que sofria com crises de depressão e alcoolismo.

pelas mãos dos grupos de colonos compondo a agricultura familiar. Mais uma vez aparece o olhar de estranhamento ao falar da cultura latente na Colônia como cosmopolita e costumes bizarros, ao mesmo tempo em que exalta a pluralidade das nacionalidades por meio da diversidade linguística. Nas entrelinhas de seus dizeres, o imaginário corre em busca de significar: como seria a comunicação entre estes vários grupos imigrantes e os migrantes brasileiros mesmo se apoiando na colaboração do intérprete? Não temos uma resposta objetiva para esta pergunta, podemos refazer uma leitura atenta indagando porque as dificuldades destes grupos inseridos num cotidiano plural e subjetivo não aparecem na maioria dos relatos da época? Não duvidando do “entendimento mútuo”, da “boa vontade comunal” e da “simpatia nas relações individuais” que vão ficando dia a dia mais estreitas pela convivência observamos uma representação fragmentada a que Rüsen (1997) defende que pode trazer custos sociais e culturais.

Discorrendo sobre a temática dos custos sociais e culturais, Bosi (1998, p. 78) salienta a importância das relações humanas no confronto das opiniões, na contradição e até nos conflitos:

Quantas relações humanas são pobres e banais porque deixamos que o outro se expresse de modo repetitivo e porque nos desviamos das áreas de atrito, dos pontos vitais, de tudo o que em nosso confronto pudesse causar o crescimento e a dor! Se a tolerância com os velhos é entendida assim, como uma abdicação do diálogo, melhor seria dar-lhe o nome de banimento ou discriminação.

Diante de tais pontuações, podemos considerar que, para o governo republicano, interessa-se mais a assimilação dos costumes e da língua brasileira, que teve terreno fértil no apoio e propagação via instituições (exemplo: escolas, igrejas, grêmios e etc.) ligadas ao governo brasileiro ou mantidas por ele. Os periódicos vão ser grandes aliados no reajustamento sociopolítico, buscando sempre formar e reafirmar uma única identidade- a de brasileiros. As citações dos autores referenciados sinalizam para a necessidade de uma leitura ampliada buscando nas palavras do jornalista uma releitura de seu depoimento ao Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. Neste viés, embora a população brasileira já fosse muito significativa, representada pela mestiçagem e o imigrante tenha sofrido e difundido, ao longo dos anos, costumes e culturas já existentes, o mesmo também contribuiu não apenas com a mão de obra, mas também com novas formas e técnicas de plantio e instrumentos mecânicos para as lavouras. Suas representações culturais foram mantidas por meio de fortes resistências mantendo escola particular, associação de colonos e por fim o próprio reduto familiar. Na busca pela sobrevivência, pelas relações de trabalho e sociais, por mais que os grupos

imigrantes e migrantes tenham “misturado” e “comungado” para inserir e fazer parte da comunidade colonial sempre tiveram os conflitos, as lutas, as resistências, os pontos de fuga, os reajustamentos. A Colônia Inconfidentes aponta para a pluralidade cultural representada de forma rica, pautada na diversidade étnica dos grupos. Foi na dificuldade e na dor que os migrantes e imigrantes lutaram, cresceram e que as relações humanas tiveram significados. Vale advertir que o esforço em apresentar a história sem conflitos, sem lutas, apenas sobre um viés elencado nos grandes heróis, numa única etnia, única cultura, privilegiando grupos detentores de poder e de uma única ideologia tornam-se pobres as experiências, acarretando preconceito e discriminação. É preciso lembrar que o enfraquecimento das experiências, das lutas, dos conflitos mina a sociedade, ficando esta à margem de suas representações e correndo riscos de serem subjugadas à uniformização, tornam-se fragmentadas com custos sociais e culturais negativos.

Cabe ainda mencionar que o jornalista Emílio Alvim demonstra em seu texto o esforço que os imigrantes e migrantes estabelecem nas relações de trabalho de forma “pacífica”. No caso do imigrante europeu o jornalista sinaliza que mesmo seus países de origem estando se devorando na guerra os mesmos mantêm uma boa relação com seus vizinhos.

O Núcleo é um refúgio à guerra, que lá não chegará jamais o sopro canibalesco que ensanguenta a Europa e que já se estendeu à América. Ali não tem a noção de que as pátrias estão se devorando. O alemão convizinha com o russo, o austríaco tem divisas com o italiano e não se sabe de uma desavença sequer. O trabalho tem essa força moral, estabelece essa estreita comunhão fraternal (GUIMARÃES, 2010, p. 122).

Diante do exposto vale advertir o esforço do governo Republicano em interferir na realidade “cosmopolita” para promover a uniformização e regulação dessas práticas, visando, no futuro, a transfiguração étnica dos grupos que compõem a Colônia Inconfidentes. Ribeiro (2000, p. 260) salienta que a “sociedade brasileira assumiu diversas formas, variantes no tempo e no espaço, como modos sucessivos de ajustamento”. Compreendemos com este autor que o Governo brasileiro na República assumiu uma ideologia de controle e amoldamento com a finalidade de propagar a imagem de um Brasil harmonioso e agradável. No contexto histórico do Núcleo Colonial Inconfidentes não foi diferente, a narrativa histórica é construída na imagem pacífica dos sujeitos visando a “Ordem e o Progresso”.

Em face do exposto, é necessário considerar que, embora o jornalista tenha afirmado a passividade nas relações sociais entre os imigrantes estrangeiros, independente de suas

nacionalidades pelo motivo da guerra, o Governo brasileiro teve grande “preocupação” em identificar os alemães que viviam na Colônia Inconfidentes e desarmá-los.

Em 25 de novembro de 1917, vindo de Belo Horizonte, esteve em Ouro Fino, ali permanecendo por dez dias, o Tenente Saturnino Leão, oficial da brigada policial de Minas Gerais. O Tenente veio especialmente para identificar todos os alemães existentes no Núcleo Colonial, além de proceder a apreensão das armas que possuíam (GUIMARÃES, 2010, p. 122).

Diante de tais pontuações podemos considerar que, embora os registros históricos tenham por meio da memória e das experiências considerado que os imigrantes alemães e suas famílias vivessem na colônia de forma pacífica, harmoniosa, a autora Guimarães (2010) relata um contraponto dessa história. Ampliando esta discussão percebemos que na Colônia Inconfidentes, o Governo, diante do cenário internacional da I Guerra, tratou os colonos alemães com reservas, preconceito e discriminação. No tocante à questão, Certeau (1998, p. 64) alerta sobre “à maneira como o mar volta a encher os buracos da praia e pode reorganizar o lugar de onde se produz o discurso”. Considera-se nas palavras de Certeau (1998) a importância do exercício de ultrapassagem aplicado para compreender as práticas reguláveis no discurso ordinário.

### **3.4 Pluralidades religiosas**

Não será aqui nosso objetivo refletir sobre o Calvinismo, Luteranismo ou Catolicismo, nossa pesquisa está voltada para a diversidade das práticas culturais, a pluralidade étnica dos grupos imigrantes e migrantes que compuseram a formação do Núcleo Colonial Inconfidentes. Compreender suas experiências como reconhecimento de suas identidades sociais.

As representações dos variados grupos étnicos na Colônia Inconfidentes também foram identificadas pela fé. Havia os grupos de colonos alemães, estonianos, lituanos e húngaros que preservavam a sua cultura em associações formadas pelos próprios colonos, pela escola particular (no caso dos alemães) e também pela religião. Estes grupos fundaram na Colônia a Igreja Batista, à qual muito concorreu para “disputa religiosa” entre estes e a Igreja Católica.

Permaneceram principalmente alemães e húngaros, além de poucos Lituanos. Esses elementos eram calvinistas e luteranos. Impunham aos diminutos brasileiros e italianos do núcleo colonial a sua fé. Chegaram a construir uma igreja luterana no arraial. Tinham pastor residente, enquanto o padre lá ia apenas uma vez por mês. Apenas no tempo de D. Assis, Bispo de Pouso alegre, deixava em Ouro Fino um padre para servir melhor a colônia. Em Inconfidentes, por exemplo, era capelão, como chamavam os que faziam

as vezes do vigário, o Sr. Georgino de Paiva<sup>26</sup>, secretário da Escola Agrícola Visconde de Mauá. [...] seria o grande apóstolo, o sustentador da fé católica naquele em tão simples núcleo colonial, onde vingavam muitas seitas religiosas. Quando vim para a paróquia, logo organizei duas associações Religiosas em Inconfidentes: a Irmandade do Santíssimo, cuja presidência tocou para o Georgino de Paiva e o Apostolado da Oração que ficou sob a direção de D. Matilde (CARVALHO, 1982, p. 158).

Diante da narrativa de Carvalho (1982), podemos considerar que o Núcleo Colonial Inconfidentes tinha uma grande parte dos colonos estrangeiros e também brasileiros que fundaram a Igreja Batista. Percebemos, politicamente, que o Núcleo é vinculado às autoridades de Ouro Fino e também diretamente servido de funcionários do Governo Federal, não tendo autonomia administrativa. Esta ‘ausência administrativa’ fez com que os imigrantes e migrantes fossem os desbravadores no sentido de povoar as terras, cultivá-las com o apoio de suas famílias, abrir estradas, construir suas casas, escolas, igrejas e etc.

Fundação da Igreja Batista data de 15/08/1920, na residência do Sr. David Jamberg, situada no seu lote nº 38, fundada por um grupo de alemães, estonianos e brasileiros. Na primeira assembleia, foi eleita a diretoria: Júlio Tamerick (Pastor), que também foi o intérprete durante a assembleia de fundação; Ferdinando Kruss (secretário); Guilherme Stach (Tesoureiro) e Carlos Sarapu (Moderador, na ausência do pastor) (GUIMARÃES, 2010, p. 150).

Diante deste fato, muitas vezes, os próprios colonos providenciavam seus pastores e os padres, geralmente eram designados para servir a colônia, sendo na maioria das vezes padres também de origem estrangeira.

Cônego Heriberto Goettersdorfer, natural de Kalternleutgeben, Áustria, foi o primeiro vigário a servir a colônia, encontrou conterrâneos e amigos entre os austríacos e alemães ali radicados. Em 1913 foi celebrada a primeira missa pelo Cônego Heriberto. Os atos religiosos foram realizados, a princípio, no edifício do almoxarifado e, posteriormente numa capela provisória na Praça da Liberdade, coberta de sapé (GUIMARÃES, 2010, p. 230).

Como vimos anteriormente na narrativa sobre as escolas do Núcleo Colonial Inconfidentes, a língua e a cultura foram componentes fundamentais de suas identidades como alemães, húngaros, estonianos, italianos, poloneses e para sua perpetuação como identidade étnica o vínculo com seus países de origem foram incentivados e mantidos por meio das instituições como: escolas, igrejas, associações de colonos e no lar. Aparecem em maior

---

<sup>26</sup> Georgino Francisco de Azevedo Paiva, nomeado instrutor militar do Patronato Agrícola Visconde de Mauá, transferiu-se em 1920 da cidade de Vassouras – RJ, radicando-se em Inconfidentes. Casou-se com Mathilde Isabel Vilhena de Almeida, natural de Ouro Fino (professora nomeada para a Escola Feminina do Núcleo Colonial Inconfidentes).

intensidade os alemães na defesa da germanidade. Compreendemos, deste modo, que a junção entre Igreja, escola e família reforçava a linguagem materna formando um grande suporte da consciência étnica. Neste sentido, padres e pastores estimulavam a preservação da língua como forma de conservação da fé e religiosidade na colônia. Sendo assim, compreendemos que a fé e a língua materna foram importantes mecanismos para conservação cultural dos grupos imigrantes e migrantes desta Colônia Inconfidentes.

### 3.5 Festas populares e curiosidades pitorescas

Entre os anos de 1910 a 1930 percebem-se muitas festas e curiosidades no cotidiano dos grupos de colonos. As diversidades em suas representações culturais e sociais dão um colorido especial ao local. Numa reunião de simplicidade e dificuldades econômicas marcadas pela luta, principalmente do trabalho rural familiar, a realidade social compõe práticas culturais significativas.

Era muita gente atrasado, tudo descalço, a Igreja era lá em cima. Era uma Igreja de sapé. Só tinha uma igreja lá em cima de Santo Antônio e São Geraldo o resto era um barracão de sapé. Começaram a construir a igreja lá. Mas Como era um tempo que não tinha cimento então construía com barro e era um tempo que chovia dia e noite. Só eu vi aquela igreja cair três vezes. Aí consegui, mas depois o Padre Carvalinho quis fazer aqui no Jardim. Mas aqui era a maior beleza, você ver que beleza era o jardim. E o escritório da colônia era lá onde é a Escola Agrícola. As festas...nossa lá em cima que era a igreja de sapé fazia aquelas barraquinha, tudo de sapé, tinha as coisa tudo. Mas daí vinha gente dali do Cavaco, aquele povo tudo descalço, aquele povo atrasado, tudo vestido de riscado, não tinha nem fazenda de roupa bonita não tinha. Depois que nós fiquemo moça, eu e tua vó, que tinha palha de ceda, tinha muita roupa bonita. Mas de primeiro tinha só aquele riscado de Itajubá. As mulher fazia vestido pras filha e os homem tinha camisa daquele riscado, as criança tinha toquinha, era tudo daquilo. Não tinha roupa bonita como hoje tem. Mas os primeiros vestidos bonitos que tinha era eu e sua avó. Era um crepe de seda e tinha também palha de seda. Mas só quem podia que comprava. Maioria era o povo tudo descalço. Olha, esse o meu marido conheceu, a sola dos pés parecia sola de casco de Tatú de andar descalço, andava pras queimada, pras roças tudo descalço. Naquele tempo era tudo muito difícil né, agora você vê 1913 para hoje né? Quantos anos né"? Mas para acostumar não foi fácil porque tudo era difícil né! (GARCIA, 1999).

A partir das narrativas de um passado vivido e presenciado por D. Catarina Blessa Garcia, em seu rememoro, a depoente reconta suas histórias trazendo consigo outros personagens e suas lembranças materializam-se em imagens. Segundo Bosi (1998, p. 49) a “imagem-lembrança”, traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. A imigrante espanhola ressuscita detalhes de sua infância e juventude,

procura precisar suas lembranças na religião, nas festas do padroeiro São Geraldo Magela, na paisagem do jardim da Praça, na simplicidade e dificuldades da época onde lembra as pessoas descalças, a igreja de sapé e chão batido, as roupas de tecidos de riscado. Pela vestimenta feminina e evocação de pessoas que já faleceram, como sua amiga (avó da Senhora Íris Garcia), vai comparando aos poucos os melhoramentos entre passado e presente, lembrando as dificuldades enfrentadas pelos grupos de colonos. Estabelece desta forma, nos fragmentos de suas lembranças, a narração da própria vida como testemunho da cultura imigrante costurada a condição de reconhecimento de si e dos outros grupos.

No início de sua fundação, a vida social no Núcleo Colonial Inconfidentes foi muito diversificada, por terem as famílias vindo de diversos lugares e com costumes diferentes. Tudo dependeu de uma adaptação. Além das festas religiosas, os momentos de lazer consistiam em bailes realizados nas residências ou no salão do Prédio da Administração, de depois, no Clube Recreativo. Nesses bailes podiam ser vistos os mais variados tipos de pessoas e roupas. As orquestras, organizadas por elementos da localidade, brilhavam na apresentação das valsas, mazurcas, polcas e até tangos e, por não dizer, tarantelas, rancheiras e quadrilhas. Outras festas apareceram, como o Carnaval de rua, com os famosos “limões de cera”, cheios de água perfumada, que se revezavam de uma pessoa para outra. As cerimônias de casamento também foram motivo de muitas festas na sede e nos lotes. Realizavam-se bailes com sanfonas e muito “comes e bebes”. As festas escolares, como da escola alemã, dava sua cota de contribuição. Só podia viajar a Ouro Fino de charrete, a cavalo, em carroça ou cargueiros, por uma estrada muito bem cuidada. Antigamente o 13 de maio na Colônia era festejado com muito brilhantismo. A data do decreto redentor com que a Princesa Isabel declarara extinta a escravidão no Brasil era motivo de grande alegria para o Sr. Rio Branco, escravo liberto. Juntamente com o Sr. João Ressaca e o Sr. Cândido Fernandes muitos outros negros formavam dois grupos: um de roupa rosa e outro de roupa azul, com todos os enfeites exigidos para aquela solenidade, assim como todos os instrumentos (pandeiro, reco-reco, chocalhos, etc.). Saíam eles garbosos, dançando e cantando pela avenida e outras ruas da Sede. O Sr. Rio Branco fazia seu discurso, que era sempre muito aplaudido. Ainda no fim do dia, ouviam-se a batida do tambor e seus cantares com a toada da dança “bambaleada” e “saracoteada” sem cansaço (GUIMARÃES, 2010, p. 395- 432).

Diante de tais pontuações, podemos considerar que a memória deste passado histórico está ligada às relações interpessoais e também nas instituições sociais. A memória de Guimarães (2010) está relacionada com as famílias dos imigrantes e migrantes, com a religião, com o vestuário, com a escola, as viagens de charrete, com o clube e suas apresentações artísticas pelas músicas, danças, orquestras, casamentos, congada, instrumentos musicais, enfim a todo grupo de convívio e suas referências plurais compondo a diversidade cultural e étnica do Núcleo Colonial Inconfidentes. Desta forma, Guimarães (2010, p. 431-433) vai refazendo o passado, reconstruindo suas próprias experiências:

Por volta de 1910 era comum quase todas as famílias no Núcleo Colonial Inconfidentes terem uma cabra para uso do leite como alimento, inclusive na minha casa, pois o leite de vaca era mais difícil. Muito movimentado também era o jogo de bocha, muito popular na Sede para onde afluía a imigração italiana. Lá perto da casa do Sr. Doná, durante as partidas, não se ouvia apenas o barulho das bolas, mas todo um vocabulário com “palavras especiais”, coisa natural do jogo.

Neste contexto das lembranças da autora Guimarães (2010), refletimos sua memória amarrada à memória do grupo, de sua família e também a memória da tradição, representando as lembranças coletivas da Colônia Inconfidentes. De acordo com Bosi (1998, p. 55) “as reminiscências da primeira infância sobem à superfície da consciência, umas e outras parecem ter-se mantido intactas no fundo da alma”.

Como eram gostosos nas tardes quentes de verão aqueles encontros da minha mãe e suas vizinhas D. Esperança, D. Maria Pereira, Ditinha e Maria da Sá Márcia, D. Julieta, D. Olímpia Clef e muitas outras, que se revezavam sentadas nas cadeiras colocadas em frente à minha casa. Ali, era longa a conversa, e rendia o crochê<sup>27</sup>, o principal hobby das senhoras daquele tempo (GUIMARÃES, 2010, p. 434).

A partir das afirmações da autora acima citada ressaltamos que a mesma ocupa não só em registrar a cultura e o cotidiano de sua vida, mas o faz evocando a memória do grupo carregada de lembranças e experiências. Atualmente, as pessoas adultas inseridas no universo do trabalho, pouco se ocupam em lembrar ou relembrar suas histórias, pouco se tem utilizado da memória pura, que segundo Bosi (1998) “opera no sonho e na poesia” e muito tem se ficado refém da memória-hábito produzida na repetição das tarefas diárias da vida ativa. Cada dia mais sem tempo, a sociedade atual vai se afastando dos encontros com vizinhos, das conversas evocativas e dos *hobbys*. As lembranças das tradições vão se perdendo na atualidade, na ânsia pelo lucro e competitividade, os sujeitos vão afastando-se de suas identidades e aproximando-se do consumo cultural midiático. Portanto, é preciso advertir que torna-se fundamental para a sociedade atual a busca de suas identidades, a luta pela não redução da história cultural, refeita seja nos registros bibliográficos ou no rememoro das pessoas idosas, que desempenham, segundo Bosi (1998, p. 82), “a função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens”.

---

<sup>27</sup> Atualmente o crochê é produzido no Município em larga escala, tornou-se uma fonte de sustendo, gerando muitos trabalhos. Este artesanato é feito manualmente por todo tipo de identidade de gênero. O Município de Inconfidentes ficou reconhecido em outros estados como a “cidade do Crochê” ou Capital Nacional do Crochê. Algumas matérias midiáticas sobre este artesanato foram e são realizadas com o apoio da Prefeitura Municipal de Inconfidentes.

## CAPÍTULO - IV

### 4 MIGRAÇÃO INTERNA: Patronato Agrícola Visconde de Mauá

O propósito deste capítulo é sinalizar dados históricos do Patronato Agrícola Visconde de Mauá e seus desdobramentos por meio da migração interna pautada nas observações das práticas culturais formativas dos discentes. Desde o ano de 1918, este estabelecimento de ensino oferece uma educação pautada no ensino profissionalizante na área agrícola. Nesta reconstrução do passado a memória perseguirá a realidade interpessoal desta instituição de ensino. A utilização da memória para interpretação histórica do Patronato Agrícola Visconde de Mauá será importante no confronto com seu passado; percorrer este caminho será necessário para posteriormente, articular com a cultura dos imigrantes, capítulo II e III, onde será possível na conclusão desta pesquisa indicar se houve uma contribuição positiva por parte desta instituição na formação cultural e social do Núcleo Colonial.

Iniciaremos este capítulo fazendo um rememoro de como foi possível a vinda e a implantação do Patronato Agrícola na Colônia Inconfidentes.

#### 4.1 Os debates ansiando por mão de obra técnica e iniciação agrícola

No tocante à questão da implantação dos Patronatos Agrícolas no Brasil o Decreto nº 12. 893<sup>28</sup>, de 28 de fevereiro de 1918 considera que:

Art. 1º Fica autorizado o Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio a crear nos postos zootechnicos, fazendas-modelo de criação, nucleos coloniaes e outros estabelecimentos do Ministerio patronatos agricolas destinados a ministrar, além da instrucção primaria e civica, noções praticas de agricultura, zootechnia e veterinaria a menores desvalidos.

Art. 2º Nos patronatos creados em virtude do presente decreto serão aproveitados os serviços dos funcionarios addidos e do pessoal technico e administrativo actualmente existente naquelles estabelecimentos, de accordo com as instrucções que forem expedidas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio (BRASIL, 1918).

Guimarães (2010) discorre que o Patronato Agrícola Visconde de Mauá<sup>29</sup> foi implantado em Rezende no Estado do Rio de Janeiro, situado em Campos Elíseos. Neste

<sup>28</sup> Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/3/1918, p. 2963 (Publicação Original)

<sup>29</sup> O nome Visconde de Mauá homenageia Irineu Evangelista de Sousa, barão e depois visconde, que recebeu as terras da região em 1870, como concessão do governo imperial para exploração de madeira,

mesmo local anteriormente havia sido implantada a Fazenda de Sementes e, após, Campos de Demonstração de Resende. Tais fazendas tinham como propósito distribuir plantas e sementes selecionadas. Já os Campos de Demonstração desenvolviam pesquisas de cultivo que serviriam de ensinamentos aos agricultores locais.

Para compreendermos as implantações dos Patronatos Agrícolas será importante uma leitura histórica anterior ao Decreto nº 12.893 no cenário brasileiro. Desde os tempos do Império, século XIX, são intensos os debates da administração pública em torno do melhor aproveitamento da terra e mão de obra qualificada. Segundo Nery (2010, p. 17) “o Imperial Instituto Agrícola da Bahia ainda era visto como uma formação livresca”, a elite agrária ansiava pela formação do trabalhador agrícola para suprir as necessidades de um Brasil emergente.

Em face do exposto vamos percebendo a grande preocupação do poder público em enfrentar essas dificuldades apresentadas como barreiras para o desenvolvimento do Brasil. Pautadas na grande propriedade particular rural e no anseio por trabalhadores mais instruídos para lidar com a terra e aperfeiçoar as novas técnicas agrícolas, apresentadas por países mais desenvolvidos, os discursos encaminham para cobrar do Governo escolas que atendessem essas demandas.

Entretanto, os debates foram em torno de uma formação primária e média de caráter prático, assim surgiram os primeiros Aprendizados Agrícolas e posteriormente os Patronatos, que no início eram apenas de formação primária. A formação nessas duas instituições de ensino vão ter características diferentes. Para compreendermos um pouco melhor essas instituições devemos levar em conta o cenário “Nacional” que concorreu para suas implantações, antes de 1900.

Desta forma, levando em consideração as pressões da elite agrária, que ao Norte era representada pelos fazendeiros que produziam cana-de-açúcar e ao Sul o café, pressionavam o governo Imperial para que disponibilizasse mais recursos para suas lavouras. Entre esses recursos reclamavam por braços para trabalharem em suas terras e por créditos financeiros.

---

que seria transformada em carvão vegetal. Em 1889, ainda no Império, seu filho, Henrique Irineu de Souza, instalou nas terras um núcleo colonial, formado por famílias de imigrantes europeus. A iniciativa fracassou e a maior parte dos colonos retornou aos países de origem. Em 1908 o governo federal compra as terras de Henrique e cria o Núcleo Colonial Visconde de Mauá, segunda tentativa de receber colonos europeus. Este núcleo acaba extinto em 1916. Após o Núcleo extinto o governo implanta a Fazenda de sementes e posteriormente o Campo de Demonstração de Resende. Barão de Mauá. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Visconde\\_de\\_Mau%C3%A1\\_\(Resende\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Visconde_de_Mau%C3%A1_(Resende))>.

Vejamos o que Nery (2010, p. 32) nos transcreve sobre o cenário nacional e as reações da elite agrária:

Os interesses da grande lavoura, a qual, na situação atual, é ainda a base da riqueza e prosperidade nacional, ocupam séria e vivamente a atenção do governo imperial que, reconhecendo a importância que exercem nas condições econômicas do país, está disposto a animá-los e provê-los em tudo, quanto depender da ação dos Poderes Públicos. [...]. Seria para desejar que nessa reunião fossem simultaneamente atendidas as necessidades de toda a lavoura nacional, e generalizados os benefícios, que se projetam. Mas, não sendo possível, nem praticável provê-las de uma vez, porquanto tais necessidades variam da grande para a pequena lavoura, assim como de uma para outra zona, e nem são idênticas, relativamente aos seus diversos ramos; ficará o campo dos estudos limitado por ora à grande lavoura das províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, de onde mais facilmente os agricultores poderão concorrer ao congresso.

Percebemos nesta nota oficial do Império a grande importância atribuída à agricultura e especificamente à monocultura ligada às elites agrárias. Outros produtos das lavouras já fomentavam a agricultura e comércio nesta época, principalmente para o abastecimento interno do país. Entretanto, a ênfase foi para atender aos grandes proprietários, fazendeiros e as regiões ao Sul do Brasil. A oligarquia sulista já exercendo uma grande influência nas decisões políticas e econômicas também caminham para exercer influências sociais como a questão do povoamento e da educação voltada para o trabalho que atendesse às necessidades imediatas da questão agrária. Uma delas é a mão de obra técnica primária e secundária.

Discorrendo sobre este assunto da mão de obra, levaremos em consideração que a maior parte dos brasileiros derivava da condição de escravos, descendentes de escravos, ou seja, compondo a grossa parte da mestiçagem da população brasileira. Além do mais somava-se a questão o analfabetismo da população brasileira, pois a instrução escolar e técnica não era proporcionada aos escravos e nem aos trabalhadores pobres livres. Vale advertir ainda que a Lei do Ventre Livre<sup>30</sup> e a Lei do Sexagenário<sup>31</sup> já contribuíram para tornar a mão de obra escrava mais cara. Os nascidos “livres” não tinham menor perspectiva de futuro que dirá de formação educacional. Os idosos libertos poucos conseguiram desfrutar de sua liberdade, quando não morriam antes dos 60 anos eram abandonados à própria sorte, assim como as crianças livres, ou permaneciam nas fazendas prestando serviços aos seus Senhores.

---

<sup>30</sup> Lei nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

<sup>31</sup> A lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, determinou a libertação dos escravos com mais de 60 anos.

Considerando neste viés histórico que a Lei Aurea<sup>32</sup> também pouco diferenciou o tratamento aos libertos, foi a “liberdade” sem perspectiva de uma real cidadania, de inclusão social. Muito pelo contrário, os negros e seus descendentes foram excluídos e tratados de forma preconceituosa pela camada conservadora da Oligarquia brasileira, como já esboçamos no capítulo I onde falamos sobre o povoamento da região do Sul de Minas Gerais. Portanto, embora essas Leis regulamentassem aspectos relativos às alforrias, indenizações aos fazendeiros, também existiam obrigações por parte destes para com os cativos às quais poucas foram cumpridas ou fiscalizadas. Este processo de transição da mão de obra escrava para a livre foi marcada por muita resistência por parte dos proprietários de terra que viam com receio as ideias de igualdade esbarrar na propriedade privada. Alguns locais e Estados brasileiros já haviam abolido a escravidão antes mesmo da Lei Àurea entrar em vigor e, com isso, muitas relações de trabalho foram estabelecidas, inclusive a livre. Mas, por outro lado, muitos escravos após a liberdade deixaram as fazendas em busca de oportunidades nas capitais que, sem estrutura para absorver toda essa mão de obra não qualificada, vão enfrentar sérios problemas sociais. Entre esses problemas mencionados nos parágrafos acima, nosso foco inicial neste capítulo será compreender por meio da memória as representações socioculturais apresentadas como ajustes sociais às crianças e adolescentes, maioria advindas de um contexto de sociedade escravocrata, onde muitas serão encaminhadas aos Patronatos Agrícolas.

Deste modo, visando aos ajustes sociais e principalmente ao econômico, com ênfase na produção agrícola, as discussões políticas giravam em torno de cobrar escolas dos poderes público e privado direcionadas para as crianças pobres valorizando sempre as virtudes agrícolas para o trabalho e o controle rígido de seus corpos promovendo uma educação civilizadora. Desta forma, a elite agrária via na educação agrícola, segundo Nery (2010, p. 37), um “ato civilizatório para essas crianças e adolescentes, acreditava que mudaria a forma de se relacionarem com a terra” e que assim o país iria modernizando a agricultura.

Sendo assim, seguindo a ideologia da Primeira República que buscava o progresso agrícola, uns defendiam a entrada de mão de obra estrangeira, a imigração para modernizar a agricultura, substituir a mão de obra escrava e também promover o branqueamento da tão sonhada sociedade brasileira. Outros já defendiam a reutilização da mão de obra nativa ou mão de obra nacional.

---

<sup>32</sup> A lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888, “Art. 1º É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”.

Cabe ainda mencionar que pensando nos nacionais como mão de obra e em uma educação voltada para o trabalho, algumas ações isoladas foram promovidas por governantes ao final da monarquia, como por exemplo, na província do Rio de Janeiro citado por Nery (2010, p. 37).

No entanto, o que ocorria eram ações isoladas em determinadas províncias, muitas vezes, com um objetivo mais assistencial do que educativo, a exemplo da criação, em 1886, do Asilo Agrícola de Santa Izabel por parte da Associação Brasileira de Proteção da Infância Desamparada, na província do Rio de Janeiro, tendo um duplo objetivo: retirar das ruas desta província os menores abandonados que “enfejavam” o cenário urbano e propiciar a iniciação agrícola a esta clientela (SCHUELER, 2000).

Em face do exposto é necessário considerar que, a partir desta concepção ideológica, vão surgir os Patronatos Agrícolas, para tirar das ruas das grandes cidades os chamados “desvalidos da sorte” para sua regeneração social. É preciso considerar que todas estas questões sociais já estavam em pauta ao final do Governo Monárquico brasileiro, sob a pasta do Ministério da Agricultura Indústria, Comércio e Obras Públicas (MACOP), adentrando a República. Os republicanos, em sua maioria, defendem a preocupação em formar uma “nação brasileira” livre de um passado marcado pela escravidão, entretanto, este fato histórico terá raízes profundas em todos os aspectos ligados à formação da sociedade brasileira produzindo e reproduzindo injustiças e desigualdades sociais. Vale advertir que, diante das preocupações sociais e econômicas envolvendo o debate público dos governantes e grandes fazendeiros desde o século XIX fomentam-se a necessidade de créditos e mão de obra para crescimento, desenvolvimento e manutenção das lavouras. Destas discussões surgiram os Imperiais Institutos de Agricultura, que posteriormente vão criar a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Fazia parte da SNA representantes da elite agrária que pleiteavam maiores espaços na política e a emergência de uma nova classe, a dos agrônomos como detentores de um saber científico para que estes pudessem alavancar a agricultura brasileira. Com toda pressão da elite agrária apoiada nos agrônomos, o Governo deparou diante de cobranças para criar estabelecimentos de aprendizado e ensino agrícola. Em 1906 o governo cria o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio que será responsável pela implantação dos primeiros Aprendizados Agrícolas Federais e pelos Patronatos Agrícolas.

Diante de tais considerações, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em Maio de 1918, viabiliza a instituição do Patronato Agrícola Visconde de Mauá, local onde foi Núcleo Colonial de Mauá, antiga Fazenda de Sementes e posterior Campo de Demonstração de Resende.

O estabelecimento, que recebera o nome de “Visconde de Mauá”, passou a funcionar com turmas compostas de meninos abandonados vindos das ruas da capital. A primeira dessas turmas contava com 12 meninos, de 14 a 16 anos de idade, dois dos quais procediam da casa de correção e fugiram no primeiro dia de internação. Os outros meninos, também em situação bem desajustada, eram muito difíceis de serem controlados. Houve grandes tumultos entre alunos e professores e até entre professores e o diretor, levando à abertura de inquéritos, dispensa e remoção de funcionários [...] em março de 1919. Também ocorreu o aparecimento dos primeiros casos da gripe espanhola, em outubro de 1918, que atingiu grande número de alunos e funcionários, inclusive com morte de alunos, concorrendo para aumentar as dificuldades de funcionamento do estabelecimento (GUIMARÃES, 2010, p. 175).

Por todas estas dificuldades e falta de adaptação dos menores internos que fugiam, o Patronato de Resende fracassou dando lugar ao Horto Florestal.

Desta forma, até o presente momento, podemos observar que o Governo brasileiro não preparou a massa miscigenada constituída de negros libertos, seus descendentes, índios e seus descendentes e os brancos pobres para assegurar-lhes educação. As instituições de ensino quando existentes eram acessíveis à minoria da população brasileira uma vez que o Governo ainda não priorizava e nem garantia a educação gratuita aos cidadãos. Como pudemos observar, a falta de investimentos e incentivo à educação causou problemas não só de formação social, mas também profissional e fez com que a criminalidade crescesse nos grandes centros preocupando os líderes governantes. Entretanto, uma das saídas e opção apresentada pelo Governo na primeira República, para essa camada populacional à margem da “sociedade brasileira” foi a implantação dos Patronatos Agrícolas espalhados pelo interior do país com o objetivo de regeneração social e o de formação técnica agrícola com intuito de aproveitar melhor a terra e impulsionar a economia brasileira.

#### **4.2 Choque cultural na migração do Patronato para o Núcleo Colonial**

Em Outubro de 1919, o diretor do Serviço de Povoamento, Dr. Dulphe Pinheiro Machado, acompanhado do inspetor do mesmo serviço, Dr. Carlos Pereira da Silva, esteve no Núcleo Inconfidentes com o objetivo de examinar as possibilidades da instalação de um Patronato na localidade.

Os dois ilustres brasileiros, que já conhecem a nossa cidade, visitaram hontem a sede do Núcleo Colonial “Inconfidentes”, depois de percorrerem diversos lotes, almoçaram em companhia do sr. cel. Theóphilo Tavares Paes, distinto superintendente do referido Núcleo e illustre Presidente da Câmara Municipal desta cidade. Tanto o sr. dr. Dhulphe Pinheiro Machado como o sr. dr. Carlos Pereira da Silva mostraram-se satisfeitíssimos por quanto viram naquele Núcleo e tiveram palavras de louvor para o aproveitamento

que notaram. A viagem de ss. excias. a esta cidade prende-se, ao que estamos positivamente informados, á criação do Patronato Agrícola para menores, e tão encantado ficou o sr. dr. Dhulphe Pinheiro Machado com tanto quanto viu, que disse, desde logo, que o referido Patronato, com capacidade para 150 alumnos, seria muito em breve uma realidade na séde do Núcleo. Os illustres hospedes do sr. coronel Theóphilo Tavares Paes regressaram hoje para o Rio (GAZETA DE OURO FINO, 1919).

Em face do exposto, é necessário considerar que o “aproveitamento que notaram” com a visita do diretor do Serviço de Povoamento, Dr. Dhulphe Pinheiro, e o inspetor do mesmo, Dr. Carlos Pereira vai de encontro com o Artigo 1º e 2º do Decreto nº 12. 893, de 28 de fevereiro de 1918 (BRASIL, 1918). Em relação ao Artigo 2º do referido Decreto, Guimarães (2010, p. 176) assegura que “foram também nomeados funcionários e professores, alguns vieram transferidos do Patronato de Resende, juntamente com o arquivo morto”.

Vale advertir que, a princípio, não foi bem aceita por parte dos colonos a instalação de um Patronato no Núcleo Colonial Inconfidentes, pois tinham receio em receber uma instituição de correção para menores os quais eram tratados, pelo próprio Governo Federal, e noticiados como infratores e de maus costumes. Vejamos segundo Nery (2010, p. 181) o que o próprio Ministro da Agricultura relatava ao presidente da República:

Em todos os centros populosos cresce, dia a dia, o sombrio exército de meninos abandonados, criminosos e malfeitores de amanhã, pejudando os tribunais, enchendo as cadeias, em vez de constituírem elementos computáveis da economia. Dar a mão a essas crianças – órfãos de pais vivos – impelidas à ociosidade e ao vício, assegura-lhes uma atmosfera oxigenada de bons sentimentos, prendê-las à fecundidade da terra ou habitá-las na tenda da oficina ou de uma profissão é transformar cada uma delas em fator de engrandecimento coletivo.

Sendo assim, parte da sociedade brasileira e a colônia Inconfidentes viam com receio a implantação de Patronatos em seus povoados e municípios. Acreditavam que afetariam os seus costumes e suas tradições conservadas até então. Outra parte da sociedade, principalmente os governantes das grandes cidades, via como uma solução para higienização e embelezamento das grandes cidades; além é claro de compor um contingente futuro de massa trabalhadora principalmente para a agricultura.

Entretanto, a notícia da instalação de um Patronato na Sede não agradou o povo ali residente, uma vez que mudaria completamente a vida social do povoado, onde viviam diversas raças com suas tradições e costumes. A sociedade local se sentia chocada com a chegada de uma escola para menores abandonados de maus costumes, criados ao “leu da vida”, saídos da Casa de Correção, acompanhados por uma equipe de pessoal também com hábitos completamente diferentes dos seus (GUIMARÃES, 2010, p. 176).

Desta forma, os dados teóricos apresentados pela autora supracitada indica que a notícia da instalação de um Patronato contribuiu para que muitas famílias de colonos estrangeiros, receosas, deixassem o Núcleo Colonial Inconfidentes migrando para outras regiões do Brasil.

No entanto, contrapondo ao posicionamento da autora Guimarães (2010), que indica a insatisfação por parte dos imigrantes sobre transferência do Patronato Agrícola Visconde de Mauá, o periódico da Gazeta considera que:

Estamos de boa fonte informados que o sr. cel. Theóphilo Tavares Paes está incumbido de fornecer ao illustre sr. dr. Carlos Peres da Silva os dados precisos para a confecção do orçamento para as obras necessárias ao prompto funcionamento do Patronato Agrícola que vae ser fundado no Núcleo Colonial “Inconfidentes” por iniciativa do illustre Diretor do Povoamento do Sólo, sr. dr. Dhulphe Pinheiro Machado, e bem assim quanto é remodelação e adaptação de alguns edifícios<sup>33</sup> existentes na séde do Núcleo para o fim que vão ser destinados. Esta notícia encheu-nos, como a toda população do Núcleo e desta cidade, da mais justa e sincera alegria (GAZETA DE OURO FINO, 1919).

Assim sendo, Guimarães apresenta em seu relato um posicionamento da comunidade contrário ao noticiário da Gazeta de Ouro Fino. Desta forma, podemos perceber que neste estágio da história da Colônia Inconfidentes os conflitos surgem como forma de resistência e identidade do grupo de colonos, que são legitimadas no contraponto da notícia apresentada pelo periódico da Gazeta quando anuncia a “justa e sincera alegria da população do Núcleo”. Neste caso, a identidade do imigrante vem apoiada segundo Heller (1993, p. 16) “ao mito de origem que funciona como legitimador da existência do grupo apoiadas nas relações hierárquicas”. Diante das relações de hierarquia o Estado brasileiro torna-se representado por meio do jornal “Gazeta de Ouro Fino” onde este age em colaboração a consolidação da identidade Nacional contrapondo a realidade da pluralidade étnica cultural dos grupos imigrantes e dos novos grupos migrantes que estão por vir a povoar e compor outra identidade social das representadas até o momento. Podemos, com a colaboração de Ribeiro, refletir o discurso legitimado para compor a unidade nacional, a etnia brasileira.

Só por esse caminho, todos eles chegam a ser uma gente só, que se reconhece como igual em alguma coisa tão substancial que anula suas diferenças e os opõe a todas as outras gentes. Dentro do novo agrupamento, cada membro, como pessoa, permanece inconfundível, mas passa a incluir sua pertença a certa identidade coletiva (RIBEIRO, 2000, p. 133).

---

<sup>33</sup> Antigo prédio onde funcionava a administração do Núcleo Colonial Inconfidentes no início do povoamento. Anexo XIII p. 105, figura 1 e figura 2 do prédio atual do IFSULDEMINAS – *Campus Inconfidentes*.

Em face do exposto, é necessário considerar que embora haja um esforço político por parte do Governo brasileiro em legitimar a unidade nacional “anulando as diferenças” e incluindo a identidade coletiva, o imigrante estrangeiro neste dado momento histórico da Colônia Inconfidentes, não se identifica com os migrantes do Patronato Agrícola Visconde de Mauá. O “choque” provocado pela notícia da vinda de “menores infratores” esbarra na estrutura de classe. Diante desta estrutura de classe os menores serão vistos como um reflexo de uma sociedade escravocrata, portando, inferiorizados historicamente pela sua condição étnica de mestiçagem e por todos os desajustes psicossociais que carregam em seu próprio corpo. Diante do exposto, Ribeiro (2000, p. 399) afirma que “apesar das condições de penúria prevalecente na Europa, o imigrante não aceitava a coexistência com o escravo”. É preciso lembrar que, o imigrante vem compor um projeto social onde ele é livre, com possibilidades econômicas incentivadas e viabilizadas pelo Estado. O fato de poderem adquirir terras, terem seu trabalho reconhecido como granjeiros e serem uma mão de obra melhor qualificada já os diferencia como classe sobrepondo aos chamados, por Ribeiro, de “nacionais”. Cabe ainda mencionar que, para além dos motivos econômicos, somaram-se a estes o ideológico ao qual, segundo Ribeiro (2000, p. 404) foram realizados “enormes investimentos públicos a fim de atrair ao país colonizadores brancos, na qualidade de reprodutores destinados a melhorar a raça”.

Desta forma, nesta perspectiva de construção de um novo Brasil, os Patronatos também irão compor o ideário de branqueamento, se não pela mestiçagem pela assimilação e de uma educação embutida nas políticas de higienização e nas estratégias disciplinares com ênfase na formação moral civilizadora. Embora Guimarães (2010, p. 176) salienta que “não vieram alunos de Resende, já haviam sido devolvidos às famílias”, a transferência sugere que a instituição seguirá os mesmos moldes, com seu regimento interno, dos Patronatos espalhados pelo país a fora. Vejamos que as condições exigidas para serem matriculados os alunos eram as mesmas:

Tendo o Juízo de Direito desta Comarca de enviar ao Director do Patronato Agrícola Federal, a instalar-se no Núcleo Colonial “Inconfidentes”, uma relação de menores existentes neste município, nas condições de serem protegidos pelo mesmo estabelecimento, avisa aos interessados que as informações nesse sentido deverão ser feitas nos cartórios dos 1º e 2º officios desta comarca e que as condições exigidas são: ter o menor de 10 a 18 annos, ser orphão ou desvalido. Jayme Tavares Paes – 2º Tabellião (GAZETA DE OURO FINO, 1920).

De acordo com a Gazeta era uma instituição educacional que abrigava menores, na condição de serem “protegidos” onde os mesmos ficavam em sistema de internato para

receber as instruções básicas e educação moral regeneradora. Guimarães apresenta o olhar da época a respeito da clientela que viria a frequentar o Patronato Agrícola Visconde de Mauá:

Essas crianças e adolescentes “desvalidas” eram vistas hora como inveterados na prática de maus hábitos, insolentes, hora com espírito deprimido e estado de miséria psicológica e moral. Era preciso abater-lhes essa situação com infinito tato, amor e brandura, e a todos enfim, trazer um nível de moralidade comum e uniforme, a fim de que, ao voltarem ao convívio do mundo, estivessem aptos, com um modesto cabedal e com os hábitos adquiridos de trabalho e disciplina, para as vicissitudes da vida, dentro da esfera de suas limitadas aspirações (GUIMARÃES, 2010, p. 179).

Neste viés, considerando as representações que circundam as crianças e adolescentes num formato de diagnóstico, era preciso expulsar a condição de criminosos, de “deprimidos”, de “miséria psicológica e moral” para desenvolver por meio do ensino, indivíduos racionais e saudáveis e conseqüentemente aptos para o trabalho. Vale advertir que compondo este planejamento das relações sociais esta camada vulnerável da população brasileira, na maioria composta por negros e mestiços, estaria contribuindo para com o projeto de progresso nacional.

### **4.3 Contexto histórico social no sistema educacional do Patronato**

Visando a ideologia de construção da ordem e progresso, o sistema educacional implantado no Patronato Visconde de Mauá apresenta-se de forma básica, o tempo dos educandos era dividido entre trabalho na agricultura e estudos em sala de aula com disciplinas reduzidas, segundo Guimarães (2010, p. 179) como: “as quatro operações, frações e sistema métrico; noções de história e geografia pátria e língua portuguesa com redação e gramática”. Percebemos para a época, não apenas nos Patronatos, a implantação de um modelo de programa educacional para superar o analfabetismo dessas crianças e adolescentes e ingressá-los ao mercado de trabalho. De acordo com a Gazeta de Ouro Fino (1925) “eis o nosso maior mal”! - “O Analfabetismo - polvo de mil tentáculos que nos embaraçam os paços”.

O analfabetismo era o grande entrave que impedia o progresso e ao mesmo tempo demonstrava o quanto o Brasil ainda era atrasado e carente de políticas públicas voltadas para a melhoria da educação. Sendo assim, com base na realidade da época, descrevemos um trecho do noticiário da Gazeta contribuindo para divulgação da importância da frequência as aulas e do trabalho manual:

As crianças pobres – para quem a instrução é a primeira e a última na vida – terão agora mais uma oportunidade para a grande luta da existência. O trabalho manual é por si só, um criador de virtudes. É o descanso dos intelectuais, e o pão dos pobres. É sublime lapidador, que vai malhando o carácter e o fortalecendo vagarosamente, para que ele tenha paciência nas adversidades, e firmeza nos tempos prósperos. É justo, pois, que aos desejos do Presidente de Minas, ocorram em peso o professorado mineiro, o povo mineiro, a imprensa mineira, todos num só esforço criador, todos num só ideal magnífico, todos num só desejo ardente: o amor ao ensino primário, para que a frequência nas escolas, neste ano santo de 1925, deslumbre as gerações por vir (GAZETA DE OURO FINO, 1925).

Em fase do exposto é necessário considerar o apelo à comunidade em reunir esforços para combater a evasão escolar e a divulgação do trabalho manual como subsistência dos pobres e um *hobby* para os intelectuais. Assim sendo, as aspirações desses educandos também eram limitadas. Observamos que o modelo traçado vai viabilizando mais o aprendizado no sentido prático para ingressar futuramente estes discentes no mercado de trabalho, com ênfase na agricultura. Pouca visibilidade individual tinham esses discentes, podemos constatar que seus corpos vão sendo trabalhados no sentido de imposição de regras rígidas por meio de seu regimento interno, do escotismo e formação moral pátria. Segundo Guimarães (2010, p. 179) depois de matriculados, os alunos eram enumerados, “os números incorporavam-se aos alunos que passavam a ser chamados e conhecidos apenas por eles, ficando seus nomes completamente desconhecidos”.

No entanto, tendo em vista o fato de que não existia ainda uma pasta do Ministério da Educação e que o ensino público, principalmente os aprendizados agrícolas e os Patronatos estavam condicionados a este Ministério, podemos compreender que o mesmo visava a produção agrícola. Com isso os discentes terão visibilidades em suas habilidades práticas coletivas. É possível encontrar o aluno representado de forma quantitativa no trabalho do campo e não de forma individual enquanto identidade cultural dos mesmos. Mas sim, uma educação voltada para impedir a degeneração com atividades sendo desenvolvidas de forma codificada e aptidões formadas sem desenvolverem ou serem estimulados a desenvolverem a capacidade de reflexão crítica a qual os teóricos atuais, como Foucault (1999, p. 234) chamam de “técnicas de fabricar indivíduos úteis”.

Para Foucault o rigor disciplinar e o desenvolvimento de técnicas aplicadas nos “desvalidos da sorte” geraria um indivíduo dócil, apto à produtividade finalizando um lucro para sociedade. Este lucro não estava atrelado apenas ao comércio, mas também com visões à regularidade de uma sociedade mais ajustada aos moldes do desenvolvimento tão almejado para a política de povoamento e desenvolvimento agrário. Neste viés, as escolas,

principalmente os Patronatos e Aprendizados Agrícolas passariam a ser um instrumento de formação cultural importante para os anseios do Governo vigente e modelo a ser seguido para a grande massa populacional, principalmente a camponesa.

No entanto, apresentando um pensamento diferente de Foucault (1999) ao qual sinaliza que os indivíduos são fabricados dentro de uma ordem estabelecida e passam a serem úteis, moldados, Certeau (1998, p. 18, 19) acredita que os indivíduos mesmo estando submetidos a uma “ordem dogmática” ou cultura imposta, ela nunca é “fixa ou desesperadora”, há sempre resistências ou “Micro-resistências”.

Tal modelo cultural e educacional, pautado na ordem e disciplina, representava uma evolução, um desenvolvimento ao país. Sob esta ideologia, as comemorações cívicas eram sempre elucidadas com demonstrações de grande entusiasmo e patriotismo por parte da instituição e comunidade local que acompanhava o “progresso” com satisfação.

Vale ainda destacar sobre a visibilidade ao discente, os mesmos experimentavam o cotidiano escolar, no Patronato Agrícola Visconde de Mauá, por meio da prática. Eram visibilizados em todos os trabalhos desde o início da implantação do Patronato, acompanhados nas práticas do campo sempre por um engenheiro agrônomo responsável. Guimarães discorre sobre essa visibilidade afirmando que:

O caminho do lote do Patronato, na outra margem do rio Mogi, onde seria feita a prática dos trabalhos agrícolas dos educandos, foi feito pelo trabalho dos alunos e dos homens, bem como os fechos, desbravamentos, drenagem [...] orientados pelo Dr. Luiz da Rocha Viana, primeiro agrônomo do Patronato (GUIMARÃES, 2010, p. 179).

Em face do exposto, na década de 1920, já podemos considerar a importância da presença e destaque dos agrônomos no desenvolvimento da cultura agrícola e benfeitorias para a instituição. Neste destaque ao agrônomo, percebemos que os alunos constavam sempre presentes em todas as atividades da escola, constituindo um importante papel no desbravamento e posteriormente sustento e conservação desta instituição, mas que segundo Guimarães (2010, p. 179) “a princípio, manifestam relutância para todo gênero de trabalho”.

A respeito da “relutância” ao trabalho vale advertir que nem todos os discentes tinham vocação para o trabalho agrícola, a maioria dos internos migrou para o Patronato Visconde de Mauá por imposição social, familiar ou por ordens judiciais encaminhados como infratores ou órfãos. Ampliando essa discussão Guimarães expõe as dificuldades encontradas no decorrer da implantação do Patronato de Inconfidentes:

A disciplina foi muito difícil, pois em sua maioria eram alunos rebeldes e insubmissos. Mas, aos poucos e com a correção permitida, foram introduzidos os hábitos de ordem e disciplina, e finalmente foram demonstrando gosto e habilidade para a labuta do campo (GUIMARÃES, 2010, p. 179).

As dificuldades disciplinares apontadas pela autora acima citada em relação aos discentes “rebeldes” e “insubmissos” apontam para a existência dos conflitos internos existentes no cotidiano desta instituição que não aparecem registrados na historiografia local. Vale advertir que, embora se evite falar abertamente nos conflitos existentes a negociação das identidades envolvendo os alunos, professores e demais servidores vão surgindo nas entrelinhas do não dito explicitamente. Neste contexto histórico é preciso lembrar que estamos mencionando um projeto de política pública voltado para a educação e cultura introduzida nos Patronatos e Aprendizados Agrícolas com uma visão de instrução mínima propedêutica e instrução máxima de ordem, disciplina para alcançar o progresso agrícola, estimulando o trabalho no campo com o apoio das escolas, imprensa, e etc.

Cabe mencionar que, ainda com a visão de disciplina e ordem, Guimarães (2010, p. 180) destaca “a ginástica Sueca e com aparelhos, evoluções e jogos esportivos.” Havia também uma preocupação grande em relação à saúde e desde seu pleno funcionamento contava com médico e serviços de enfermagem, compondo assim o plano de higienização do Governo vigente.

Podemos constatar que as lideranças responsáveis pela implantação das escolas ainda não tinham um olhar voltado para a criança e adolescente de acordo com suas aptidões ou afinidades. A intenção governamental ainda era de criar essas aptidões e afinidades, pois a clientela vinha marcada pela vulnerabilidade social, totalmente despreparada para frequentar uma escola, principalmente uma escola internato onde tinham regras rígidas. Os discentes teriam que se adaptar ao novo *habitat*, um universo totalmente desconhecido para essa clientela. Como cobrar dessa juventude regras e comportamentos que nunca lhes foram transmitidos ou oportunizados?

É preciso lembrar que o Brasil saía de um sistema monárquico onde a ruptura não acontece de forma mágica e sim arrasta os problemas sociais e políticos já existentes e discutidos dentro deste. Entretanto, com a República e com todo esforço político para sua consolidação, as alianças são feitas para sua sustentação e prepara-se por parte das lideranças oligárquicas um Brasil de “cara nova”, onde tinha necessidade de colocar o país nos trilhos da modernidade. Os discursos higienistas são propagados para a população e adentram as instituições de ensino. Era necessária uma população mais saudável e preparada fisicamente

para o trabalho. Ao longo da existência do Patronato Agrícola Visconde de Mauá percebemos uma forte visibilidade dos estudantes nas ginásticas suecas e no escotismo como um meio de educar e fortalecer esses corpos.

#### **4.4 Escotismo como valores cívicos e morais compoendo a cultura do Patronato**

No Brasil, o governo implantou o Movimento Escoteiro nas escolas de Patronato, por meio das técnicas do Escotismo escolar e outras práticas de ginástica, a fim de promover a “civilização” da infância. As transigências desta camada social seriam corrigidas institucionalmente pelos Patronatos aplicando sanções via regimento interno com suas regras de conduta adequadas. Os preceitos do Movimento Escoteiro vinham de encontro aos interesses do Governo de forma a contribuir para o desenvolvimento a formação do cidadão. Freitas (2011, p. 4) colaboram para compreendermos de onde vem o escotismo e suas propostas:

O Escotismo foi criado na Inglaterra em 1907 por Robert Stephenson Samyth Baden-Powel. Nascido em Fevereiro de 1857, na cidade de Londres. O movimento dos escoteiros é uma associação voluntária, sem fins lucrativos que tem em sua proposta o desenvolvimento do jovem, por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, baseado na Promessa e na Lei escoteira, e através da prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre. Com isso, incentivar a juventude a buscar seu próprio conhecimento, servindo de modelo de pessoa leal, fraterna, responsável, respeitosa, disciplinada e altruísta.

O escotismo para Freitas (2011, p. 5) é baseado em três princípios que são: “o desenvolvimento espiritual, o social e o pessoal de forma voluntária aceitando Deus como princípio de todas as coisas”. Tendo em vista o fato de que o escotismo deveria ser aceito de forma voluntária, baseado na autonomia e autoconfiança é válido destacarmos que, aqui no Brasil, ocorreu de forma não voluntária. O Governo brasileiro, com o intuito de desenvolver o nacionalismo da época e consolidar a República, fez do movimento algo imposto às escolas. Esta atividade segundo seus preceitos foi pensada extraclasse e não como uma imposição obrigatória nas atividades escolares.

Vale advertir que no Brasil, militares que estiveram a serviço na Inglaterra lhes foi oportuno os primeiros contatos com o escotismo onde os mesmos ficaram entusiasmados com esse método educacional complementar e em 17 de Abril de 1910 trouxeram os primeiros

uniformes escoteiros ingleses na embarcação de tripulantes do encouraçado “Minas Gerais”<sup>34</sup>, navio que desembarcou no Rio de Janeiro, cidade que será o palco das primeiras experiências do escotismo no Brasil (fundado o Centro de Boys Scouts do Brasil<sup>35</sup>).

Salienta-se, que a Flor-de-Lis é o símbolo utilizado indicando o caminho correto do cumprimento do dever e da ajuda ao próximo, no Brasil de acordo com Freitas (2011, p. 7) ela “foi sobreposta pelo símbolo do Selo da República, como o círculo de estrelas e o Cruzeiro do Sul”. Este fato pode ser compreendido para reforçar a ideia de que o Governo Federal tinha como objetivo atrelar o escotismo para uma educação moral civilizadora.

Cabe ainda mencionarmos que sob a expectativa de progresso, em 17 de Abril de 1910 “surgiu ao largo da Baía de Guanabara o primeiro navio com a mais nova tecnologia para a Marinha Brasileira homenageando o Estado de Minas Gerais” (MARTINS FILHO, 2008). A bordo do navio estavam os militares trazendo consigo os preceitos do escotismo para o Brasil. Observa-se que ocorreram dois fatos importantes nesta grande comemoração da chegada do navio Encouraçado Minas Gerais. O Brasil já traçando metas para adquirir novas tecnologias, inovando as frotas da Marinha Brasileira e colocando-se nos trilhos do almejado progresso. E o outro fato é a homenagem ao Estado de Minas Gerais que carrega o nome do primeiro grande navio visibilizando com este fato a importância política do Estado. É essencial atrelarmos esses fatos à ideia de progresso, de uma população “civilizada” para ser apresentada aos olhos do mundo. Para tanto, vale a pena resgatar o Hino não oficial do Estado de Minas Gerais composto por Eduardo das Neves<sup>36</sup>.

Diante de tais pontuações, atrelados à influência política, no Brasil, principalmente nos Patronatos Agrícolas, o ensino funcionou como uma proposta de educação a “salvar” as crianças e jovens com problemas de comportamento, sempre presente nos eventos cívicos as

---

<sup>34</sup> Era um dos três gigantes que comporiam a “Esquadra Branca”, que o Brasil encomendara à Inglaterra em 1906. O contrato inicial foi assinado com Armstrong Whitworth (Elswick) e previa a construção de três encouraçados. O primeiro a ficar pronto foi o de Minas Gerais. O encouraçado São Paulo, de configuração semelhante, seria finalizado pouco depois. A terceira embarcação, o encouraçado Rio de Janeiro, ainda maior que os outros, não chegaria a ser entregue.

<sup>35</sup> União dos Escoteiros do Brasil, UEB, fundada em 4 de novembro de 1924, é uma sociedade civil de âmbito nacional, de direito privado e sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, beneficente e filantrópico, reconhecida de utilidade pública, que congrega os Grupos de Escoteiros.

<sup>36</sup> Hino não oficial do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.letras.com.br/biografia/eduardo-das-neves>>.

Eduardo das Neves nasceu no Rio de Janeiro, em 1874. Era também conhecido como Palhaço Negro, Diamante Negro e Crioulo Doido. Palhaço de circo, poeta, compositor e principalmente cantor, Eduardo das Neves foi o nosso artista negro mais popular no início do século. Anexo I p. 91.

técnicas do escotismo foram aliadas para demonstrar disciplina e passar bons exemplos para outras crianças e jovens.

É preciso lembrar que a presença do Escotismo nas instituições escolares foi muito debatida por pesquisadores posteriormente e que estes viam neste modelo um meio de passarem-se os preceitos da instrução militar aos alunos (HORTA, 1986).

Ao contrário da visão apresentada por Horta (1986), Nery (2010, p. 173) afirma que:

As análises feitas sobre o Escotismo na historiografia brasileira observam-no como um movimento de militarização da infância, de natureza estritamente patriótica, cívico-militar, esquecendo-se de observá-lo como uma prática que incorporou valores, comportamentos e hábitos centrados na ideia de autogoverno. Nascimento (2008) prefere chamar de Escotismo de Estado ou Escolar onde prevaleceu a formação moral e cívica para a cidadania ficando a parte da Educação física secundária, ficando assim, incompatível com a prática para a militarização da juventude. Entende também que fez parte da chamada “Pedagogia Ativa”, presente nos cenários das reformas educacionais que ocorreram em diferentes países europeus e americanos nas primeiras décadas do século XX . Sendo incorporadas nas instituições de ensino brasileiras, principalmente aos Patronatos agrícolas e Aprendizados Agrícolas Federais visavam desenvolver competências técnico-científicas para um melhor aproveitamento da terra e a própria relação desse novo homem com seu meio, no caso o meio rural. Assim, o escotismo, a ginástica Sueca com aparelhos e evoluções e os jogos desportivos complementavam a formação dos Aprendizados e Patronatos agrícolas para contribuir com uma formação social almejando novos hábitos de conduta, valores morais, éticos e fortalecimento físico.

Nery (2010) assegura que as práticas do escotismo e da ginástica Sueca, nos Aprendizados Agrícolas e nos Patronatos, vieram contribuir como forma de complementação pedagógica e formação social, direcionando para comportamentos e hábitos de autogoverno.

A partir do estatuto teórico pertinente à temática em questão, é preciso focalizar como foi desenvolvido o escotismo no Patronato Agrícola Visconde de Mauá iniciando a visibilidade pelas comemorações do dia 7 de setembro de 1924 (GUIMARÃES, 2010, p. 183).

Às 7 horas da manhã, com o comparecimento de todos os funcionários e formatura geral dos escoteiros, houve a solenidade de hasteamento da bandeira, acompanhado com cânticos patrióticos alusivos à data. Em seguida, houve alguns números de ginástica e pirâmides humanas formadas pelos escoteiros do Patronato. Finda a cerimônia, os escoteiros, tendo à frente sua marcial banda, desfilaram para o Bosque da Conjuração, local designado para a disputa das provas mencionadas no programa...cantaram os hinos com grande entusiasmo, bem como a Canção dos Escoteiros dos Patronatos.

As postulações citadas acima nos leva a crer que o programa de educação desenvolvido no Patronato Agrícola Visconde de Mauá seguiu o mesmo modelo de outros Patronatos pelo Brasil a fora, visando o civismo, o fortalecimento do corpo e suas apresentações ao público passavam uma imagem de uniformidade, de ordem e consequentemente de progresso, não apenas da instituição, mas também dos próprios alunos que os incorporaram subjetivando suas realidades e superando a condição social antiga a que chegaram como “delinquentes” ou “desvalidos da sorte”.

Diante de tais considerações sobre o escotismo, cabe ainda uma pontuação não referenciada pelos teóricos estudados, rememorando as canções escoteiras deparamos com canções populares do folclore brasileiro e canções de origem europeias as quais o Patronato Agrícola Visconde de Mauá, por meio dos discentes escoteiros com sua marcial banda, vieram contribuir para a pluralidade cultural do Núcleo Colonial Inconfidentes.

A Canção dos Escoteiros tem raízes no poema escocês de Robert Burns (1788). “Auld Lang Syne” (Bons e Velhos Tempos), reconhecida como a música que ninguém conhece, adaptada para uma melodia popular e para canções dos Escoteiros do Brasil, entre elas; “Canção da Despedida”.

Vale advertir que para desenvolver as habilidades físicas, ginástica sueca, militar e o escotismo, eram designados instrutores/ militares. Desta forma, compreendemos que o Patronato Agrícola Visconde de Mauá, como forma de legitimação e controle apoderou-se do escotismo e seus rituais militares. Assim sendo, refletimos sobre o escotismo com o apoio de Berger e Luckmann (2004, p. 99-100) que “O Conhecimento pode ter de ser reafirmado mediante objetos simbólicos e ações simbólicas. Toda transmissão de significados institucionais implica obviamente procedimentos de controle e legitimação”.

Diante de tais pontuações arroladas acima pelos autores citados observamos que os alunos incorporam seus papéis em suas apresentações cívicas e passam a participar e colaborar com esse novo mundo social brasileiro. Analisamos que os escoteiros do Patronato apresentavam sempre em datas comemorativas e alusivas à Pátria, com forte destaque ao desempenho cívico, às demonstrações da ginástica sueca, as evoluções, marchas e desfile em continência, além da banda de músicas de canções do escotismo já mencionadas compunham simbolicamente a ordem institucionalizada. De acordo com Berger e Luckmann (2004, p. 103), “ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele”.

Em face do exposto, é necessário considerar que a escola Patronato Agrícola Visconde de Mauá funciona como um braço de uma instituição maior que é o Governo Republicano

representando segundo Berger e Luckmann a “ordem total”. Cabe ainda mencionar que diante de objetivos visando um projeto reformador da sociedade para alcançar o “progresso” do Estado brasileiro a instituição escolar funcionará atendendo aos interesses dos grupos políticos em adequar a sociedade operando na conduta da coletividade. Diante desta visão, vale trazer a extensão deste projeto reformador social para fora dos muros da escola, tiveram os alunos o convite à participação na solenidade do dia 15 de novembro na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo noticiado no jornal Gazeta de Ouro Fino os alunos foram alojados na Ilha das Flores e posteriormente no antigo edifício do Ministério da Agricultura, aproveitando a ocasião visitaram os Ministros da Agricultura, Justiça, Guerra e Relações Exteriores. A apresentação dos Escoteiros do Patronato Agrícola Visconde de Mauá foi elogiada e apreciada no Rio de Janeiro:

O Patronato Agrícola Visconde de Mauá, aqui localizado, fez-se representar nos festejos do dia 15 de Novembro, no Rio. Com esse fim seguiram 75 alumnos sob o comando do instructor sr. Georgino Paiva. Os alumnos foram alojados na ilha das Flores e depois no antigo edifício do Ministério da Agricultura. Juntamente com outros Patronatos foram feitas visitas aos srs. Ministro da Agricultura, Justiça, Guerra, Relações Exteriores, etc. Como é do domínio público, os alumnos dos diversos Patronatos contribuíram grandemente para o brilhantismo dos festejos de 15 de Novembro. O Patronato Visconde de Mauá, salientou-se muito, tanto que diz a Gazeta de Notícias de 20 de Novembro: “Entretanto, excederam à expectativa, pelo bello desempenho que tiveram os números de gymnastica em forma de pyramide, executados pelos alumnos do Patronato Visconde de Mauá...” [...] “Sr. Georgino de A. Paiva. Ainda sobre a excellente impressão deixada no animo popular, nesta capital, pelos escoteiros dos Patronatos Agrícolas, que vieram para a formatura de 15 de Novembro, cumpro o grato dever de louvar o vosso esforço intelligente e exemplar, boa vontade de desempenho das attribuições que vos competiu como instructor dos educandos desse estabelecimento. Cordiais saudações do Am.º Obr.º (a) Dulphe Pinheiro Machado (GAZETA DE OURO FINO, 1925).

Assim sendo, a Gazeta de Ouro Fino nos proporciona uma leitura sobre o Patronato Agrícola Visconde de Mauá observando que o escotismo fez-se presente e com ênfase para os educandos desta instituição como valores cívicos, morais e de educação rígida dos corpos ou para alguns, educação militar. Neste viés do escotismo, percebe-se que o Patronato incorporou seus valores, hábitos e comportamentos, mas a capacidade de autogoverno não foi mencionada ou não teve nenhum registro descrito ou que pudesse ser observado. As competências técnico-científicas e relação com a maneira de lidar com a terra são observadas quando registradas nos relatórios, de maneira satisfatória, para enviar ao Ministério da Agricultura que, em visita ao Patronato, o Dr. Dulphe Pinheiro Machado, no ano de 1921 deixa o seguinte telegrama:

Encontrei o Patronato Visconde de Mauá funcionando em perfeita ordem, sob dedicada direção do Sr. Theóphilo Tavares Paes. Estão internados 150 educandos, apresentando bom aspecto. Entregam-se aos serviços agrícolas preparando terrenos de culturas: milho, feijão, hortaliças, árvores frutíferas, batata inglesa, batata doce, mandioca, arroz, etc. O Patronato dispõe de moderna pocilga, bem como paióis, galinheiro, instalação elétrica, tanque de natação e outros melhoramentos. Contém instalação de uma estação meteorológica, uma estação de monta, estando em construção excelente estábulo e dispõe de grande pastagem (GUIMARÃES, 2010, p. 181).

Este telegrama foi endereçado ao Ministro da Agricultura no Rio de Janeiro, permitindo uma leitura à visibilidade do aluno interno, pôde ser notada com ênfase ao trabalho e a produção no campo, uma vez que a prioridade deste ministério sempre foi o desenvolvimento e as boas condições das instalações das instituições agrárias para a evolução do cultivo da terra. Assim sendo, observamos também quando o Diretor do Povoamento cita o “bom aspecto” dos alunos onde sugere que os internos estão com saúde e já adaptado a vida do campo, ou seja, aos trabalhos. Mais uma vez observamos a preocupação com uma educação técnica para o trabalho no campo. Desta forma, para este Ministério podemos constatar satisfação ao bom andamento da fazenda e suas lavouras.

Nesta mesma linha de raciocínio engrandecendo a instituição pelos serviços de instrução, educação e trabalho o Senador Júlio Bueno Brandão deixou seu parecer no livro de visitas da escola em Maio de 1929 (GUIMARÃES, 2010, p. 190-191).

Visitei hoje este Patronato e com satisfação notei a excelente direção que ao mesmo vem dando o seu inteligente diretor. Percorri todas as dependências do estabelecimento e devo consignar aqui, em tudo se observa muita ordem, boa disposição dos serviços e secções, com esmerado asseio e higiene. O aspecto dos alunos é agradável, demonstrando em geral à simples inspeção, boa saúde, e regular desenvolvimento físico. Do conjunto se apreende que o diretor e funcionários são esforçados e cumpridores de seus deveres. Instrução, educação e trabalho são os fins para que foram criados estes estabelecimentos, sendo-me grato constatar que o Patronato “Visconde de Mauá” vem desempenhando sua função social e humanitária. Levo, por isso, a melhor impressão de minha vida (ass. Júlio Bueno Brandão).

Essas citações se complementam propiciando uma visão mais abrangente da questão atingindo a finalidade para a qual os Patronatos Agrícolas foram criados: Instrução e educação básica para o trabalho, desempenhando, para a época de 1918 a 1930, seu papel social e humanitário. Ou seja, historicamente os papéis tanto dos discentes, quanto os servidores demonstram que a escola do Patronato Agrícola Visconde de Mauá opera simbolicamente representando o Estado.

Nesta representação social, vale advertir que algumas vocações foram, ao longo do tempo, sendo destacadas pela instituição não só entre os alunos, mas também entre os servidores, sendo aproveitadas mediante seleções para ingressarem como funcionários (no caso dos alunos) da instituição ou melhoria de cargos (no caso dos servidores). Esses aproveitamentos ou reaproveitamentos não eram por concurso público, mas por mérito ou indicações. Guimarães (2010, p. 181) e Nery (2010, p.176) são unânimes em afirmar que os alunos eram “aproveitados” por estas instituições de ensino servindo como estímulo aos outros discentes como um instrumento de ascensão social resultando em exemplo a serem seguidos, ou seja, alguns dos discentes passam, ao interiorizar seus papéis, a participar positivamente do “novo mundo social”. No entanto, vale advertir que não foram encontradas visibilidades individuais de suas identidades étnicas.

Cabe ainda mencionar que, como modelo e estímulo encontramos visibilidade cultural para o aluno Osvaldo Pires de Andrade, ao qual foi comparado com Bocage e Gregório de Matos por ser repentista. Guimarães (2010, p. 181-182) o trás em sua memória “como muito conhecido e muito querido por sua sátira”, data de 1922.

Deus  
 No alto da imensa cruz  
 Estão pousadas as andorinhas,  
 Rodeando o corpo de Jesus  
 E entoando suas ladainhas.  
 Como é belo vê-las cantando  
 Com tão triste melodia  
 Onde o Pae perdoando  
 Dos homens a covardia.  
 Foi bem triste vê-l-O, sim,  
 Naquella cruz inocente;  
 A sua magua é sem fim  
 A sua dor é pungente.  
 Jesus expirou na cruz  
 Somente para nos salvar;  
 Devemos, por isso, amar  
 E respeitar a Jesus.

Este outro poema, o discente, Osvaldo Pires de Andrade faz dedicatória a dona Aurora da Silva, porteira do Patronato, Guimarães (2010, p. 182-183) o chama de “menino poeta”, data de 1923.

À dona Aurora Silva  
 Vai, meu soneto, contentar sua alma pura,  
 Engaiolando em versos de belezas,  
 Cantando os sentimentos de nobreza,  
 Que o meu ser profundo lhe assegura.  
 Finda comoção, que a arte enclausura,  
 E em minha fonte jorra uma surpresa,  
 Vem de modo cuja singeleza,  
 É de meus sonhos segura contextura.  
 E se algum dia eu chegar à glória,  
 Que no teu lindo olhar sempre sonho,  
 Nesta vida tão presa e trajetória,  
 Irei feliz, certamente, irei risonho.  
 A teus pés depor o loiro da vitória,  
 Como findo o soneto me deponho.

Entretanto, é importante destacar que a marca assistencialista dos Patronatos levou-os a transferir-se para a pasta do Ministério da Justiça em 1934. Com isso essa instituição de ensino e correção ficou à margem dos debates sobre ensino agrícola que priorizavam os Aprendizados Agrícolas para os filhos de pequenos agricultores e operários agrícolas. O Aprendizado Agrícola caminhava para uma formação técnica profissionalizante atendendo melhor aos anseios de uma nova classe, a dos Engenheiros Agrônomos, em aplicar e colocar em prática os conhecimentos técnico-científicos adquiridos nas Universidades, atendendo aos anseios da elite agrária e de um impulso a economia brasileira. Desta forma, o Patronato Agrícola Visconde de Mauá transforma-se em Aprendizado Agrícola Minas Gerais no ano de 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, caminhando esta instituição para novos rumos e desafios, mas ainda pautada na educação agrícola.

Sendo assim, podemos constatar que tanto a Colônia de povoamento agrícola Inconfidentes, composta por imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais quanto à migração do Patronato Agrícola Visconde de Mauá estão interligadas pela questão da agricultura seguindo cada uma com suas representações e características culturais específicas, mas voltadas aos anseios do setor econômico agrário e aos anseios sociocultural para atingir o progresso brasileiro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo percebemos por meio dos “documentos monumentos”, que os fragmentos históricos da cidade de Inconfidentes estão ligados à migração agrícola. A implantação do Núcleo Colonial Inconfidentes está entrelaçada à política e economia do Brasil Republicano que objetivava um projeto reformador para colocar a nação e principalmente a agricultura nos trilhos do progresso. O lugar social planejado pelo Governo Federal já nasce homenageando o mito Tiradentes, sugerindo aos imigrantes a assimilação da cultura brasileira. As ações políticas foram direcionadas a impulsionar a agricultura no Núcleo, principalmente pela mão de obra estrangeira que traria consigo, na visão da época, “técnicas mais modernas” para lidar com a terra. Podemos também destacar, nesta mesma visão, pautada no objetivo de impulso à agricultura local para “auxiliar” na produtividade agrícola da Colônia e região, foi transferido o Patronato Agrícola Visconde de Mauá que localizava no Estado do Rio de Janeiro, compondo a migração de servidores e discentes de várias regiões. Além dos fatores econômicos e políticos para alavancar a agricultura soma-se o fator social ideológico de melhoramento de raça que circundam ações reformadoras para a sociedade brasileira. Tanto o Núcleo Colonial Inconfidentes quanto o Patronato Agrícola Visconde de Mauá integraram as aspirações do projeto governamental pautado na ideologia do branqueamento e de vencer o atraso nacional brasileiro, principalmente o analfabetismo, onde o povo mestiço é apontado como principal motivo deste por carregar no próprio corpo as marcas do período da escravidão. Diferentemente das condições dos mestiços brasileiros, observamos que a variedade étnica das famílias de imigrantes vindas para a Colônia fez com que as relações estreitas com os consulados de seus países marcassem um diferencial nas relações de trabalho, eram livres, tinham acesso às técnicas mais avançadas de mecanização agrícolas, e etc. Desta forma, o imigrante estabelece uma visão mais ampla na maneira de lidar com a terra, com aspirações futuras; institui a poupança para superar a condição de colono. Assim sendo, há um fluxo muito grande de entradas e saídas dos lotes rurais, onde percebemos uma nova migração, movida por novas aspirações no mercado de trabalho direcionando para as indústrias no Estado de São Paulo. Este repasse de lotes das propriedades Urbanas e Rurais somando-se ao descaso do Governo Federal em regularizar os títulos de posse gerou um grande custo social e econômico para a comunidade atual, que esbarra no grande problema da propriedade privada. A morosidade da União, detentora de grande parte da cidade, em normalizar estes títulos seria um problema de pesquisa à parte, a ser investigado futuramente, numa outra oportunidade. Outro fator a considerar na Colônia

Inconfidentes é que a agricultura familiar vem substituir a monocultura nesta localidade, promovendo um melhor aproveitamento da terra gerando variedades dos produtos agrícolas a serem comercializados.

Entendemos neste trabalho que, por meio da migração, a escola Patronato Agrícola Visconde de Mauá instituiu-se colaborando ao projeto de progresso não pela mestiçagem e sim pelo programa educacional vigente apoiado na política de higienização compondo as estratégias disciplinares com ênfase na formação moral civilizadora, objetivando direcionar os discentes ao trabalho agrícola (mão de obra), reforçando a agricultura local, fim a que foi implantado o Patronato. Um dos dificultadores desse processo de busca pela história e identidade do Patronato Agrícola Visconde de Mauá é que o discente aparece representado quantitativamente com maior visibilidade institucional e pouca individual, tendo sua identidade quase apagada, mas que nas entrelinhas do resgate histórico ressurgem no processo corporativo das práticas agrícolas e manutenção da instituição.

Há que se considerar que não havia um olhar pedagógico voltado para as aptidões ou afinidades dos discentes, sendo o analfabetismo um grande entrave ao progresso nacional. Os discentes são estimulados culturalmente por meio dos preceitos do escotismo e da ginástica sueca, advindos da cultura europeia, como forma de um educar correccional e fortalecer seus corpos para o trabalho. Observamos uma educação codificada e aptidões formadas sem estímulos à reflexão crítica, suas aspirações eram limitadas, não foi observada a capacidade de autogoverno embora as apresentações artísticas e desfiles dos escoteiros do Patronato tenham contribuído com a pluralidade cultural local com suas canções de origem europeia e canções populares brasileiras. Por outro lado, verifica-se com esta pesquisa que os discentes experienciavam seu cotidiano escolar por meio das práticas agrícolas no campo participando de todas as atividades da escola, constituindo um importante papel no desbravamento e posteriormente sustento e conservação da mesma, demonstrando negociações que surgem na instituição com o aproveitamento dos mesmos para compor o quadro de servidores por mérito ou por indicações.

Por último, observamos por meio da memória que os fragmentos históricos da Colônia Inconfidentes são autoconstruídos pelas experiências sociais movidas pelo cotidiano nas relações entre os grupos étnicos. Atualmente pouco se tem utilizado da memória pura<sup>37</sup>, que segundo Bosi (1998) é fundamental para a busca de nossas identidades. Cada dia mais se

---

<sup>37</sup> Memória pura segundo Bosi (1998, p. 51) seria a memória que opera nos sonhos e na poesia, imersa no espírito livre, ao passo que a memória transformada em hábito faz parte do nosso adestramento cultural, voltada para a ação iminente.

percebe nas sociedades atuais um afastamento nas relações com o outro, das conversas evocativas sobre a memória das famílias, das raízes culturais, distanciando de suas identidades e aproximando-se do consumo cultural midiático. Concluímos que a Colônia Inconfidentes contribuiu culturalmente neste processo histórico de colonização por meio dos imigrantes e migrantes, colaborando com suas representações pautadas na diversidade cultural e com a agricultura granjeira familiar. Os grupos plurais tiveram um papel importante de desbravadores, povoaram as terras, cultivaram-nas, abriram estradas, construíram suas casas, suas escolas e suas igrejas. A língua e a cultura formam componentes fundamentais de suas identidades e historicidade plural compondo o alicerce do acervo coletivo contribuindo com a ousadia de referenciar a Colônia Inconfidentes como cosmopolita. O resgate desta história por meio da memória feminina de Guimarães (2010) e da Sra. Catarina Blessa contribuiu de maneira significativa para percebermos que foram nas dificuldades cotidianas, na dor, nos conflitos que migrantes e imigrantes lutaram, cresceram e que as relações humanas dos diferentes grupos étnicos compondo o Núcleo Colonial Agrícola tiveram significado.

Percebemos com o apoio dos registros históricos das fontes primárias que o esforço do Estado brasileiro em apresentar a história sem confrontos enfraquece as experiências cotidianas, ficando à margem as representações plurais de cada grupo, fazendo com que minem a sociedade que acaba por ser subjugada a uniformização tornando-se fragmentada gerando, de acordo com Rüsen (1997) custos sociais e culturais.

Sendo assim, por mais que o Governo Republicano assumiu um papel de uma ideologia de controle e amoldamento dos grupos étnicos plurais propagando e legitimando, com o apoio dos periódicos, das instituições, a imagem nacionalista harmônica para a identidade de povo brasileiro (que não deixa de ser importante na conquista de país unificado politicamente e civilmente) esta pesquisa aponta para as micro-diferenças, micro-resistências dos migrantes como condição de reconhecimento histórico de suas identidades e representações culturais plurais.

A memória individual feminina e coletiva apontou para as experiências dos diferentes grupos migratórios que foram fundamentais para contribuir na interpretação da história da Colônia dos Inconfidentes e do Patronato Agrícola Visconde de Mauá. Esta herança cultural de mesclas étnicas de Inconfidentes propõe o desenvolvimento da consciência Histórica e o fortalecimento da identidade humana para a cidadania.

## REFERÊNCIAS

- ALECRIM. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/cancoes-escoteiras/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- ANDRADE, M. F. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOGDAN, R. C.; BILKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. 402 p. (Série Estudos Brasileiros, 1).
- BOSI, E. **Memória e sociedade lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.
- BOSI, E. **O Tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BRASIL. **Decreto nº 6.479, de 16 de maio de 1907**. Cria a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, na conformidade das instruções que a este acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6479-16-maio-1907-527639-publicacao-original-1-pe.html>>. Acesso em: 21 dez. 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 12.893, de 28 de Fevereiro de 1918**. Autoriza o Ministro da Agricultura a criar patronatos agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-norma-pe.html>>. Acesso em: 22 dez. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos... Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm)>. Acesso em: 21 dez. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885**. Regula a extinção gradual do elemento servil. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1885-09-28;3270>>. Acesso em: 21 dez. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm)>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- BURNERS, R. **Robert Burners**. 1788. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Robert\\_Burns](https://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Burns)>. Acesso em: 22 dez. 2017.

CARVALHO, A. J. (Cônego). **Trem de manobra**. Pouso Alegre: Artes Gráficas Irmãos Gino, 1982.

CASASANTA, G. **Correspondência de Bueno Brandão**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1958.

CASTILHO, F. F. A. **Como Esaú e Jacó**: as oligarquias sul-mineiras no Final do Império e Primeira República. 2012. 192 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, Franca, Unesp, 2012.

CASTILHO, F. F. A. **Entre a locomotiva e o fiel da balança**: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas. 2009. 177 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

CERTEAU, M. de. **A cultura no Plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.

CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1892.

CERTEAU, M. de. **A invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

DELORS, J. Os quatro pilares da educação. In: \_\_\_\_\_. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortezo, 1998. p. 89-102.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: M. Fontes, 1999.

FREITAS, G. N. **O escotismo e as práticas escolares no Brasil**. [S. l.: s. n], 2011.

GAZETA DE OURO FINO. Ouro Fino: J. Pitaguary, 1919 -

GAZETA DE OURO FINO. Ouro Fino: J. Pitaguary, 1920 -

GAZETA DE OURO FINO. Ouro Fino: J. Pitaguary, 1925 -

GRAMSCI, A. **Intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, L. M. **Inconfidentes, a terra que me viu nascer**: aspectos históricos gerais. Inconfidentes: O Autor, 2010.

HELLER, A. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1993.

HINO alerta (rataplan). Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/cancoes-escoteiras/hino-alerta-rataplan.html>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

HORTA, C. R. Famílias governamentais de Minas Gerais. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 5, maio/ago. 1986.

IMPRESSÕES do Brazil no seculo vinte. 1913. p. 198. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/he0300g23.htm#foto5>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

- LA BELA polenta. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/cancoes-escoteiras/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LE GOFF, J. História. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 1-171.
- LEITE, A. **Páginas de uma longa vida**. São Paulo: Bentivegna, 1966.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARTINS FILHO, J. R. **Navios da discórdia**. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/navios-da-discordia>>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- NASCIMENTO, J. C. do. **A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- NERY, M. A. A. M. **Pelos caminhos de Deméter: os aprendizados agrícolas federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1910-1947)**. 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11910>>. Acesso em: 3 jan. 2017.
- NEVES, E. **Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.lettras.com.br/biografia/eduardo-das-neves>>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- OLIVEIRA, J. A. (Cônego). **A diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950**. Pouso Alegre: Tipografia da Escola Profissional, 1950.
- PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido de Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RÜSEN, J. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, jan./dez. 1997.
- SCHUELER, A. F. M. de. A “infância desamparada” no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880 – 1886). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 119-113. jan./jun. 2000.
- VILAR, L. **A Escola dos Annales: legados historiográficos de três gerações (1929- 1989)**. Disponível em: <<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2013/11/a-escola-dos-annales-legados.html>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

## ANEXOS

### **Anexo I** – Hino composto por Eduardo das Neves.

O anexo I buscamos apresentar o Hino do Estado de Minas Gerais na composição de Eduardo das Neves, artista negro muito popular no início do século XX no Brasil. Minas Gerais tinha uma forte representação política nacional no período Republicano, principalmente o Sudeste de Minas representado pelos políticos Silviano Brandão e Júlio Bueno Brandão, este último natural de Ouro Fino/MG homenageado como fundador do Núcleo Colonial Inconfidentes e forte incentivador na viabilização da transferência do Patronato Agrícola Visconde de Mauá do Estado do Rio de Janeiro para o Núcleo Colonial Inconfidentes/MG.

Louros triunfais O século nos traz Vamos saudar o gigante do mar O Minas Gerais!  
Viva a armada, viril, brasileira Que hoje pode, orgulhosa, cantar É no mar, pelo sul, a primeira  
Pois ostenta o gigante do mar Já não teme os poderes navais É, também, poderosa e viril  
Basta a força do Minas Gerais Pra defesa do nosso Brasil! Louros triunfais O século nos traz  
Vamos saudar o gigante do mar O Minas Gerais!

**Fonte:** Neves (2017).

## Anexo II – Canções escoteiras

No anexo II resgatamos algumas canções dos escoteiros do Patronato Agrícola Visconde de Mauá compondo a cultura migrante do Núcleo Colonial Inconfidentes. As canções escoteiras possuem raízes na cultura europeia precisamente iniciada por inspirações poéticas do escoteiro inglês Robert Burns (1788). Estas canções no Brasil eram também alusivas à pátria, civismo e canções folclóricas referenciando a agricultura brasileira e a culinária italiana também ligada a cultura agrícola do milho.

### Canção da Despedida

1. Por que perder as esperanças  
De nos tornar a ver?  
Por que perder as esperanças  
Se há tanto querer?

Refrão:

Não é mais que um até logo  
Não é mais que um breve adeus  
Bem cedo junto ao fogo Tornaremos a nos ver

2. Com nossas mãos entrelaçadas  
Ao redor do calor  
Formemos esta noite  
Um círculo de amor

Refrão

sonorizando a melodia, sem canto

Refrão

3. Pois o Senhor que nos protege  
E nos vai abençoar  
Um dia certamente  
Vai de novo nos juntar

Refrão

**Fonte:** Burns (1788).

**Anexo III** - Canção escoteira inspirada no poema de Robert Burns (1788).

Deve um antigo conhecido ser esquecido,  
E nunca trazido à mente ?

Deve um antigo conhecido ser esquecido,  
Nos bons e velhos tempos (*auld lang syne*)?

**Refrão:** Pelos bons e velhos tempos (*auld lang syne*), meu caro

Pelos bons e velhos tempos (*auld lang syne*)

Ainda beberemos do copo da bondade  
pelos bons e velhos tempos (*auld lang syne*).

E certamente tu compraras mais um copo,

E certamente eu comprarei o meu!

E beberemos do copo da bondade,

Pelos bons e velhos tempos (*auld lang syne*)!

**Refrão:**

Nós dois corremos sobre as encostas

Colhendo finas margaridas

De pes desgastados de tanto caminhar

La nos bons velhos tempos (*auld lang syne*)!

**Refrão:**

Nós dois remamos no riacho,

Desde o sol do amanhecer ate a escuridao.

Mais o vasto mar entre nos ha bramido,

Desde os bons e velhos tempos (*auld lang syne*).

**Refrão:**

Tome a minha mao, meu confiavel amigo!

E me de essa tua mao!

Tomaremos um chope certo de boa bondade,

Para os bons e velhos tempos (*auld lang syne*).

**Refrão:**

**Fonte:** Burns (1788).

**Anexo IV - Hino Alerta - Canção dos Escoteiros**

Ra-ta-plan, do arrebol, Escoteiros vede a luz!  
Ra-ta-plan, olhai o sol do Brasil que nos conduz!  
Alerta, ó Escoteiros do Brasil, alerta!  
Erguei para o ideal os corações em flor!  
Ó mocidade ao sol da Pátria já desperta,  
À Pátria consagrai o vosso eterno amor!  
Por entre os densos bosques e vergéis floridos  
Ecoem as nossas vozes de alegria intensa  
E pelos campos fora, em cânticos sentidos,  
Ressoe um hino avante à nossa Pátria imensa!  
Alerta! Alerta! Sempre Alerta!  
Um-dois, um-dois!  
Ra-ta-plan, do arrebol, Escoteiros vede a luz!  
Ra-ta-plan, olhai o sol do Brasil que nos conduz!  
Unindo o passo firme à trilha do dever,  
Tendo um Brasil feliz por nosso escopo e norte.  
Façamos o futuro em flores antever  
A nova geração, jovial, confiante e forte!  
Mas se algum dia, acaso, a Pátria estremecida  
De súbito bradar: Alerta! Ó Escoteiros!  
Alerta respondendo, à Pátria nossas vidas  
E as almas entregar, iremos, prazenteiros!  
Alerta! Alerta! Sempre Alerta!  
Um-dois, um-dois!  
Ra-ta-plan, do arrebol, Escoteiros vede a luz!  
Ra-ta-plan, olhai o sol do Brasil que nos conduz!

**Fonte:** HINO... (2017).

**Anexo V - Alecrim – Canção popular**

Canções Escoteiras

Alecrim, Alecrim dourado

Que nasceu no campo

Sem ser semeado

Alecrim, Alecrim dourado

Que nasceu no campo

Sem ser semeado

Foi meu amor

Que me disse assim

Que a flor do campo é o alecrim

Foi meu amor

Que me disse assim

Que a flor do campo é o alecrim

Alecrim, Alecrim dourado

Que nasceu no campo

Sem ser semeado

Alecrim, Alecrim dourado

Que nasceu no campo

Sem ser semeado.

**Fonte:** Alecrim (2017).

## Anexo VI - La Bela Polenta – Ragazzi dei Monti - Canções Escoteiras

Quando se planta la bela polenta, la bela polenta  
 Se planta cosi  
 Se planta cosi

Oh!, oh!, oh!, la bela polenta cossi  
 Tcha-tcha-pum  
 Tcha-tcha-pum  
 Tcha-tcha-pum-pum-pum-pum

Quando se cresce la bela polenta, la bela polenta  
 Se cresce cosi, se planta cosi, se cresce cosi

Quando se flora la bela polenta, la bela polenta  
 Se flora cosi, se planta cosi, se cresce cosi  
 Se flora cosi

Quando se talha la bela polenta, la bela polenta  
 Se talha cosi, se planta cosi, se cresce cosi  
 Se flora cosi, se talha cosi

Quando se moe la bela polenta, la bela polenta  
 Se moe cosi, e planta cosi, se cresce cosi  
 Se flora cosi, se talha cosi, se moe cosi

Quando cose la bela polenta, la bela polenta  
 Se cose cosi, se planta cosi, se cresce cosi  
 Se flora cosi, se talha cosi, se moe cosi  
 Se cose cosi

Quando se manja la bela polenta, la bela polenta  
 Se manja cosi, se planta cosi, se cresce cosi  
 Se flora cosi.se talha cosi, se moe cosi  
 Se cose cosi, se manja cosi

Quando se gusta la bela polenta, la bela polenta  
 Se gusta cosi, se planta cosi, se cresce cosi  
 Se flora cosi, se talha cosi, se moe cosi, se cose cosi  
 Se manja cosi, se gusta cosi

Quando se enche la bela paciência, la bela paciência  
 Se perde cosi, se planta cosi, se cresce cosi  
 Se flora cosi, se talha cosi, se moe cosi  
 Se cose cosi, se manja cosi, se gusta cosi

Oh! Oh! Oh! Bela polenta cosi!  
 Tcha-tcha-pum ...Tcha-tcha-pum  
 Tcha-tcha-pum-pum-pum-pum

**Fonte:** LA BELA... (2017).

**Anexo VII – Provas desportivas.**

As provas desportivas citadas no livro de memórias de Guimarães (2010, p. 183-184) realizadas pelos escoteiros do Patronato eram:

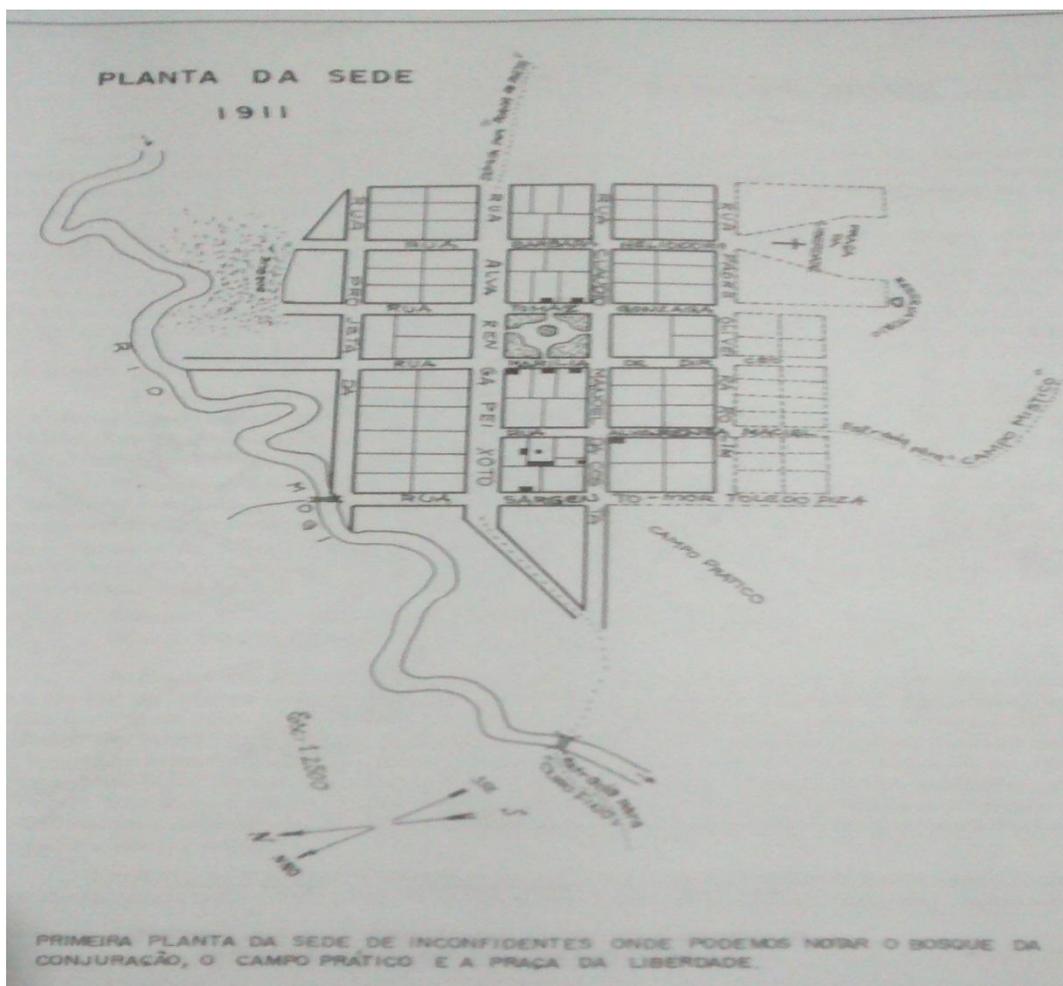
- Corrida de cem metros
- Corrida de cem metros com obstáculos
- Luta de galo
- Salto em distância
- Corrida de cinquenta metros com obstáculos
- Corrida com um pé só.
- Salto com trampolim
- Corrida do biscoito
- Corrida de gravata
- Corrida rasa de cinquenta metros
- Corrida com quatro pernas
- Corrida de agulhas
- Subir no poste
- Corrida de sacos
- O salto do rio
- Olhos vendados
- Olho do porco
- Luta de tração(cabo de guerra)
- Lançamento de Bastão
- Salto a distância com impulso
- Lançamento de peso

**Fonte:** Guimarães (2010, p. 183-184).



**Anexo IX - Primeira planta da Sede do Núcleo Colonial Inconfidentes.**

A primeira planta da Sede da Colônia Inconfidentes data de 1911. De acordo com Guimarães (2010, p. 27-28) entre os engenheiros destaca-se Dr. Pedro Demóstenes Rache, funcionário federal do antigo Ministério da Viação, Agricultura e Obras Públicas e posteriormente Inspetor do Povoamento do Solo.



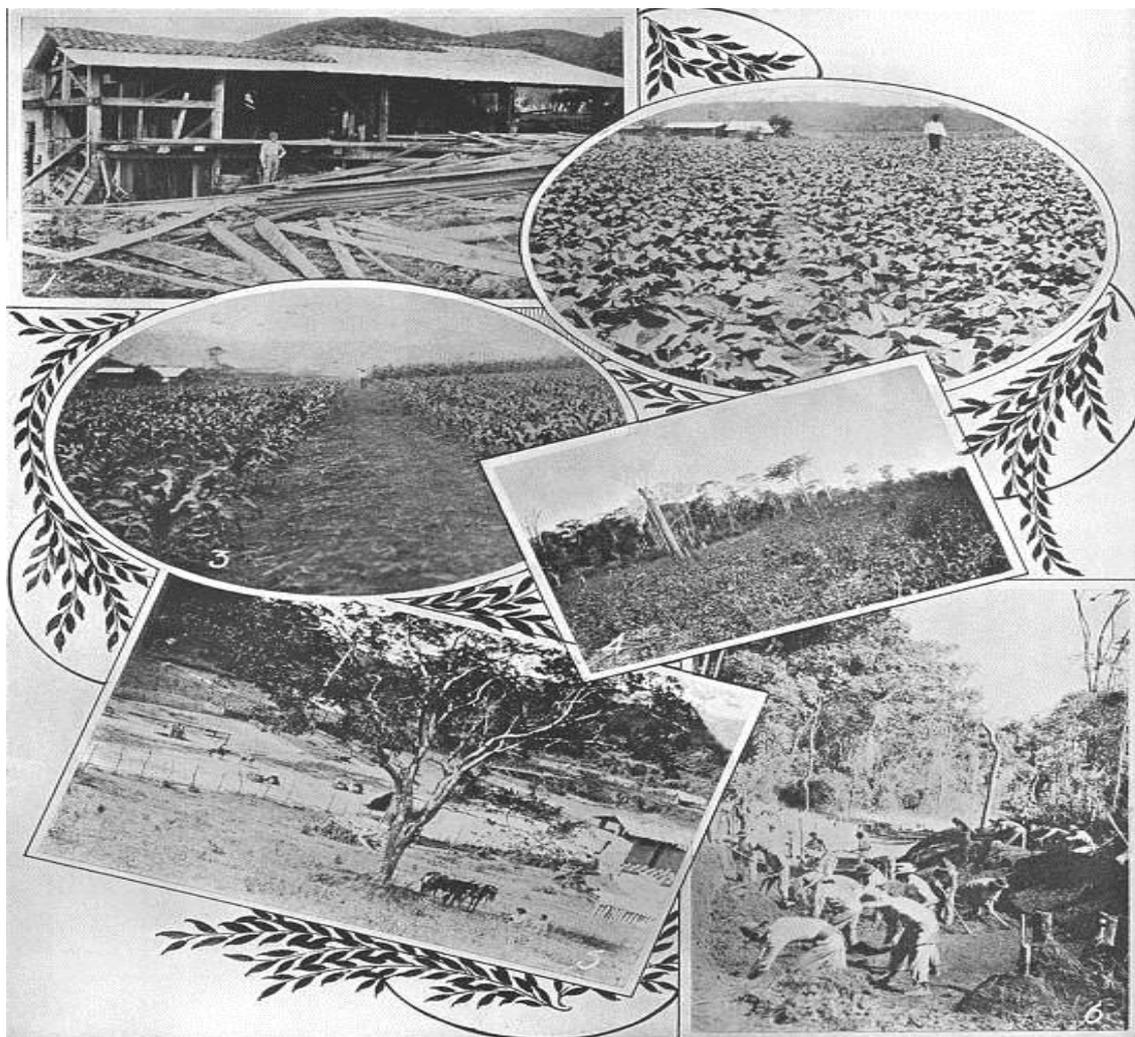
**Fonte:** Guimarães (2010, p. 35).

**Anexo X - Cédulas alemãs.**

Guimarães (2010) traz na introdução de suas pesquisas sobre a memória de Inconfidentes cédulas utilizadas pelos imigrantes alemães. Não há referência de páginas onde estão sendo apresentadas as cédulas.



**Fonte:** Guimarães (2010).

**Anexo XI - Colônia Inconfidentes/MG.**

Colonização no estado de Minas Gerais (fotografias cedidas pelo Ministério da Agricultura): 1) Serraria na Colônia Inconfidentes; 2 e 3) Campos de experimentação na Colônia Inconfidentes; 4) Colônia de algodão Messicke (alemã); 5) Olaria na Colônia Inconfidentes; 6) Construindo uma estrada na Colônia Inconfidentes.

**Fonte:** IMPRESSÕES... (1913, p. 198).

**Anexo XII** - Relações de Colonos que residiram em Inconfidentes.

<b>Alemães</b>				
Bandusch, Herрман	Haster	Lazarus	Redkowski	Stach, Otto
Becker e senhora	Helmman	Ledandeck	Reuter	Stach, Wilhelm
Beckhof	Hill	Lehn	Rillink, Paul	Stein
Bleiroth, Konrahd	Holaender	Lenert	Ritkowski	Tetzki
Brodrich	Hut	Ludwigh	Schaefer	Vaut
Bunscheidt	Jodhann, Daniel	Machor, Arthur	Schinner	Vauth
Clepf, Emílio	Karpen	Machorich, Oswald	Schipnick, Joseph	Vocurca
Clepf, José	Klein	Masberg	Schipnick, Michel	Watermann, Fritz
Crosland, Daniel	Klesse, Berthold	Moeler, Kasper	Schultz, Fridrich	Weimman, Fritz
Dormaier	Klesse, Bruno	Moeller, Willi	Schurmann, Luiz	Weinhold
Engelmann	Klesse, José	Mollr	Shiermann	Woischeck
Gebauer	Klinkerfus, Fridrich	Neul	Shoffer	Wokorka
Grunheidt, Fritz	Klinkerfus, Willi	Paprotzki, Anton	Shuner	Stach, Otto
Güthler	Kolle, Anton	Pawolka	Shuster	Stach, Wilhelm
Haenel	Ladenthin, Eduard	Penzech, Paulo	Stach, Michel	Stein

<b>Austríacos</b>	
Haas, Cristina	Horacêk, Francisco

<b>Brasileiros</b>		
Afonso Pinheiro Junior	Joaquim Antônio de Castro	Joaquim Xavier de Salles
Francisco Junqueira de Carvalho	Joaquim Lopes Pinheiro	

<b>Espanhóis</b>		
Andres Sevillano	João Matines Martines	Manuel Munhos
Antonio Cedano	João Monteiro	Manuel Rodrigues
Antonio Fernandes Almenara	José Aparicio	Manuel Sanduvete
Antonio Fernandes Martines	José Escudeiro	Miguel Avarés
Antonio Lopes Sanches	José Garcia Perez	Rafael Martins Fernandes
Antonio Plaza	José Guerreiro	Rafael Monteiro
Antonio Valero	José Lopez	Ramon Tunes Perez
Francisco Munhos Perez	José Martinez Jodar	Riquene
João Avars	José Monteiro	Salvador Riveira
João Carlos Béas	José Pagé	Salvador Rodrigues
João Fernandes Martines	José Sanches	Sebastião Blesa Gimenez
João Ferreira	José Vilar Martins	
João Martines	Julio Fernandes Almenara	
João Martines Fernandes	Manuel Carás	

<b>Estonianos</b>		
Adler	Kruz, Ferdinando	Swebul, João
Arruma, João	Lembert	Tagel
Cibul	Lepique, Augusto	Tanmann, Achen
Engmann, Levi	Lepique, Carlos	Tanmann, Eduardo
Engmann, Oscar	Neumann	Von Gleen (Barão)
Engmann, Roberto	Opnick	Weber, Augusto
Gülter, Alberto	Pracks, Paulo	Weber, Adão
Janberg, João	Sarapu, Carlos	Weiderpass, Jacob

<b>Franceses</b>	
Akinson	Levi, Richard
Bairon	Roux

<b>Italianos</b>			
Baldoria	Corti	Martinelli	Primo
Bazani	Daló Ângelo	Matei	Roma
Bazolli	Doná Antônio	Mereu	Roque
Bonamichi	Fava José	Merlo Henrique	Rubin
Brajão	Furnaletto, Mariano	Momesso	Sarmento
Caldani	Furnaletto, Plascito	Moternani, Alexandre	Veronezzi
Canella	Gaudêncio	Nicolleti	Zuconi
Castelani	Guidi, Venâncio	Paradello	
Coghi	Jacometti	Pistelli João	
Constantini	Marinello	Prestes José	

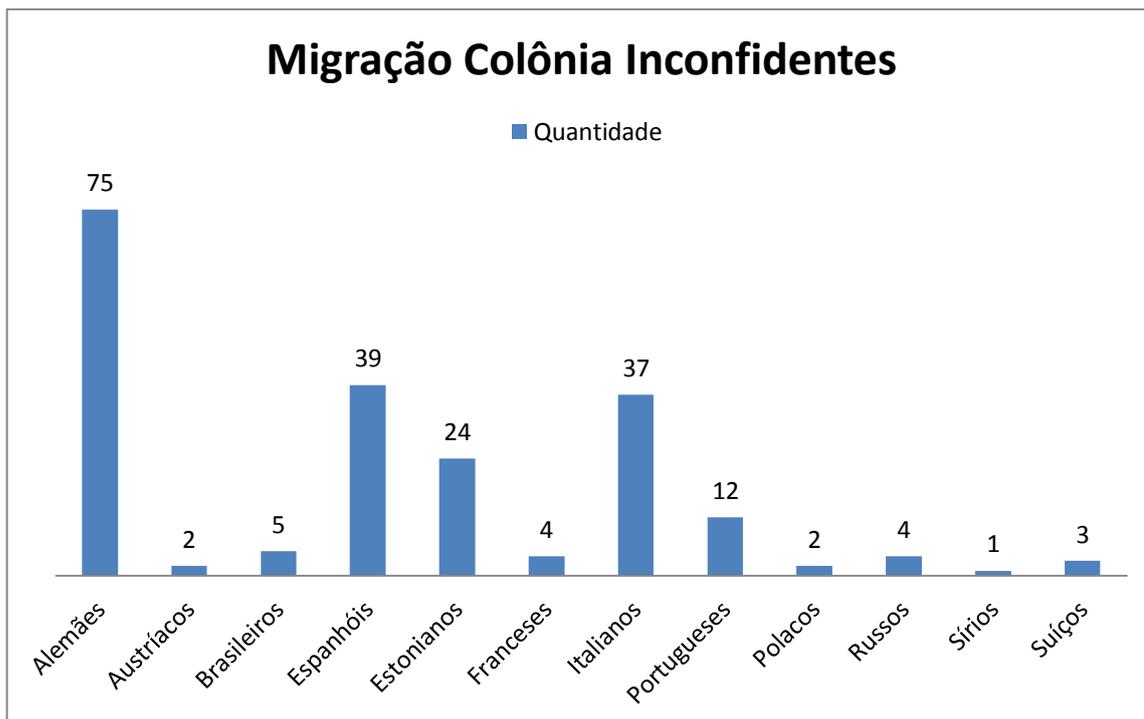
<b>Portugueses</b>		
Antônio Chaves	José Gonzaga Pereira	Manuel Lopes
Benedito Lopes	José Pereira Maduro	Manuel Pereira Maduro
Eduardo Góis	Justino Alves Bras	Manuel Ramos
Joaquim Braz	Luiz Alves da Silva	Salvador Correia Saraiva

<b>Polacos</b>	
Obioslaw, Jan	Levingston

<b>Russos</b>	
Rand Kepa, Iuri	Taman, Elisa (natural de Riga)
Laiter, Gustavo	Taman, Alexandre

<b>Sírio</b>
Baiam, Mahmud

<b>Suiços</b>	
Bülmann, José	Wirtz
Rozel	



**Fonte:** Guimarães (2010, p. 127).

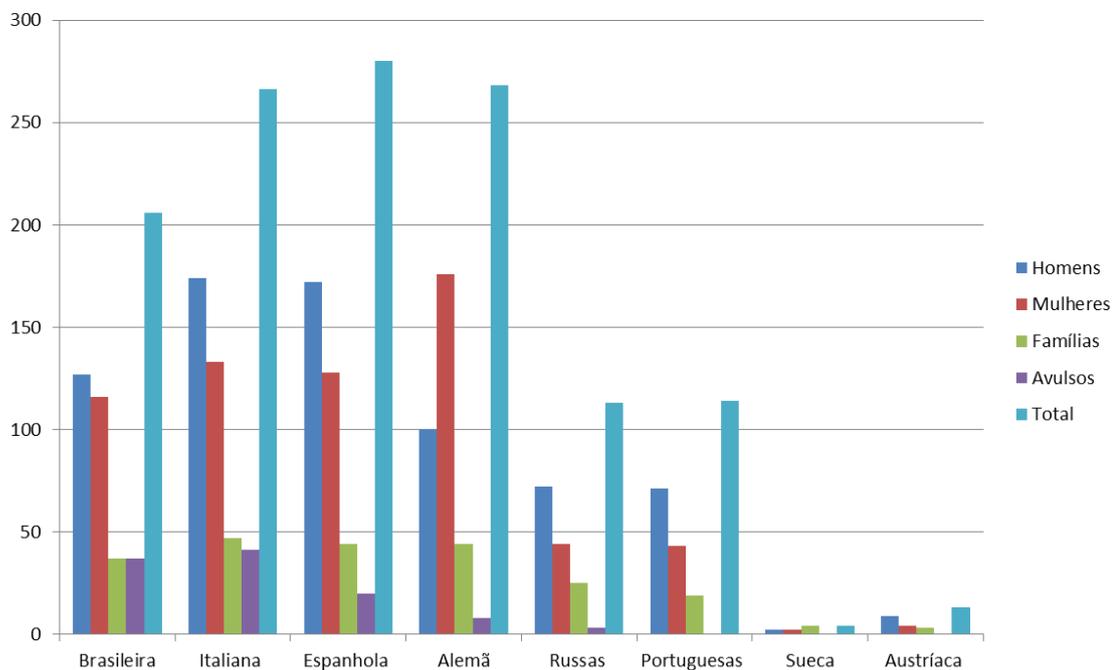
## Anexo XIII - Relação de Colonos no ano de 1919

## Imigração/Migração - 1919

Nacionalidade	Homens	Mulheres	Famílias	Avulsos	Total
Brasileira	127	116	37	37	206
Italiana	174	133	47	41	266
Espanhola	172	128	44	20	280
Alemã	100	176	44	8	268
Russas	72	44	25	3	113
Portuguesas	71	43	19	0	114
Sueca	2	2	4	0	4
Austríaca	9	4	3	0	13

Fonte: Gazeta de Ouro Fino/MG (2017).

## Migração/Imigração



Fonte: Gazeta de Ouro Fino/MG – 1919 (2017).

**Anexo XIV** - Avenida Alvarenga Peixoto e as alamedas de Plátanos, retratando o cotidiano na Sede do Núcleo Colonial Inconfidentes.

Centro de Cultura Colônia viabilizada pela descendente de imigrante a Sra. Íris Lemes.



**Fonte:** Garcia (2017).

**Anexo XV** - Patronato Agrícola Visconde de Mauá e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *Campus Inconfidentes*.

**Figura 1** - *Campus Inconfidentes*.



**Fonte:** IFSULDEMINAS – *Campus Inconfidentes* (2017).

**Figura 2** - Alunos do Patronato Agrícola Visconde de Mauá representados uniformemente e alguns trajados de escoteiros, provavelmente esta foto foi tirada em dia comemorativo onde os discentes apresentavam-se à sociedade local.



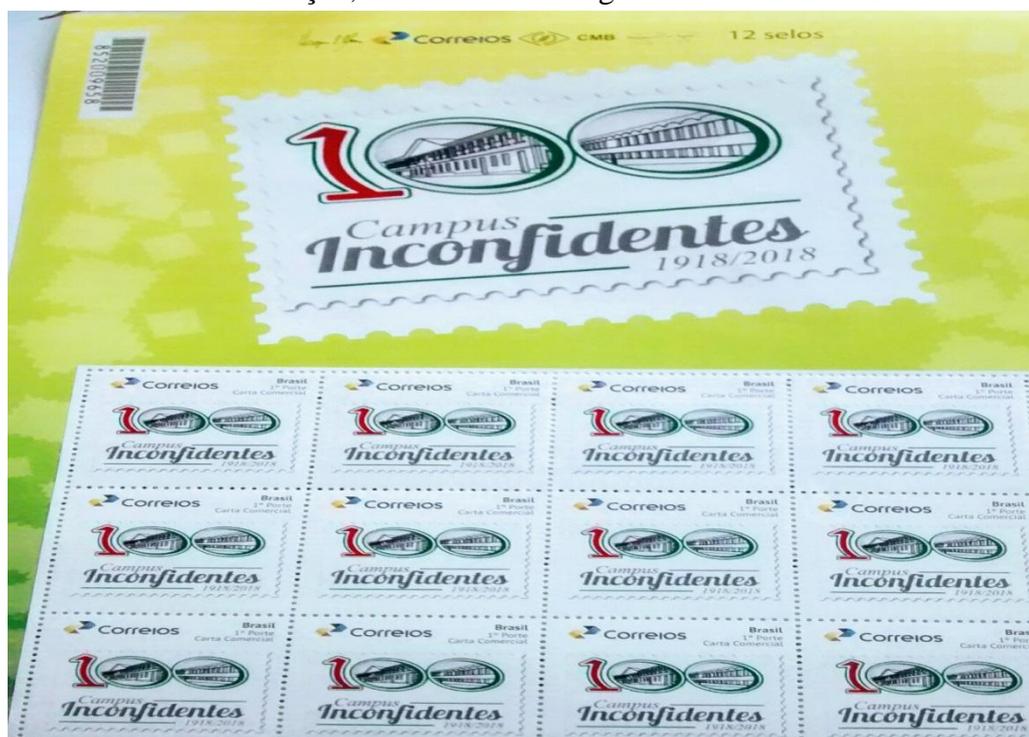
**Fonte:** Acervo particular do professor e Ex-diretor Gabriel Vilas Boas. Viabilizado pelo colega professor Antônio Carlos Vilas Boas (2017).

**Figura 3** - IFSULDEMINAS. *Campus Inconfidentes*.



**Fonte:** IFSULDEMINAS (2017).

**Figura 4** - Selos comemorativos alusivos aos 100 anos da instituição de ensino Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.



**Fonte:** Campus Inconfidentes (2017).